

**UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL**  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA



**MARLISE SILVEIRA DO NASCIMENTO**

**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
(EDS): PRESENÇA DE SEUS PRINCÍPIOS EM  
EMPREENDEMENTOS ECOTURÍSTICOS.**

**Canoas**

**2011**

**MARLISE SILVEIRA DO NASCIMENTO**



**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (EDS): PRESENÇA DE SEUS PRINCÍPIOS  
EM EMPREENDIMENTOS ECOTURÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Luterana do Brasil, para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

**Orientador: Edson Roberto Oaigen**

**Canoas**

**2011**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA  
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO**

**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDS): PRESENÇA  
DE SEUS PRINCÍPIOS EM EMPREENDIMENTOS ECOTURÍSTICOS.**

**MARLISE SILVEIRA DO NASCIMENTO**

**COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE NO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

---

**Prof. Dr. Edson Roberto Oaigen**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Marisa Teresinha L. Putzke**

---

**Prof. Dr. Rossano André Dal Farra**

---

**Prof. Dr. José Vicente Lima Robaina**

**Canoas**

**2011**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

N244e

Nascimento, Marlise Silveira do

Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS): presença de seus princípios em empreendimentos ecoturísticos. / Marlise Silveira do Nascimento. -- 2010.

177 f.; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Canoas, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Edson Roberto Oaigen

1. Educação para o desenvolvimento sustentável - EDS. 2. Educação ambiental. 3. Empreendimento ecoturístico. I. Oaigen, Edson Roberto. II. Título.

CDU 504

***“Vivemos em uma época perigosa. O homem domina a natureza antes que tenha aprendido a dominar a si mesmo”.***

***Albert Schweitzer***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

em primeiro lugar a Deus que me possibilitou cumprir toda esta jornada;

aos meus pais Mardilê e Carlos Edir, por me motivarem e sempre me passarem a confiança necessária nos momentos em que eu mais precisava;

ao meu esposo, pela sua presença em alguns momentos e por cuidar da nossa filha Mariane, enquanto cursava o mestrado;

ao professor Edson Roberto Oaigen, pela sua paciência e por sempre conseguir maneira de me orientar, ampliando meus conhecimentos em relação à Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável;

a todos os professores do curso, que nos proporcionaram a troca de conhecimentos e nos desafiaram a construir novos conhecimentos;

a todos os meus colegas, mas principalmente, a Helena, pois passamos por momentos maravilhosos, principalmente durante a elaboração dos trabalhos onde aprendemos a trabalhar juntas e também, nos momentos de descontração.

## RESUMO

O estudo investigativo realizado ocupou-se da análise em diversos empreendimentos eco turísticos, no período de 2008 a 2010, identificando nos ambientes a presença ou não de possibilidades concretas de ensino e aprendizagem para a Educação voltada ao Desenvolvimento Sustentável, bem como as opiniões dos proprietários, gestores e usuários diante dos princípios de EDS. Destacamos que os seres humanos devem ter consciência sobre o significado da importância da manutenção do equilíbrio entre componentes bióticos e abióticos em diferentes ecossistemas. Como objetivo geral a pesquisa buscou investigar as atitudes dos gestores, proprietários e usuários de empreendimentos eco- turísticos em relação aos seus conhecimentos, vivências e visão sobre os indicadores desta pesquisa oriundos dos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Destacamos os seguintes indicadores usados nos diversos caminhos investigativos percorridos: Ecoturismo, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Empreendimentos Eco turísticos Utilizamos os fundamentos da pesquisa qualitativa com a abordagem de métodos interpretativos, principalmente o Hermenêutico. Como técnica de análise dos dados foi usada basicamente a Análise de Conteúdos e a releitura de imagens. Os resultados obtidos mostram a necessidade da preservação e manutenção dos ambientes naturais bem como a recuperação dos ambientes já degradados pelo ser humano através de suas diferentes práticas de uso/ou extrativistas, reduzindo os locais de preservação ambiental, bem como a utilização dos referidos empreendimentos como *locus* para a Educação focada no Desenvolvimento Sustentável. Vê-se a necessidade da vivência dos princípios que norteiam a EDS, sendo este paradigma muito dinâmico, trazendo mudanças significativas, onde os cidadãos vão agir trazendo mudanças sociais e ambientais positivas através de uma ação participativa, com novo comportamento e novas atitudes favoráveis ao paradigma do crescimento econômico equilibrado com a sustentação ambiental..

**Palavras- chaves:** Educação para o Desenvolvimento Sustentável- EDS; Empreendimentos Eco turísticos; Ambiente, Educação Ambiental.

## **ABSTRACT**

The investigative study carried out dealt with the analysis in various eco tourist ventures in the period of 2008 to 2010, identifying environments in the presence or absence of concrete possibilities for teaching and learning of Education for Sustainable Development, as well as views of the owners , managers and users on the principles of ESD. We emphasize that human beings should be aware of the significance of the importance of maintaining balance between biotic and abiotic components in various ecosystems. As a general objective the research sought to investigate the attitudes of managers, owners and users of eco-tourism ventures in relation to their knowledge, experience and view of the indicators from this survey of the principles of Education for Sustainable Development (SDE). Featuring the following indicators used in the various ways of investigation covered: Ecotourism, Environmental Education, Sustainable Development, Education for Sustainable Development and Management We use Eco tour grounds of qualitative research approach with interpretive methods, especially the Hermeneutic. As a technique for data analysis it was used primarily content analysis and replay images. The results show the need for maintenance and preservation of natural environments as well as rehabilitation of humans degraded environments through their practices of extraction , reducing the local environmental preservation, and the use of such ventures as locus for education focused on Sustainable Development. It is seen the necessity of living the principles that guide the SDE, which is a very dynamic paradigm, bringing significant changes, where the citizens will act, bringing positive social and environmental changes through a participatory action with new behavior and attitudes conducive to new balanced paradigm, economic growth with environmental sustainability .

**Keywords:** Education for Sustainable Development-ESD; Eco touristic Enterprises, Environment, Environmental Education.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese dos órgãos governamentais, instituições e centros de pesquisas sobre Ecoturismo .....	32
Figura 2 - Design da Pesquisa .....	67
Figura 3 - Síntese das opiniões retiradas dos autores e obras diante das opiniões da pesquisador .....	70
Figura 4 - Matriz Analítica dos Registros do Diário de Campo diante dos Indicadores selecionados nesta pesquisa.....	82
Figura 5 - Barricas de carvalho, alambique desativado, dorna desativada e o produto pronto para comercialização. ....	84
Figura 6 - Criação de aves, bovinos, a casa da proprietária de um dos EECT e um lago próprio para visitas do EECT06 .....	85
Figura 7 - Passeio a cavalo, interação do homem com animais, trilha ecológica e ambiente de lazer .....	86
Figura 8 - Passeio a charrete, Cachoeira localizada no ECCT 04. ....	87
Figura 9 - Passeio a carroça e horta como laboratório de pesquisa .....	88
Figura 10 - Aulas informais e o açude com criação de peixes.....	89
Figura 11 - Alunos observando a retirada da água de um poço .....	93
Figura 12 - Síntese das entrevistas realizadas com gestores, proprietários e usuários dos EECT. ....	100
Figura 13 - MATRIZ ANALÍTICA: subsídios para EECT com base em EDS.....	109
Figura 14 - Metas e Ações recomendadas para EECT com base em EDS .....	120

## LISTA DE SIGLAS

ANA- Agência Nacional de Águas  
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CE- Categorias Específicas  
CP - Categorias Principais  
CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente  
DC- Diário de Campo  
DS - Desenvolvimento Sustentável  
EECT- Empreendimento Eco turístico  
EDS - Educação para o Desenvolvimento Sustentável  
EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo  
EPIA- Estudo Prévio do Impacto Ambiental  
FEPAM- Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
IBAMA- Instituto Brasileiro de Apoio ao Meio Ambiente  
ICD - Instrumentos de Coletas de Dados  
ICNB- Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade  
MA- Matriz Analítica  
MEC – Ministério da Educação  
MMA – Ministério do Ambiente  
ONU - Organização das Nações Unidas  
ONG- Organização Não-governamental  
PCN- Parâmetros Curriculares Nacional  
PNTN- Programa Nacional de Turismo na Natureza  
PRODETUR- Programa de Desenvolvimento do Turismo  
PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental  
PROECOTUR- Programa de Ecoturismo  
RIMA- Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente  
SNUC- Sistema Nacional de Unidade de Conservação  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 A NATUREZA DO OBJETO DA PESQUISA .....	16
1.1 CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA.....	17
1.2 QUESTÃO NORTEADORA.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA .....	19
1.4 OBJETIVOS .....	21
1.4.1 Objetivo Geral .....	21
1.4.2 Objetivos Específicos .....	21
2 MARCO REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 ECOTURISMO .....	22
2.1.1 O Histórico do Ecoturismo no Brasil.....	24
2.1.2 Empreendimentos Eco turísticos.....	34
2.1.3 Impactos Ambientais em Empreendimentos Eco turísticos.....	39
2.1.4 Legislação específica para o Ecoturismo .....	45
2.2 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	49
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	52
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	55
2.4.1 Educação Ambiental e a sociedade .....	59
3 MARCO METODOLÓGICO .....	63
3.1 METODOLOGIA.....	63
3.2 POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA .....	63
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	64
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: TIPO, APLICAÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO.....	64

3.4.1 ICD 01/09- MATRIZ ANALÍTICA - Opiniões de alguns autores do Marco Teórico .....	65
3.4.2 ICD 02/10- DIÁRIO DE CAMPO- registro das observações feitas <i>in loco</i> pela pesquisadora, sobre os indicadores pré-determinados.....	65
3.4.3 ICD 03/10- ENTREVISTA- aplicado aos gestores, proprietários e freqüentadores .....	65
3.4.4 ICD 04/10- MATRIZ ANALÍTICA- uso da Análise de Conteúdo, onde os indicadores foram usados como Categorias Principais (CP) e as respostas dos entrevistados como Categorias Específicas (CE). As análises foram efetuadas com as respostas das entrevistas.....	65
3.5 INDICADORES .....	66
3.6 DESIGN DA PESQUISA .....	67
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS .....	68
4.1 ICD 01/09- MATRIZ ANALÍTICA CONCEITOS DOS AUTORES .....	68
4.1.1 Análise das opiniões e conceitos dos autores lidos .....	71
4.2 ANÁLISE DOS REGISTROS FEITOS NO DIÁRIO DE CAMPO (DC): ICD 02/10 .....	75
4.2.1 Matriz Analítica dos Registros do Diário de Campo diante dos Indicadores selecionados nesta pesquisa .....	76
4.2.2 Análise dos Indicadores considerando os Registros feitos no Diário de Campo. ....	83
4.3 ICD 03/10-Entrevista com Gestores dos Empreendimentos Eco turísticos.....	99
4.3.1 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Ecoturismo (CP 1) .....	101
4.3.2 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Educação Ambiental (CP 2) .....	101
4.3.3 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Desenvolvimento Sustentável (CP 3) .....	102
4.3.4 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (CP 4).....	103

4.3.5 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Gestão de empreendimentos eco turísticos (CP 5) .....	103
4.4 PROPOSTA PARA A ESTRUTURAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECO TURÍSTICOS COM BASE NA EDS .....	104
4.4.1 MATRIZ ANALÍTICA: subsídios para EECT com base em EDS .....	105
4.4.2 Proposta com subsídios para Empreendimentos Eco turísticos sustentados pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável. ....	110
CONCLUSÃO.....	117
RECOMENDAÇÕES.....	120
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICES.....	130

## INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem informal, pode-se afirmar que os empreendimentos eco turísticos a serem analisados possibilitarão condições para um gerenciamento dos mesmos focados na Educação para o Desenvolvimento Sustentável- EDS.

Nos locais onde existem os citados empreendimentos voltados para o turismo, um dos pilares deverá ser a sustentabilidade. Nos mesmos deverá haver espaço e condições adequadas para a realização de campanhas ambientais, variadas, focadas sempre em questões atuais e próximas que estejam voltadas para a realidade atual.

A maioria dos empreendimentos que promovem o Ecoturismo ou o Turismo Rural apresenta uma realidade que é extremamente problemática, pois a legislação ambiental não sendo respeitada, gera situações que não favorecem a sustentabilidade, visualizando pela ótica da conservação do ambiente.

Este elemento é fundamental como fonte de observação para a construção de um diagnóstico e da ação de gestão ambiental em empreendimentos eco turísticos diante da EDS, para uma maior compreensão da legislação e de como utilizá-la. Destaca-se a importância em, ensinar valores e direcionar trabalhos que contribuam para uma melhor qualidade de vida das pessoas que freqüentam os empreendimentos eco-turísticos.

Nos dias de hoje existe uma grande preocupação em estudar questões ambientais que estão ligadas diretamente a saúde pública. O estudo das relações entre os fatores ambientais e a saúde, tem como objetivo melhoria da qualidade de vida do ser humano. Pois sabemos que os seres humanos são agentes desencadeadores dos principais problemas ambientais que estão afetando a saúde pública.

Também é conveniente que os seres humanos vivenciem estratégias para a redução e/ou eliminação de fatores de risco a saúde. As empresas que atuam no ramo do eco-turismo necessitam estar atentas para estas questões.

A maioria dos problemas de saúde enfrentada pelos homens na zona rural está relacionada com o uso inadequado do ambiente, como por exemplo: a

contaminação dos solos, do ar, das águas, a presença de resíduos sólidos, de efluentes e a recuperação das áreas utilizadas e degradadas.

O cuidado com os mananciais hídricos, o assoreamento de suas margens pelo desmatamento da mata ciliar, a falta de cobertura vegetal, as queimadas, o desmatamento nos morros e arredores, bem como o gasto excessivo da água e luz, contribuem para que o desenvolvimento atual não seja sustentável.

O ambiente vem sendo entendido como espaço para que os componentes bióticos e abióticos, em equilíbrio, propiciem a vida e o desenvolvimento, trocando energia e interagindo entre si. É importante que a ação dos seres humanos no seu espaço sociocultural, modificando o seu meio e mudando sua visão a respeito da natureza e do meio em que vive (PCN).

Para o Desenvolvimento Sustentável, além da questão ambiental e tecnológica, tem uma dimensão cultural e política que vai exigir a participação democrática de todos na tomada de decisões para as mudanças necessárias, pois o Ambiente é um recurso fundamental, sobre o qual são construídas as sociedades humanas. Ele afeta todos os setores da atividade social: qualquer ação que venha alterá-lo poderá resultar em amplas e sérias conseqüências.

Em relação ao ambiente e à Educação Ambiental, os empreendimentos devem adotar medidas preventivas e eficazes considerando o ambiente, a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável.

As regiões a serem estudadas carecem, indiscriminadamente, de ações que visem promover Educação Ambiental e a prática do Ecoturismo de forma sustentável e para isto será necessário buscar medidas contra os danos para o ambiente, que se encontra gravemente comprometido.

Diante dos tópicos apresentados julgamos relevante para a comunidade a proposição desta pesquisa, tendo na sua execução a busca de melhorar as condições do público alvo (gestores e freqüentadores) dos referidos empreendimentos, bem como da comunidade em geral, focando reorientar a Educação existente em todos os aspectos em direção a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, possibilitando desta forma mudanças significativas no comportamento e nas atitudes dos cidadãos dentro e fora dos empreendimentos que promovem o Ecoturismo e /ou Turismo Rural.

A estrutura desta dissertação está constituída por 5 capítulos. Na seqüência cada capítulo encontra-se caracterizado.

No capítulo 1 encontramos a caracterização do objeto pesquisado, tendo na sua estrutura: a natureza do problema de pesquisa, a contextualização, o problema proposto e os objetivos propostos e alcançados;

O capítulo 2 possui como conteúdo o Marco Teórico, caracterizando-se pela revisão de pressupostos teóricos que focam obras e autores que tratam sobre o Ambiente, Educação, Ambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Sustentável, o Ecoturismo e o Gerenciamento Ambiental. O Estado da Arte está disseminado em cada subcapítulo do Marco teórico.

O Marco Metodológico constitui o capítulo 3, contendo: tipo da pesquisa, métodos e metodologia, população alvo e amostra, o delineamento da pesquisa e caracterização de cada ICD- Instrumento de Coleta de Dados. Tudo isto possibilitou a construção do Design da Pesquisa, levando em consideração os indicadores usados na pesquisa realizada.

No capítulo 4 são apresentados os resultados desta pesquisa, promovendo a discussão dos dados obtidos e construindo a triangulação com os dados coletados, interpretação da pesquisadora e discussão com os autores do Marco Teórico.

Nas considerações finais são relacionados os dados analisados e discutidos no capítulo 4, destacando as coerências entre os respectivos dados com o problema proposto para esta dissertação e o alcance dos objetivos definidos no planejamento desta pesquisa. Finalizamos com as Referências, Apêndices e Anexos.



## 1 A NATUREZA DO OBJETO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada nos empreendimentos eco-turísticos identificando os diferentes ambientes que apresentam possibilidades concretas de ensino e aprendizagem para a Educação voltada ao Desenvolvimento Sustentável, bem como as opiniões dos usuários diante dos princípios de EDS.

Todos os indivíduos têm que ter a consciência sobre o significado da importância da manutenção do equilíbrio entre componentes bióticos e abióticos em diferentes ecossistemas.

Isto justifica a necessidade da manutenção e recuperação dos ambientes usados pelo ser humano através de suas diferentes práticas de uso/ou extrativistas, criando locais de preservação ambiental. Uma das características da espécie humana é a capacidade de compreender os mecanismos que comprometem sua conservação intervinda no ambiente e que está na consciência do ser humano.

A EDS é um conceito dinâmico que traz mudanças significativas, onde os cidadãos vão agir trazendo mudanças sociais e ambientais positivas através de uma ação participativa. A EDS integra conceitos e ferramentas analíticas de uma variedade de disciplinas para auxiliar pessoas a compreender melhor o mundo em que vivem.

Perseguir o Desenvolvimento Sustentável através da educação requer que educadores e educandos reflitam criticamente em suas próprias comunidades, identifiquem elementos favoráveis em suas vidas, e explorem tensões entre valores e objetivos conflitantes.

O programa EDS exige que se reexamine a política Educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim de infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que esteja claramente focado na aquisição de conhecimentos, competências perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade. (GADOTTI 2007, p.80).

Usando os indicadores a serem analisados e detalhados na metodologia, foi possível resgatar a presença ou não dos princípios de Educação, da Educação Ambiental e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Há necessidade que os empreendimentos voltados para o Turismo Rural e/ou Eco turismo em todas as regiões do Rio Grande do Sul e entorno vivenciem

processos investigativos *in loco* sobre a relação dos impactos ambientais e sócio-culturais causados pelos freqüentadores.

Em particular nas regiões caracterizadas na amostra, onde se encontram localizados tais empreendimentos ecos-turísticos, foram investigadas/observadas as atividades desenvolvidas, bem como o comportamento de todo os envolvidos em determinadas situações, diante dos princípios da sustentabilidade.

## 1.1 CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA

A pesquisa possibilitou a continuidade do trabalho investigativo realizado no curso de pós-graduação *lato sensu*. A pesquisa realizada investigou os indicadores existentes nos empreendimentos de Ecoturismo e/ou Turismo Rural no RS, relacionados aos princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Educação Ambiental.

Na realidade os empreendimentos eco-turísticos em zona rural constituem-se em ferramenta para a vivência dos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável- EDS. As percepções dos gestores e /ou proprietários servem como subsidio para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em se tratando de Ecoturismo precisa-se buscar uma abordagem que atenda as necessidades dos promotores do ecoturismo como dos ecoturistas, respeitando os valores ambientais.

A expressão ecoturismo diz respeito a um tipo de turismo cujo arcabouço concentra-se na manutenção de desenvolvimento sustentável, traduzindo como preocupação com as gerações futuras, com a preservação dos biomas e com a justiça social. (ZACCHI, 2004, p.13).

Existem diversas questões relacionadas ao ambiente que tratam diretamente dos impactos no ambiente natural por ações antropogênicas. Tais questões mostram a necessidade de uma política turística eficiente, visando o Desenvolvimento Sustentável.

É evidente a necessidade de preservação do ambiente em relação aos riscos de degradação ao ambiente natural perante as atividades turísticas. O desenvolvimento turístico traz conseqüências ao ambiente , como por exemplo a

infra-estrutura hoteleira e residenciais ou locais que oferecem um determinado turismo.

O ambiente natural que sofre alterações antropogênicas ou por fenômenos biológicos, terá sua paisagem totalmente modificada. A paisagem é um elemento substancial do fenômeno turístico, pois a paisagem e o turismo são duas realidades intimamente relacionadas, sendo a paisagem um dos principais componentes do ambiente natural como oferta turística primária ou original.

Segundo Baptista (1997, p. 363) importa também ter presente, quanto à preservação da paisagem, as seguintes considerações:

- a) as paisagens rurais (naturais) dos ecossistemas humanizados são as que melhor resolvem os problemas da conservação da natureza e mais aptas estão a serem utilizadas para fins turísticos;
- b) paisagem rural é uma construção, principalmente com materiais vivos, cuja solidez e manutenção dependem da forma posta pelo ser humano e dos elementos físicos que a compõe;
- c) as aldeias turísticas, por sua vez, quando desintegradas de um contexto rural ou urbano, constituem mundos artificiais que dificilmente se integram na paisagem e na vida social e cultural da região.  
A paisagem banaliza-se e o seu curso de manutenção em pouco tempo se torna incomportável, pelo que a densidade de construções será excessiva por qualquer dos prismas porque seja vista.

Para o autor, o turismo tem que se integrar na vida rural, valorizada pelo homem da cidade, e, nas paisagens existentes, pois caso não aconteça haverá como consequência somente a degradação ambiental.

Os impactos ambientais ocasionados pelas atividades ecoturísticas que acontece de forma inadequada tem merecido a atenção de profissionais capacitados para contribuir com um ambiente utilizado de forma sustentável. Pois um turismo que não vise à sustentabilidade será condenado à inviabilidade econômica em longo prazo.

Os empreendimentos de possibilidades concretas de ensino e aprendizagem para a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, bem como para o estudo dos impactos ambientais existentes ou provocados após instalações dos referidos empreendimentos.

Com o uso das respostas oferecidas para análise diante dos indicadores optados e da situação ideal para a Educação focada no Desenvolvimento Sustentável identificou-se vários pontos contraditórios entre as opiniões emitidas e os princípios referendados.

As leituras realizadas permitiram a identificação dos referenciais e das percepções que norteiam as atividades e vivências nos locais de prática de Turismo e Ecoturismo, relacionadas ao tema desta investigação.

Constata-se a necessidade do processo “investigativo”, envolvendo as falas as falas dos gestores, proprietários e freqüentadores dos empreendimentos, possibilitando um processo de reflexão sobre suas ações, direcionado ou não aos princípios de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

As observações *in loco*, entrevistas, observação nas atividades e vivências nos locais de prática de turismo e Ecoturismo, puderam subsidiar a vivência ou não da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável, sendo necessário um plano para a vivência correta no ambiente.

A Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável fundamentam-se em processos que deveriam ser vivenciados intensamente pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos, educadores e comunidade em geral no seu cotidiano.

A pesquisa envolvida possibilitou a reflexão sobre as alternativas que melhorem a qualidade de vida das pessoas, diminuindo os aspectos negativos sobre o ambiente, construindo subsídios para Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com foco nos princípios norteadores da Educação Ambiental

## 1.2 QUESTÃO NORTEADORA

Os gestores, proprietários e freqüentadores de empreendimentos eco turísticos possuem, vivenciam e visualizam os princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nos respectivos locais?

## 1.3 JUSTIFICATIVA

As questões ambientais e ecológicas estão vinculadas ao processo de Educação Ambiental, tanto em espaços rurais, como em ambientes urbanos se caracterizam pelos seus aspectos sociais, políticos econômicos e sócio-ambientais. Tais questões estão sendo cada vez mais debatidas em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos

tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à ação individual.

São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana e de outras espécies, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações sociais e também de atitudes pessoais.

Os empreendimentos a serem estudados e caracterizados na amostra são oportunos, desde que ocorra um controle ambiental muito eficiente visando à sustentabilidade ambiental, bem como qualificação de recursos humanos para trabalharem as questões ligadas ao ambiente. Daí a importância da investigação alcançar nesta etapa os usuários destes locais, bem como a imersão nas estratégias usadas pelos proprietários em relação ao ambiente.

A pesquisa em realização busca incentivar a preservação das matas, o replantio de árvores nativas, conservação dos córregos e nascentes. Também a discussão sobre diversos temas que surgiram no decorrer do trabalho, tais como a qualidade das águas, que dependerá dos tratamentos prévios oferecidos e realizados, colaborando com as diferentes formas de vida, reduzindo as doenças transmissíveis por água contaminada, favorecendo a qualidade da água para o consumo da população em geral.

Sabemos que existe uma grande crise ecológica no mundo, afetando todos os ecossistemas, incluindo o próprio ser humano, com isso gerando a necessidade de uma reeducação Ambiental. Os frequentadores destes locais são agentes potencialmente capazes de serem conscientizados e sensibilizados para a tarefa de pertencerem ao grupo de educadores ambientais informais.

A Educação Ambiental é a principal ferramenta para promover o entendimento público e a consciência da sustentabilidade, pois os avanços na direção de sociedades mais sustentáveis requerem uma população que seja ciente dos objetivos das sociedades sustentáveis e que tenha conhecimento e habilidades para contribuir com esses objetivos.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo Geral

Investigar as atitudes dos gestores, proprietários e freqüentadores de empreendimentos eco- turísticos em relação aos seus conhecimentos, vivências e visões sobre os indicadores desta pesquisa diante dos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

### 1.4.2 Objetivos Específicos

a) Desenvolver idéias e conceitos sobre os indicadores: Ecoturismo, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Empreendimentos Eco turísticos, construindo uma Matriz Analítica- MA- ICD 01/09, revisando vários autores e obras;

b) analisar os empreendimentos eco- turísticos em diferentes regiões do Rio Grande do Sul através de observações *in loco* Diário de Campo e entrevistas com gestores, proprietários e freqüentadores, destacando a presença ou não dos indicadores nestes locais;

c) investigar as opiniões dos freqüentadores dos empreendimentos selecionados observando, registrando e documentando o comportamento e as atitudes em relação ao uso do ambiente:

d) comparar os dados coletados nos diferentes ICD com os conceitos da MA 01/09 diante dos princípios da EDS, gerando subsídios para a construção de processos do Ecoturismo.

## 2 MARCO REFERENCIAL TEÓRICO

O ser humano tem que ter compreensão da relação entre contexto social e histórico com os aspectos sociais, políticos e econômicos da atualidade, bem como da sua relação como membro integrante dos processos constituintes das relações de trabalho, lazer e do turismo.

A utilização do Ecoturismo de forma sustentável, torna possível proporcionar aos donos e freqüentadores dos empreendimentos Eco turísticos a compreensão sociológica do turismo, no sentido de conhecer as relações sociais, históricas, econômicas, políticas, culturais e ecológicas, pois, muitas são as conseqüências do turismo exploratório.

### 2.1 ECOTURISMO

O turismo é o setor da economia que mais cresce na atualidade, caracterizando mais ainda o turismo exploratório, por isso as práticas relacionadas ao turismo devem ser cuidadosamente analisadas

O turismo é uma das atividades que mais tem crescido no contexto econômico mundial e por ser uma importante fonte de geração de emprego e renda tem sido bastante valorizado nas estratégias de desenvolvimento. No entanto, a utilização do turismo para este fim vem sendo bastante questionada tendo em vista os graves problemas trazidos pelo turismo exploratório. (REZENDE et al, 2004, p.1 )

O Ecoturismo vem sendo utilizado como forma de se alcançar lucros e grandes empreendedores estão investindo cada vez mais no marketing ambiental.

Nesta concepção vêm preocupando-se tanto o meio acadêmico como o meio comercial da atividade, pois existem muitos princípios éticos e diferenças conceituais a serem discutidas.

Tal concepção gera a preocupação de não se ter sustentabilidade tanto cultural, social, natural e econômica do local onde se vai desenvolver a atividade. Pois sem um planejamento adequado, as conseqüências são impactos negativos para a comunidade receptora e para o ecossistema local. A atividade eco turística, deve levar em consideração um planejamento adequado para o local, que contribuirá para os impactos ambientais causados na flora e na fauna. (CAMPOS, 2005, p.13).

O Ecoturismo como uma atividade humana busca um crescimento econômico integrado a sustentabilidade ambiental visando minimizar os impactos ambientais.

O caminho ideal para o ecoturismo é o que se chama turismo compatível com o desenvolvimento sustentável. Este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais (MIKAILOVA & MULBEIER, 2008, p.2).

Dentro das atividades turísticas poderá ocorrer o Ecoturismo Sustentável, desde que tais atividades sejam desenvolvidas em áreas naturais protegidas, com o principal objetivo de conservar e desenvolver uma consciência ecológica, através da interpretação e Educação Ambiental, além de buscar o envolvimento da comunidade local fazendo com que essa possa trabalhar e ao mesmo tempo conservar o patrimônio, ocorrendo desta forma o resgate dos valores ambientais.

A Educação Ambiental e o Desenvolvimento sustentável são alternativas fundamentais ao planejamento das atividades de ecoturismo, por sensibilizar seus envolvidos a cerca dos benefícios da conservação da natureza direcionando-os para uma nova realidade.

O Ecoturismo no Brasil representa uma possibilidade ainda não transformadora em realidade. Também não será a solução mágica para os problemas econômicos que o país enfrenta, mas poderá representar uma oportunidade excepcional para a conservação dos recursos naturais, para a mudança de comportamento do homem urbano diante da natureza, para a melhoria da qualidade de vida no país [...] (IRVING, 2003, p.126).

O Turismo Rural e/ou Ecoturismo no Rio Grande do Sul, torna-se importante para o desenvolvimento do estado e vem evoluindo cada vez devido à Geografia do RS, apresentar uma das mais belas paisagens do Brasil. Nas rotas e nos roteiros destacam-se as propriedades rurais que valorizam a cultura local, resgatando o que foi construído pelos seus antepassados.

Com o *stress* oriundo da vida agitada nas cidades, a população passa a valorizar ambientes que proporcionam descanso e lazer, o que fez surgir às idéias por parte dos proprietários rurais de transformar as suas propriedades em locais apropriados para se fazer o Ecoturismo.

Os proprietários ou de cidades viram no Ecoturismo uma alternativa para se manter no campo. Já que a maioria dos moradores rurais migrou para as cidades a



procura de trabalho. Os produtores rurais fizeram investimentos em pousadas, balneários e outros empreendimentos que valorizam as atividades rurais vinculadas aos seus trabalhos realizados no campo como a agropecuária e a agroindústria, como um exemplo as casas que vendem produtos coloniais e artesanais.

O Ecoturismo tornou-se fundamental para mostrar a cultura, hábitos, preservação e conservação dos ambientes, trazendo principalmente os lucros, que serviram de incentivo para criação de atividades inovadoras.

As principais atividades realizadas nestes locais são as caminhadas nas trilhas ecológicas, que proporcionam interação do homem com a natureza, a prática de esportes radicais, os passeios a cavalos, pôneis e charretes, os banhos de cachoeiras e degustação dos produtos alimentícios típicos de cada região.

As rotas e roteiros rurais da região dos vales ganham destaques pelos turistas interessados em conhecer a cultura germânica, que prevalece até os dias atuais. Os turistas podem optar, por exemplo, pelas rotas aos arredores dos Municípios de Santa Cruz do Sul, Sinimbu e Rio Pardo. Uma das Rotas que ganha destaque e que apresentam muitas opções aos turistas, é a Rota Germânica do Rio Pardinho.

A região preserva todas as características da cultura alemã, como a produção dos produtos colônias, lingüiças, queijos, cucas caseiras, vinhos e cachaças. Os aspectos paisagísticos são exuberantes, os riachos, as cascatas e os balneários. Através das pousadas, casas de fazendas, casas de colônias, os turistas podem vivenciar os hábitos e costumes da cultura germânica.

### **2.1.1 O Histórico do Ecoturismo no Brasil**

Acredita-se na importância de refletir sobre a realidade e as percepções do ecoturismo valorizando suas estratégias de desenvolvimento, suas potencialidades e suas tendências, bem como os critérios para um ecoturismo que apresente uma Educação para gestão ambiental. Para uma melhor avaliação há necessidade de resgatar os principais eventos que contribuíram para o Ecoturismo no Brasil.

A partir da década de 1980, verificaram-se eventos importantes que contribuíram para compreender melhor as questões relacionadas ao ecoturismo, como por exemplo, no ano de 1985 o ecoturismo era uma ferramenta utilizada pelo marketing ambiental. Desta maneira houve uma valorização do mercado

internacional pelo interesse do Ecoturismo Brasileiro. Obteve -se, então o marketing ambiental.

Nos anos 80 surgiu a denominação “ecoturismo” para um tipo de viagens especializadas ligadas à natureza. A crescente procura por experiências turísticas em ambientes naturais relativamente intactos.(SILVA, et al, 1999, p.1)

O “Ecoturismo” de 1985 foi marcado pelo turismo que contribuiu para o desenvolvimento econômico e com muitos impactos ambientais. Para as empresas eco turísticas utilizavam o marketing ambiental em seu próprio benefício, criando oportunidades de crescimento econômico sem se preocupar com a sustentabilidade, pois ainda não se pensava em um turismo sustentável . Havia somente um discurso ambiental conforme nos diz a autora:

A partir da década de 80, as empresas começaram a usar as mídias para propagar uma nova maneira de se vender seus produtos através de um discurso ambiental; assim surgiu o que o mercado chama de Marketing Ambiental (PEREIRA, 2008.p.7).

No caso das empresas que promoviam o ecoturismo buscavam satisfazer as necessidades dos turistas, oferecendo descanso e prazer ao meio de ambientes de belezas paisagísticas, utilizando-as como atrativo visando cada vez mais lucro.

Já no ano de 1987 ocorreu uma maior preocupação com o ambiente, onde um dos eventos que mais se destacou foi a Comissão Técnica Nacional (1987) por apresentar várias características marcantes para o termo Ecoturismo. Surgindo a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987. Identificou-se que:

a) faltam políticas públicas voltadas ao Ecoturismo sustentável;

b) a comissão técnica nacional era constituída por técnicos do instituto brasileiro de turismo (EMBRATUR). Com o objetivo de monitorar o projeto turismo ecológico em resposta as práticas existentes insustentáveis.

Nesta década, não se percebeu a necessidade de políticas públicas que sejam capazes, de atender as principais demandas do turismo sustentável, pois esta fase foi marcada pela degradação e destruição da paisagem natural. O marketing ambiental era o principal objetivo dos empreendimentos eco turísticos, sem a preocupação com critérios e práticas ambientalmente saudáveis. Buscando somente

o lucro, sem grande preocupação com o ambiente, procurando atender os desejos dos turistas.

Conforme Sequinel (2002, p.12), em sua publicação sobre a Cúpula mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, realizada no final de agosto de 2002, a autora relatou e discutiu os principais eventos históricos que contribuíram para as questões ambientais onde foram enfatizados questões referentes aos direitos humanos básicos, proteção ao meio ambiente e utilização equilibrada dos recursos naturais que foram revigoradas.

Nesta fase também foram discutidos os principais eventos que surgiram década de 1990 e que apresentaram extrema relevância para as questões ambientais globais, tais como:

- a) Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente que caracterizada pelos impactos globais e nacionais discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992. Na Conferência Rio 92 geraram-se os seguintes documentos: a Agenda 21 e o Programa de ação global;
- b) desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 – RIO 92; que enfatizou a Declaração dos princípios sobre florestas e a Convenção sobre biodiversidade biológica e mudanças climáticas como patrimônio o bem ambiental passou a ser entendido como um diferencial;
- c) implementação de políticas para o setor; tais como a visitação as áreas naturais e lazer surgindo termologias como “turismo ecológico, turismo da natureza, turismo de aventura”. Surgindo a partir daí seminários e eventos internacionais que interpretam o Ecoturismo como qualquer modalidade de turismo associado direta ou indiretamente a natureza.

Ainda para a autora (Sequinel, 2002), a Rio 92 teve o objetivo de examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas na conferencia de Estocolmo, onde surgiram orientações para melhoria e preservação do ambiente. A partir daí pensou-se em um ambiente “ecologicamente correto”. Houve apoio internacional surgindo o Ecoturismo com planejamento específico.

Também com o surgimento da Agenda 21 e da declaração do Rio definiram – se políticas essenciais para se alcançar um modelo de Desenvolvimento Sustentável e surgiram assim, às políticas publicas que foi nesta década de

mobilização para questões relacionadas ao ambiente incorporando valores ambientais.

Para Irving (2003, p. 117), outro evento marcante foi o desenvolvimento de PRODETUR (Projetos de Desenvolvimento Turísticos) marcou esta fase por seus projetos turísticos em negociação e realização do Protocolo Verde. Com a assinatura do Protocolo Verde foi realizado um acordo entre os bancos públicos, estabelecendo um compromisso de não serem apoiados projetos ambientalmente impactantes.

Com a assinatura do Protocolo Verde este período caracterizou-se por um Ecoturismo limitado a iniciativas isoladas de turismo de aventura e poucas mobilizações ocorreram no setor de maneira integrada e estratégica.

Na seqüência surgiu a Criação do Grupo de Trabalho IBAMA/ EMBRATUR com a implantação de Bases Conceituais e Operacionais com as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

O IBAMA e a EMBRATUR preocuparam-se com o desenvolvimento e proposição de uma Política Nacional de Ecoturismo, onde pela primeira vez, ocorreu uma conceituação nacional sobre Ecoturismo:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (Portaria Interministerial n.1. de 20/4/1994, p.19).

Segundo Irving (2003, p.11), este documento reconhece oficialmente o fracasso do modelo de desenvolvimento e busca alternativas de crescimento econômicas não nocivas ao ambiente e ao homem. É preciso aceitar o desafio de promover mudanças nas políticas de desenvolvimento e encontrar alternativas para os modelos até agora adotados.

A partir da Política Nacional do Ecoturismo obtiveram-se uma nova visão da evolução do Ecoturismo, integrando Economia, Sociedade e Ambiente, os três aspectos necessários para o Desenvolvimento Sustentável. O Desenvolvimento Sustentável é uma ferramenta para diminuir a exploração turística em ambientes naturais e melhorar as condições socioeconômicas da população local nos ambiente que promovem as atividades turísticas.

Segundo a EMBRATUR na década de 1990 surgiram alguns avanços importantes, como por exemplo, o ano de 1994 que foi marcado pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que foi enunciado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, através da EMBRATUR e reforça de participação e vinculação da comunidade/ municípios com potencial turístico ao programa.

O programa prevê a implantação dos conselhos municipais de turismo, a elaboração de planos diretores para os municípios, plano de desenvolvimento do turismo e, o estabelecimento de fundos municipais como apoio as iniciativas.

Esta etapa foi marcada por idéias relacionando o turismo com oportunidades de negócios, e de atividades eco turísticas e outros eventos.

Para a EMBRATUR o ano de 1996 surgiu a necessidade da implantação de uma nova visão da Política Nacional do Turismo .Esta política se preocupou com o desenvolvimento da economia brasileira, seguindo o exemplo do cenário internacional.

O turismo que tenderá a contribuir para a diminuição das desigualdades regionais; a geração de emprego e renda; a integração de um mercado de trabalho de um contingente populacional de baixa qualificação profissional. Pensou-se em um Desenvolvimento Sustentável em áreas de patrimônio ambiental, promovendo a valorização do ambiente e a interação do homem e o ambiente, como o objetivo de preservar o ambiente.

O progresso nas políticas públicas através das leis caracterizou os avanços na legislação ambiental. Podemos citar como exemplo as leis:

- a) A Lei 9433/97 instituiu o plano Nacional de Recursos Hídricos e cria os Comitês das Bacias Hidrográficas e é responsável pela Implantação da ANA (Agência Nacional de Águas), que alterou radicalmente o modelo vigente;
- b) A lei 9605/98 de crimes ambientais impõe regras com relação aos danos ambientais e responsabilidades;
- c) A lei 9795/99 institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

No contexto das políticas públicas, a legislação ambiental obteve avanços significativos. Os órgãos públicos e a população em geral passaram a ter uma nova percepção em relação à natureza. Mudou o modelo vigente da gestão dos recursos hídricos, há uma maior consciência dos danos ambientais e suas conseqüências. De

modo geral a população e órgãos públicos assumem a responsabilidade de cuidar do ambiente da melhor forma possível conforme a legislação vigente.

A década de 2000 ainda contribuindo para os Avanços na legislação ambiental a lei 9985 de 2000 estabelece o Sistema Nacional de Áreas de Proteção da Natureza que tem como objetivo “favorecer e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”.

Na lei nº10. 683, de 28 de maio de 2003, nº 120, de 12 de abril de 2006, está prevista que a ministra de estado do meio ambiente, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto e considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação apresenta como objetivos:

Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; valorizar a economia e socialmente a diversidade biológica; considerando o aumento esperado e desejável da visitação nas Unidades de Conservação da Natureza; considerando a necessidade de orientar a visitação, viabilizando a promoção dos objetivos em Unidades de Conservação da Natureza [...]

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) cria oportunidades inéditas para o desenvolvimento do Ecoturismo. Novamente voltou-se a falar em um turismo ecológico, só que em áreas de conservação ambiental, sendo estas de elevado valor patrimoniais de biodiversidade e objetivando um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade.

A lei nº10.683, de 28 de maio de 2003, portaria nº 120, de 12 de abril de 2006, ao considera ros impactos potenciais da visitação em Unidades de Conservação e respectivas áreas de influencia e a necessidade de minimizar seus efeitos negativos e potencializar os efeitos positivos nestas áreas , resolve:

Art 1º Aprovar o documento “Diretrizes para visitação em Unidades de conservação”.

Art 2º Para a efetiva implementação das “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação”, cabe aos gestores de Unidades de Conservação, em conjunto com seus dirigentes :

I- divulgar e promover a adoção dos princípios, diretrizes e recomendações para o planejamento e a gestão da visitação em Unidades de Conservação.

Esta fase marcada pela inexistência de planos de manejo atualizados, deficiência na capacitação de pessoal qualificado para o engajamento de projetos eco turístico e modelos de gestão ineficiente, o que resultou na busca de apoio internacional.

Nesta década de criação de projetos internacionais de cunho conservacionista e projetos comunitários caracterizando-se pela implantação de projetos com objetivos específicos que atendam as necessidades da situação atual, foi uma das alternativas para se chegar ao desenvolvimento de modelos sustentáveis de Ecoturismo.

Neste contexto as áreas protegidas serviram de instrumento para o Desenvolvimento Sustentável.

Os projetos comunitários requerem o engajamento de atores sociais/ou conservação ambiental no planejamento do Ecoturismo em Unidades de Conservação. Os projetos comunitários necessitam de um processo que possibilita o diálogo, consulta e coordenação com as comunidades locais deve ser parte integrante e continua das atividades de planejamento e manejo de áreas protegidas. Os habitantes locais devem ser tratados com respeito, como iguais, e não como objetos de projetos conservacionistas ou educativos (IRVING, 2003,p.6).

Segundo a reportagem publicada na Folha do Meio Ambiente, no dia 01 de novembro de 2001, por Marcia Quadros tendo como título o Turismo verde para desenvolver a Amazônia, ressalta fatos importantes em relação ao desenvolvimento ecoturístico no Brasil. A opinião do coordenador- Geral do PROECOTUR Ricardo Soavinski, ex-Diretor do IBAMA, afirma :

Com a criação do Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo na Amazônia (GTC) passou-se a promover a discussão do assunto e envolver a comunidade local, que a equipe priorizou investimentos essenciais para os pólos turísticos Contrariando as críticas, inclusive internacionais, de que tem sido omissos na proteção e exploração racional dos riquíssimos recursos naturais da Amazônia, o governo brasileiro passou os últimos quatro anos delineando e agora começa a colocar em prática uma ousada estratégia de desenvolvimento para a região.

Para Soavinski, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo (PROECOTUR), visa a sustentabilidade ambiental e segue a linha chamada Turismo Verde abrangendo nove estados que compõem a região da Amazonia.

O Programa tem por objetivo solucionar um dos principais problemas da ocupação humana na Amazônia: a viabilização de uma alternativa econômica diretamente associada à preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Esta fase foi caracterizada pelas novas iniciativas de turismo, surgindo um turismo sustentável, em consequência do manejo adequado das atividades turísticas. Fase marcada por novos projetos, gestões e participação e engajamento comunitário e o uso de novas metodologias encontram - se em implementação em diversas regiões do país.

Neste contexto, mereceram destaque principalmente os projetos desenvolvidos na região da Amazônia.

Um dos principais eventos na década de 2000 é fase dos projetos de cunho científicos que dá oportunidade para o desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, vinculado a pesquisa científica e ao turismo. Para compreender melhor é importante conhecer os órgãos governamentais e instituições e centros de pesquisas, os mais citados encontram-se caracterizados no quadro a seguir:



Órgãos Governamentais	ONG's Ambientais	Instituições de Pesquisa
	Centros de Pesquisas e Instituições	
<p><b>Ministério do Meio Ambiente</b></p> <p><b>IBAMA</b></p> <p>Site oficial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.</p> <p><b>Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia</b></p> <p><b>Centro de Recursos Ambientais</b></p> <p><b>Cetesb</b></p> <p>Site da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.</p> <p><b>Rio+10</b></p>	<p><b>Fundo Mundial para a Natureza (WWF):</b> ONG internacional autônoma que desenvolve projetos de conservação dos recursos naturais em todas as regiões do Brasil, principalmente no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal</p> <p><b>Conselho Nacional de Defesa Ambiental (CNDA):</b> ONG que estimula e apóia ações direcionadas à proteção de ecossistemas e da biodiversidade.</p> <p><b>Conservation International do Brasil:</b> Organização privada que atua na conservação e uso sustentado da biodiversidade.</p> <p><b>Fundação Gaia:</b> Entidade fundada em 1987 que promove cursos sobre Educação Ambiental e agricultura regenerativa em comunidades e em sua sede, em Pântano Grande, no Rio Grande do Sul.</p> <p><b>Fundação Biodiversitas:</b> ONG sediada em Belo Horizonte que realiza pesquisas científicas sobre fauna, flora e biomas brasileiros; eventos técnico-científicos e de Educação Ambiental.</p> <p><b>Grupo de Defesa Ecológica (Grude):</b> ONG do Rio de Janeiro que promove oficinas, seminários e campanhas pela melhoria da qualidade de vida e preservação da biodiversidade.</p> <p><b>Fundação O Boticário de Proteção à Natureza</b> Criada em 1990 pelo grupo O Boticário, a fundação financia projetos brasileiros de preservação ambiental.</p> <p><b>Instituto Socioambiental:</b> O Instituto Socioambiental é uma associação sem fins lucrativos.</p> <p><b>Greenpeace:</b> ONG internacional de proteção ao meio ambiente mantida por uma rede de sócios que soma 3 milhões de pessoas.</p> <p><b>Fundação SOS Mata Atlântica:</b> Entidade cujo objetivo é defender as áreas remanescentes da mata atlântica</p>	<p><b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá:</b> Informações sobre o Projeto Mamirauá, no Estado do Amazonas. Relação da flora e fauna locais.</p> <p><b>Base de Dados Tropicais:</b> Departamento da Fundação André Tosello, cujo objetivo é divulgar informações ambientais. Informações sobre botânica, zoologia, microbiologia, ecologia, paleontologia, biotecnologia, classificação geográfica das regiões brasileiras, legislação, conservação, desenvolvimento sustentável, diversidade biológica e ecossistemas específicos.</p> <p><b>Universidade do Meio Ambiente:</b> Site oficial da Universidade do Meio Ambiente com sede em Curitiba (PR). Traz informações sobre atividades e publicações da instituição.</p> <p><b>INPE:</b> Site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, com sede em São José dos Campos (SP). Traz informações sobre fenômenos climáticos, como El Niño, La Niña e monitoramento de queimadas em todo o país.</p> <p><b>Rede Ambiente:</b> Portal voltado à Educação Ambiental, organizado pela Universidade Federal de Viçosa (MG).</p> <p><b>Educação Ambiental – Programa Educ@r:</b> O Projeto Educar é desenvolvido pelo campus de São Carlos, da Universidade de São Paulo. Trazem informações sobre biodiversidade, poluição da água, desenvolvimento sustentável, compostagem, qualidade da água, áreas verdes urbanas, solos e mata atlântica.</p> <p><b>Policimento Florestal e de Mananciais:</b> Informativo com notícias ambientais e textos sobre as árvores brasileiras</p>

**Figura 1 - Síntese dos órgãos governamentais, instituições e centros de pesquisas sobre Ecoturismo**

Fonte: Associação Brasileira de Ecoturismo, [digital.pueridomus.br/2006/materia/.../0,5920,POR-16-39-11.00.html](http://digital.pueridomus.br/2006/materia/.../0,5920,POR-16-39-11.00.html)

Um dos principais exemplos citados por Irving 2003 p.124 é o centro de pesquisas do Canguçu, como projeto de cunho científico desenvolvido pelo Instituto Ecológico no Estado de Tocantins, ilustra outro tipo de O Centro Canguçu, atualmente realiza pesquisas de metodologia para a avaliação de seqüestro de carbono. O instituto desenvolve também pesquisas relativas à geração de energia alternativa através de células de hidrogênio.

Segundo a autora o Instituto Ecológico define as bases de funcionamento de uma agência de viagens especializada, com forte compromisso de Ecoturismo na perspectiva das premissas de turismo sustentável. Apesar de exemplos como os descritos, um longo percurso deve ainda ser trilhado pelo Ecoturismo no Brasil.

Estudos mostram que o Ecoturismo está crescendo cada vez mais no Brasil e apesar dos desafios a serem vencidas, as pesquisas realizadas hoje comprovam que o Brasil é considerado um dos países com elevada biodiversidade. Desta forma o Brasil se encaixa nas novas tendências mundiais de valorização da natureza. Também é necessário que medidas preventivas de planejamento sejam adotadas.

A distinção do planejamento ambiental é fundamental, mas para que isto ocorra é necessário uma gestão adequada que realmente possa apresentar um desenvolvimento econômico-social em equilíbrio com a preservação ambiental.

A falta de incentivo por parte dos governantes e apoio às pesquisas científica, bem como, períodos de discussões. Apesar de o conceito Ecoturismo ser discutido a mais de 30 anos não há na maioria dos empreendimentos não há planejamento e gestões adequadas. As empresas não trabalham o Ecoturismo sustentável. Há única maneira de se descobrir a realidade atual do momento é através da pesquisa científica, só assim ocorrerão melhorias.

Em 2002 proporcionou o I Prêmio Ecoturismo na cidade de Gramado, RS, Sendo porta-voz das conclusões do Congresso Internacional de Ecoturismo, realizado em Alcanena, Portugal, com enorme repercussão nos meios ambientalistas. Contou com a presença de significativos nomes do turismo brasileiro, entre eles, o atual presidente do Fórum Nacional de Secretários de Turismo e Diretor de Marketing da EMBRATUR.

Em 2003 realizou-se o 1º Seminário Internacional de Ecoturismo, em São Paulo, o tema principal foi “Ecoturismo gerando empregos e combatendo a fome”,

em parceria com Instituto Ambiental, Rushmann Consultores e Instituto de Ecoturismo do Brasil.

O ano Internacional da Biodiversidade foi em 2010, sendo todo voltado para a grande campanha encetada pela ONU e ações nesta direção em todo o planeta.

### **2.1.2 Empreendimentos Eco turísticos**

A maioria dos empreendimentos eco turísticos vem se destacando por suas inovações principalmente ao que se refere em sustentabilidade ambiental. Os donos dos empreendimentos eco turísticos passaram a valorizar as questões relacionadas ao meio ambiente, pois só através de um ambiente muito bem conservado e preservado pode-se ter um turismo ecológico.

Turismo ecológico, praticados por pessoas que apreciam a natureza. Destacam-se os residentes em países desenvolvidos, industrializados, que buscam manter contato com os elementos que já desapareceram em grandes cidades. O objetivo destes visitantes é apreciar a beleza do ambiente, respirar ar puro e registrar em fotos, filmes os elementos. (ROSE, 2002, p.9)

Os donos dos maiores empreendimentos eco turísticos passaram a investir no

o marketing ambiental, no sentido não exploratório mais sim como ferramenta para atrair mais turistas para um ambiente com qualidade de vida. Os empreendedores descobriram com o passar dos anos e com a evolução do ecoturismo que o ambiente possa-se se tornar verdadeiros ambientes ecologicamente sustentáveis.

Segundo Teixeira (2008) “o termo marketing verde, ecológico ou ambiental, está definido como o estudo dos aspectos positivos e negativos das atividades de Marketing em relação à poluição, ao esgotamento de energia e ao esgotamento dos recursos não renováveis.”

No Brasil existem empreendimento eco turísticos como exemplo alguns hotéis que procuram agredir menos o ambiente tornando-os um empreendimento mais sofisticado e bonito que busque alternativas que visem a sustentabilidade

ambiental . Outro exemplo de empreendimentos são as pousadas que fazem parte de qualquer roteiro turístico de uma região.

Por outro lado a maioria dos empreendimentos ainda está caminhando em direção ao desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Mas tudo ocorre através de um processo de conscientização e sensibilização em relação a importância de preservar o ambiente e conservar a biodiversidade, entende que os indivíduos são responsáveis pelo ambiente em que vivem , então cabe a ele recuperação de qualquer dano ao ambiente.

Em relação à conseqüência do turismo sobre a natureza são inúmeros os desequilíbrios ambientais, como por exemplo, os citados abaixo:

- 1) A proliferação congestiva de construções de todos os tipos desde estradas a moradias, que trocam a fisionomia própria do lugar alterando a paisagem e modificando a flora e a fauna de maneira degradante.
- 2) O excesso do uso recreativo que causa atentados contra a vegetação, acumulação de resíduos, aumento de risco de incêndios, desalojamento de fauna selvagem e outros.
- 3) Aumento do volume de lixo e de detritos procedentes de moradias, hotéis, campings que diminui os valores potenciais e reduz as condições de habilidades da área.(BENI, 1997, p.267).

Ainda para Beni (1997), existem ainda outras conseqüências, mais moderadas devido sua intensidade em relação a atração turística apresentando um adequado ajustamento em relação ao Turismo e entre eles destacam-se:

- 1) A construção e instalação de linhas e equipamentos de telecomunicações que permitem o acesso a locais antes inacessíveis devido a distancia, relevo e outras dificuldades de ordem geográficas.
- 2) O cuidado de zonas florestais circundantes visitadas e a instalação de equipamentos receptivos compatíveis.
- 3) Defesas de Bacias, a execução de canalizações e a construção de eclusas nos desníveis das hidrovias e outros serviços de infra-estrutura às margens dos recursos hidrográficos como construção de píeres de atracação junto às margens de rios, lagos e represas, que se tornam necessárias em razão do prestígio turístico alcançado pela área receptora.(BENI,1997, p.267).

Para que este processo ocorra sem trazer muitos danos ao ambientes deverá haver uma gestão ambiental adequada que vise a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), bem como buscar apoio a centros e institutos de pesquisas, a órgãos governamentais e secretarias de meio ambiente entre outros.

Os pequenos empreendimentos estão inovando, criando sites de divulgação de seus empreendimentos e procurando executar projetos e programas ambientais, pois sabem que sem um ambiente com paisagens intactas e belas não há atrativos para os turistas.

Os donos dos empreendimentos estão cada vez buscando práticas eco turísticas que vise um equilíbrio ecológico minimizando os impactos ocasionados pela ação antropogênica ou pela própria natureza que estão relacionadas à Educação Ambiental.

A Educação Ambiental constitui uma indispensável ferramenta ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades de ecoturismo, por sensibilizar seus envolvidos acerca dos benefícios da conservação da natureza. (BUENO, 2008, p.1).

No Brasil em alguns locais já apresentam alternativas viáveis nos empreendimentos eco turísticos que vise a Educação para o Desenvolvimento Sustentável pode ser a solução dos principais problemas relacionados as questões ambientais.

A Resolução 237 19/12/97 22/97 CONAMA, “Dispõe sobre o licenciamento Ambiental.”

Art.12 – O órgão ambiental competente definirá se necessário, procedimentos específicos para licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 3º - Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental (CONAMA - 237 19/12/97 22/97).

Está comprovado que estas alternativas são viáveis nos empreendimentos eco turísticos e possibilitam um crescimento significativo na compreensão do sentido da qualidade de vida das populações e no respeito ao ambiente como meio gerador de melhores condições de vida e lazer.

Como exemplos de práticas ambientais estão àquelas executadas através de oficinas, projetos ou programas que priorizam a Educação Ambiental e o Desenvolvimento sustentável.

Os roteiros turísticos que apresentam empreendimentos que se preocupam com a sustentabilidade em suas praticas ecoturísticas são mais procurados pelos visitantes.

Alguns empreendimentos que praticam um turismo sustentável já apresentam as praticas ambientais citadas abaixo e que deveriam ser prioridade em todos os empreendimentos ecoturísticos.

Verifica-se que há hotéis e pousadas que contratam e treinam profissionais mantendo parcerias com agricultores locais para cultivar verduras e legumes orgânicos para abastecer os restaurantes.

O cultivo de hortas em diferentes locais e instituições promovem a produção de alimentos de forma natural e incentivando o ser humano a descobrir formas de melhorar a qualidade de vida, inclusive com o plantio de árvores, tanto nativas, como frutíferas e ornamentais.

O lixo orgânico é utilizado para gerar adubo natural, pois se sabe que as utilizações dos fertilizantes e inseticidas têm contribuído muito nas últimas décadas para o aumento da produção de alimento. Mas o uso exagerado, e muitas vezes, inadequado desses produtos químicos tem causado vários problemas à saúde e ao ambiente. Como está descrito nas normais gerais sobre o uso de agrotóxicos.

Os defensivos agrícolas são produtos de ação biológica e visam, a defender as plantas de agentes nocivos. Alguns, como os inseticidas, têm por fim combater formas de vida animal e, por conseqüência, tendem a ser mais perigosos para o homem. A avaliação toxicológica efetuada pelo Ministério da Saúde antes do registro do produto visa a permitir a comercialização daqueles que, usados de forma adequada, não causem danos à saúde nem deixem resíduos perigosos sobre os alimentos. Já a avaliação de impacto ambiental realizada pelo IBAMA tem por objetivo permitir o uso apenas de produtos compatíveis com a preservação do ambiente. (GARRIDO E SÔNEGO, 2003, p.1).

A implantação de hortas nestes empreendimentos possibilita o envolvimento dos diferentes segmentos da sociedade, visando uma mudança benéfica nos hábitos alimentares. A construção de novos hábitos e perspectivas oriundas destes processos vai influenciar em novos hábitos domiciliares, inclusive envolvendo novos costumes e reeducação alimentar.

Outro aspecto a ser considerado nos empreendimentos, é que em muitos há implantação de viveiros de mudas nativas, favorecendo o replantio das áreas

degradadas e contribuindo para conservação e preservação ambiental, produzindo mais lucros pois há maior economia.

Pois as mudas são utilizadas tanto para o reflorestamento do local, como também para a distribuição aos usuários no sentido de efetuarem plantio em suas residências e entornos. A madeira pode ser reutilizada na construção e reparos nos empreendimentos, bem como bambus, pedras e azulejos hidráulicos sempre priorizando o conforto. Ocorre a neutralização do CO<sub>2</sub> emitido no deslocamento dos hóspedes através do replantio de mudas.

Os artesanatos locais e regionais geralmente são valorizados, assim como as construções são erguidas procurando interferir no mínimo nos ambientes.

O ambiente, como patrimônio comum, não é uma ameaça a ser dominada, mas um conjunto de complexas e instáveis relações que devem ser controladas, aproveitadas para o bem duradouro e dinâmico da própria sociedade.

Todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente (PÁDUA; GABEIRA; CARVALHO, 1987, p. 38).

A recuperação das margens dos rios, arroios e mananciais através do reflorestamento, outros problemas ambientais podem ser reduzidos tais como, a contaminação dos solos, ar e das águas e a falta de saneamento.

Muitos empreendimentos por apresentarem alternativas que se preocupam com o aproveitamento dos recursos renováveis apresentam alternativas, tais como, um sistema adequado de efluentes e reutilização da energia solar para aquecimento da água, bem como o consumo de energia através de lâmpadas com sensor e fotocélula e o uso de cisternas para recolher a água da chuva e o uso de poços artesianos entre outros.

Com certeza, a qualidade das águas, dependerá dos tratamentos prévios oferecidos e realizados, colaborando com as diferentes formas de vida, reduzindo as doenças transmissíveis por água contaminada, favorecendo a qualidade da água para o consumo. A maioria dos locais pode ter o benefício de receber águas das nascentes.

Destaca-se que muitos locais também apresentam aulas ao ar livre em contato direto com a natureza, possibilitando vivências de processos de ensino-aprendizagem informal.

Os empreendimentos entendem que para ter um turismo sustentável tem que haver um ambiente de tranquilidade, prazer e aprendizagem de uma forma espontânea, onde todos se sintam responsáveis por conservar e preservar o ambiente e a biodiversidade.

### **2.1.3 Impactos Ambientais em Empreendimentos Eco turísticos**

Todas as alternativas que o turismo sustentável propostas significa possibilidades de melhoria significativa para o ambiente. Pode-se destacar que os pequenos empreendimentos são os que mais apresentam problemas referentes aos impactos ambientais, sendo uma das principais causas, a falta de gerenciamento adequado, fiscalização ou apoio financeiro de órgãos ambientais para solucioná-los.

Podemos citar como exemplo:

a) assoreamento das margens dos mananciais hídricos pelo desmatamento da mata ciliar, e a falta de cobertura vegetal, gerando o solo seja lixiviado.

É possível observar com o passar dos anos que um dos maiores problemas que intensificou os desastres ambientais é a invasão humana em áreas de proteção ambiental, acarretando em uma alteração substancial do ambiente.

[...] ambientes sujeitos a processos erosivos em regiões montanhosas ou a inundações periódicas em vales ou cursos d'água, em consequência de fortes chuvas. Isso sem levar em consideração o aspecto cumulativo do efeito estufa e da redução da biodiversidade, que geram mudanças climáticas tornando os fenômenos meteorológicos mais perigosos. Nessa medida, temos que reconhecer que as catástrofes naturais são intensificadas pela ação climática e ocorrem em ambientes mais fragilizados pela ação do homem (LAYRARGUES, 2005, p.12).

b) construções de habitações inadequadas às margens dos referidos mananciais não sendo respeitado o Licenciamento Ambiental para tal ação, pois o destino do esgoto fatalmente passa a ser as águas em alguns empreendimentos, como pousadas a beira de rios ou lagunas ou balneários com açudes construídos para os frequentadores.



Conforme a FEPAM a qualidade ambiental dos balneários depende da qualidade das águas e de um monitoramento adequado, que em nosso estado é realizado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental, tendo como base legal a Resolução nº274 do CONAMA:

[...] que classifica a água como imprópria para banho quando está contaminada por bactérias provenientes de esgoto (acima de 1.000 coliformes fecais por 100 ml de água ou 800 *Escherichia coli* por 100 ml de água ) em no mínimo duas amostras de cinco analisadas ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 2500 coliformes fecais ou 2000 *Escherichia coli*. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental executa o projeto balneabilidade desde 1980, anualmente, no período do verão (de novembro a fevereiro), avaliando as condições das águas no litoral gaúcho e praias do interior, nas regiões hidrográficas do Litoral, Guaíba e do Uruguai, para fornecer informações ao público sobre as condições de balneabilidade destas praias. (CONAMA nº274)

Observa-se que a degradação ambiental traz conseqüências ao ambiente, poluindo-o de diversas formas e ao ser humano que nele habita só o resta conviver com um ambiente bastante inóspito e que muitas vezes pode levá-lo a doenças sérias e até a morte.

Juntamente com a evolução da legislação, ampliou-se a consciência de que a saúde, individual e coletiva, nas suas dimensões físicas e mentais, está intrinsecamente relacionada à qualidade do meio ambiente. Essa relação tem se tornado mais eficiente para a sociedade devido à sensível redução da qualidade ambiental, verificada nas ultimas décadas, conseqüência do padrão de crescimento econômico adotado no país e suas crises. (RIBEIRO, 2004, p.8)

Devido ao desenvolvimento econômico e as suas crises, os seres humanos tem sofrido com os problemas relacionados à saúde publica devido ao uso inadequado do ambiente, como por exemplo, as inúmeras doenças ocasionadas pela água contaminada e acumulada principalmente nas grandes enchentes e pelo acúmulo do lixo que enche as ruas, atingindo principalmente as populações mais pobres.

Por tais razões o país deve enfatizar um desenvolvimento econômico com sustentabilidade que compreenda a relação saúde- ambiente, preocupando-se com os principais fatores de risco a saúde ocasionada pelos impactos ambientais.

A cada dia os riscos ambientais têm sido estudados e analisados por estudiosos, por serem decorrentes de ações humanas que trazem conseqüências

impactantes ao ambiente. Estudiosos observaram que os desastres naturais não são tão naturais como se imaginava, concluindo-se que:

O impacto das catástrofes naturais não seria tão devastador se não fosse a influência da ação humana que ocorre basicamente por intermédio de dois mecanismos, a progressiva invasão em áreas críticas de risco ambiental e as mudanças ambientais globais, que alteram substancialmente a dinâmica do clima mundial (LAYRARGUES, 2005, p.11).

Os empreendimentos eco turísticos devem ser um modelo de sustentabilidade enfatizando a qualidade de vida através da preservação e conservação do ambiente, bem como está descrito na constituição federal de 1988, expressando a importância de um ambiente ecologicamente equilibrado conforme o artigo abaixo:

O Art. 225 exerce na Constituição o papel de principal norteador do meio ambiente, devido a seu complexo teor de direitos, mensurado pela obrigação do Estado e da Sociedade na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, já que se trata de um bem de uso comum do povo que deve ser preservado e mantido para as presentes e futuras gerações.

Por isso os empreendimentos eco- turísticos devem apresentar uma infraestrutura adequada considerando os futuros impactos ambientais e não só apenas proporcionar conforto do espaço onde se convive.

A infra-estrutura adequada não deve tornar a convivência nas comunidades em problemas ambientais que sejam sérios aos seus habitantes, tais como os problemas relacionados a saúde pública.

Alguns problemas ambientais são considerados globais por atingirem ao mundo como um todo, outro por atingirem mais especificamente o país, podendo ser considerados nacionais atingindo regiões bem específicas. Estudos mostram que os problemas ambientais que já foram resolvidos nos países desenvolvidos, ainda nos países em desenvolvimentos são um dos maiores problemas.

Segundo a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA-lei 9795/99), apud, Sorrentino, define:

A Educação Ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constrói valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio

ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (SORRENTINO, et al 2005, p.290).

Para a construção dos valores ambientais, o papel da sociedade é fundamental, surgindo à necessidade de ações que visem à conscientização da sociedade e cobrança por parte da mesma aos órgãos responsáveis. Como um dos exemplos mais comuns são os resíduos gerados que falta um destino adequado.

Para Layrargues (2005, p.13), os resíduos gerados representam um risco ambiental pois o lixo, quando não instalado corretamente em aterros sanitários é uma fonte de risco potencial para a área circundante.

A falta de estrutura na coleta e reciclagem do lixo resulta em sérios problemas prejudicando a qualidade de vida nas comunidades. Sendo o lixo um dos problemas que mais afetam a saúde humana nos países em desenvolvimento na atualidade, tanto o resíduo orgânico como o inorgânico. A destinação dos resíduos inorgânicos gera um dos maiores problemas sanitários, por não serem biodegradáveis, e provocarem a poluição do ambiente.

Existe um mau gerenciamento dos resíduos sólidos decorrente da gestão inadequada do gerenciamento dos serviços prestados pelos diversos órgãos vinculados, pois os resíduos recolhidos têm o mesmo destino, independente se há participação ativa da comunidade na coleta seletiva do lixo, tendo como um único local destinado o aterro sanitário.

A melhoria de qualidade do meio exige uma vontade política e o esforço dos diferentes setores da comunidade apoiados por suas aptidões, competência e os mais variados meios.

Segundo Leff (2001), a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972, aponta para os problemas ambientais que foram difundidos ao mundo (p. 89). A partir daí, os problemas ambientais ganharam real importância e preocupação com a busca de soluções e/ou minimização.

Uma das características da espécie humana é a capacidade de compreender os mecanismos que comprometem sua conservação, intervindo no ambiente e que está na consciência do ser humano.

Uma das reações é a insensibilização com relação à gravidade de certas ameaças, devido à indiferença gerada pela freqüência dos acidentes. Os homens

reagem contra as pressões e ameaças através de um condicionamento mais ou menos eficaz, criando no interior um meio de proteção contra a agressividade exterior.

As causas das agressões ao meio ambiente são de ordem política, cultural e econômica. A sociedade civil ainda não prioriza como deveria, por insensibilidade, a defesa do meio ambiente. Ao contrário das sociedades indígenas, cuja cultura respeitava a natureza, o homem moderno só começou a perceber a necessidade de combater a poluição quando os efeitos dela lhes caíram sobre a cabeça. Empresários com visão de curto prazo, inescrupulosos e indiferentes aos danos ao meio ambiente, deixaram em segundo plano o controle ambiental. (PORTUGAL, 1992, p.1)

O ambiente é formado por esse conjunto de normas e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico, o qual comporta por sua vez simbioses e parasitoses, e entra na composição dos equilíbrios.

O controle ambiental é o ato de influenciar as atividades humanas que afetem a qualidade do meio físico do ser humano, especialmente o ar, a água e características terrestres. Os métodos usados no controle do ambiente podem variar imensamente.

A influência pode ir desde a afetação indireta do comportamento pela alteração de incentivos econômicos, tais como a falta de tempo causada pela economia, os pais não conseguem se dedicar na Educação Ambiental de seus filhos, esquecendo do prejuízo que isto pode causar a todos.

Conseqüentemente este problema passa de geração para geração, ocorrendo os desequilíbrios ecológicos, que afetam, portanto, a sobrevivência da própria espécie, de forma direta e indireta.

Segundo a Resolução do CONAMA-001, 23 de Janeiro de 1998, define o Impacto Ambiental como sendo:

Art. 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I) à saúde, segurança e o bem estar social; II) atividades sociais e econômicas; III) à biota; IV) as condições estéticas e sanitárias do ambiente; e V) à qualidade dos recursos ambientais.

Mais atraente torna-se a questão de lembrarmos que o ser humano é o principal agente, senão o único, desequilibrador dos ecossistemas naturais, sendo

capaz de alterar a estrutura em espécies das comunidades e produzir enormes mudanças nos meios físicos e químicos do ambiente. A sociedade está diretamente ligada com a natureza por todo um processo de produção de bens materiais e de desenvolvimento cultural dos homens, satisfazendo suas necessidades.

As atividades humanas influenciadas podem variar desde o despejo de lixo num lago, até a descarga de gases poluentes por milhões de motoristas que diariamente dirigem seus automóveis pelas ruas da cidade.

Todas as pessoas em atividade praticam certo grau de controle do ambiente, mas aqui é interpretado como um esforço consciente e sistemático feito por uma ou mais pessoas que agem em conjunto para produzir um ambiente esteticamente agradável, economicamente viável e fisicamente sadio.

Para Pelizzoli (2004, p.103 ):

O Desenvolvimento Sustentável é o mote dos grandes encontros internacionais, em geral patrocinados pela ONU, dos últimos anos, em vista de uma alternativa urgente diante dos efeitos nefastos do desenvolvimento não sustentável.

Há preocupação pública generalizada em relação ao controle ambiental e ao conjunto de condições ambientais que são consideradas problemas. Muitas destas condições são normalmente visualizadas, tais como: nuvens de fumaça nas cidades, relatórios de influências sobre a saúde pelos poluentes no ar e na água, resíduos sólidos e efluentes, poluição sonora, descrições de grandes vazamentos de petróleo e seus efeitos, engarrafamentos no trânsito e paisagens rurais em desaparecimento.

Outras condições são mais vagas, incluindo-se as especulações sobre os possíveis efeitos de mudanças climáticas ou escassez desesperadora de materiais.

Para enfrentar essas condições, inclusive as que até o presente não foram identificadas, mas que devem existir, real ou potencialmente, com base na experiência do passado, identificamos diversas forças ou fatores considerados como causas. Elas se tornaram os focos dos esforços do controle ambiental. Existem vários níveis de causalidade.

A atenção é dirigida em geral a fatores imediatos, como expansão suburbana desenfreada, industrialização com a poluição concomitante e insuficiência das diversas instituições sociais, tais como leis e órgãos

disciplinadores, para manter um ambiente de boa qualidade. A proteção do ambiente requer o esforço consciente dos indivíduos que vivem e trabalham no meio.

A crise ambiental rompe o mito do desenvolvimento levando em consideração os problemas globais gerados pelos efeitos sinérgicos e acumulativos de crescimento econômico e destruição ecológica.

Isto justifica a necessidade da manutenção e recuperação dos ambientes usados pelo ser humano através de suas diferentes práticas de uso e/ou extrativistas, criando locais de preservação ambiental. Pois uma das características da espécie humana é a capacidade de compreender os mecanismos que comprometem sua conservação, intervindo no ambiente e que está na consciência do ser humano.

#### **2.1.4 Legislação específica para o Ecoturismo**

Para que um gerenciamento ambiental ocorra de maneira adequada visando o Desenvolvimento Sustentável deverá utilizar como um dos instrumentos o licenciamento ambiental.

Segundo a Lei Federal, 6938/81, também conhecida como Lei da Política Nacional do Ambiente, no Rio Grande do Sul, com a aprovação do Código Estadual de Ambiente - **Lei Estadual nº 11520** de 03 de agosto de 2000, que estabelece em seu artigo 69:

Caberá aos municípios o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local, bem como aquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou Convênio". O Estado do Rio Grande do Sul, vem desenvolvendo através da Secretaria Estadual do Ambiente - Sema, o incremento do processo de descentralização do licenciamento ambiental municipal para aquelas atividades cujo impacto é estritamente local, e que estão descritas no Anexo I da **Resolução 102/2005** do Conselho Estadual do Ambiente (CONSEMA), nos seus Anexos II e III, referentes a manejo florestal - adicionados pela **Resolução 110/2005**, nas atividades adicionadas pela **Resolução 111/2005**, bem como nas adições relativas ao licenciamento de atividades de mineração descritas pela **Resolução 168/2007**.

Para uma sociedade sustentável é necessário haver a integração do desenvolvimento com a conservação ambiental. Existe uma necessidade do desenvolvimento de atividades relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável,

principalmente com os usuários de recursos naturais, para isso é necessário compreender a complexidade das dinâmicas do mundo contemporâneo.

Isso só pode ser feito se tivermos a clareza de que na sociedade moderna são confundidas complexidade e complicação, de um lado e de outro, simplicidade ( a essência do complexo) e ser simplista, isto é, reduzir a biodiversidade a recursos naturais e tudo a mercadoria, por tanto algo a ser consumido. Com esta visão sistêmica e participativa, espera-se que esses processos educacionais permitam incentivar educadores e educadores ambientais a acreditarem em sua capacidade de atuação individual e coletiva, ao se apropriarem de conceitos, readequando métodos, incrementando técnicas e melhorando suas práticas cotidianas. (SORRENTINO et al, 2005, p. 294)

Os processos educacionais referidos tratam-se da abordagem de um conhecimento não fragmentário e com inovações metodológicas que ocorre através da Educação Ambiental ao preocupar-se com a manutenção da vida.

A integração das comunidades que são atingidas em ações que visem à preservação do ambiente, através do desenvolvimento com a conservação ambiental, contribui para o crescimento harmônico e sustentável da região.

A crise ecológica existente que vem afetando todos os ecossistemas inclui o próprio ser humano, com isso gerando a necessidade da (RE) Educação Ambiental.

Segundo o Instituto da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), tem nas suas atribuições Decreto- lei nº 136/2007, de 27/04/2007, Art.3º que:

[...] promover e desenvolver a informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da Biodiversidade, com vista a criar uma consciência coletiva da importância dos valores naturais". Também a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**, dá ênfase à Educação Ambiental, principalmente na **Opção 8 - Promover a educação e formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade**

Os empreendimentos eco turísticos são locais que promovem atividades de entretenimento e lazer em contato direto com a natureza e com as culturas locais, por isso a necessidade de valorizar os ambientes naturais, paisagísticos.

Para o Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN), nos empreendimentos eco turísticos deve ocorrer a implementação de programas baseados em critérios de sustentabilidades tendo em conta que a atividade turística necessita sempre de um espaço físico (natural e cultural) para o seu

desenvolvimento, uma vez que é este que providencia as atrações para os turistas. Segundo a Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto:

O PNTN faz parte de um conjunto de orientações políticas internacionais direcionadas para o Desenvolvimento Sustentável destas áreas, que no caso particular do turismo visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística.

Os empreendimentos eco turísticos devem realizar atividades turísticas que promovam Educação, Ecologia e lazer de forma integrada e compromissada com a sustentabilidade ambiental. O local deve ter uma equipe de profissionais qualificados, que podem agir e interagir, criando e recriando as concepções e percepções dos visitantes sobre o ambiente em que vivem.

É extremamente importante a elaboração de projetos sócios- ambientais, a Identificação e recuperação da flora e fauna, preservação da mata nativa e ciliar, bem como a proteção de córregos cristalinos. A preservação do ambiente necessita do manejo adequado dos resíduos sólidos, tratamento biológico de água, evitando a contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Por tanto, os empreendimentos eco turísticos têm um importante papel na manutenção do equilíbrio ecológico da região.

O Programa Nacional de Turismo da Natureza- PNTN, que resultou de uma parceria pioneira em Portugal entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, definiu através da Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto:

O PNTN faz parte de um conjunto de orientações políticas internacionais direcionadas para o Desenvolvimento Sustentável destas áreas, que no caso particular do turismo visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística. (ICNB).

Após dez anos da criação do PNTN, o conceito de Turismo de Natureza foi redefinido. De acordo com o novo enquadramento legal para os empreendimentos turísticos e para as atividades de animação turística, considera-se turismo de natureza a atividade turística que decorra em áreas classificadas ou outras com



valores naturais, que seja como tal reconhecida pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

A atribuição do reconhecimento como Turismo de Natureza permite às empresas o uso do logotipo – Turismo de Natureza - bem como, a sua designação em todos os seus suportes de comunicação.

A lei nº 128545 de 26 de novembro de 2007 institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural que incentiva o desenvolvimento e a valorização do Turismo Rural. Esta política acredita no turismo sustentável, que ocorrerá decorrente ao incentivo das atividades rurais, da permanência da população ao campo e do estímulo dos trabalhadores rurais. Esta lei possibilita que os trabalhadores rurais passem a descobrir as potencialidades do meio rural. Neste processo a valorização da cultura local é fundamental, bem como dar ênfase ao agronegócio. Esta política possibilita a interação dos produtores rurais e os consumidores da cidade possibilitando a troca de experiências, o que acarretará em melhores condições de vida e grandes possibilidades de revitalização das atividades rurais. (Diário Oficial de 22 de dezembro de 2008 – páginas 3 e 4).

A população rural necessita de um programa de (RE)Educação Ambiental para qualificar pessoas para o desenvolvimento de atividades ligadas ao ambiente, fundamentadas nos princípios do Desenvolvimento Sustentável nas residências, no setor produtivo e empresarial, possibilitando a vivência teórica prática dos princípios que norteiam a Educação Ambiental e seu caráter transversal. Isto caracteriza a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo a secretaria de turismo no estado do Rio Grande do Sul há eventos e legislações que devem ser de conhecimento de todos os empreendimentos que promovem o turismo:

A Agência de Turismo apresenta a Legislação Federal:

a) Deliberação Normativa nº 400/98, de 06 de novembro de 1998, onde a diretoria da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) aprova o Programa de Financiamento de Agências de Turismo, que tem por objetivo prover recursos para o financiamento das empresas devidamente registradas no Instituto. O valor destinado é voltado para obras na construção civil, móveis e utensílios, capacitação de mão de obra, meios de transporte e equipamentos. O teto máximo por operação de financiamento é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) Deliberação Normativa nº 310/92, de 30 de abril de 1992. A EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) define os procedimentos para o exame dos pleitos

de credenciamento para operação no mercado de câmbio de taxas flutuantes, por empreendimentos turísticos, com o objetivo de simplificar o atendimento do empresariado. O documento destaca que os pleitos serão instruídos conforme regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN).

## 2.2 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No momento que o indivíduo entende que a Educação Ambiental verdadeira necessita de um processo contínuo que só se constrói através da ética e da cultura e de políticas viáveis e pertinentes às questões. Constitui-se um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos. Através deste processo que temos a consciência que o ser humano é parte integrante do ambiente, e só então percebemos que ele é o agente desencadeador dos principais problemas ambientais.

A Educação Ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa têm a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável focaliza, assim, os princípios e valores transmitidos por intermédio da educação e está voltado mais que as outras três iniciativas para o conteúdo e o propósito da educação, e, mais amplamente, para todos os tipos de ensino. Conceber e estruturar o movimento EDS também questiona todas as formas de se fazer educação para que adotem práticas e abordagens que promovam os valores do DS (Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, p.32).

A EDS deve recuperar a responsabilidade íntima do agir humano do dia-a-dia, pelas crises da natureza. Para isso é fundamental o envolvimento sócio-cultural e produtivo das comunidades. Com a EDS construímos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes, e competências voltadas para a conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Pressupõe-se que a Educação Ambiental constitui uma indispensável ferramenta para ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades de Ecoturismo, por sensibilizar seus envolvidos acerca dos benefícios da conservação da natureza (BUENO, 2008, p.1).

Os PCN-MEC (BRASIL, 2002) propõem que os cidadãos compreendam as ciências e as tecnologias como um conjunto de conhecimentos produzidos coletivamente pela comunidade, e que estes, gerem as técnicas e os procedimentos do trabalho produtivo. Isto ocorre se as condições forem favoráveis, e que haja o desenvolvimento de capacidades e potencialidades. Este processo ocorre com o objetivo de instrumentalizar o aluno nos métodos e nas práticas dessa ciência.

Para os PCN-MEC nas práticas dessa ciência de estimular, nesse aluno, uma postura de busca do conhecimento, de continuidade do aprendizado mesmo fora da escola- por iniciativa própria- e de discernimento para vislumbrar outras e novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2002).

A Educação com ênfase em Desenvolvimento Sustentável deverá possibilitar a vivência harmônica do "ser humano-economia" com o "ser humano meio-ambiente". O ser humano a partir da (RE)Educação Ambiental desperta seus direitos e deveres, passando a cobrar também da administração pública uma ação mais democrática na resolução das temáticas sócioambientais.

Atualmente se pararmos para refletir sobre Educação Ambiental, verificaremos que existem inúmeras concepções e conceitos que tem evoluído ao longo dos anos incorporando novos saberes e testemunhos de resultados importantes.

Com o passar dos anos a Educação Ambiental tornou-se um elemento de intervenção modificadora no quadro social em que atua, pois faz parte do cotidiano do país a ponto de ser oficializada com legislação própria.

Segundo o Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Execução da ENCNB (27.07.09):

A ENCNB vigora entre 2001 e 2010 e assume três objetivos gerais:

- conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
- promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da Biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. (ICNB – Relatório de Avaliação Intercalar da Execução da ENCNB)

O propósito fundamental de Educação Ambiental é mostrar as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno e a evolução em direção a capacitação dos indivíduos para gerenciar a conservação e o melhoramento do ambiente, contribuindo com um espírito de responsabilidade e solidariedade.

A Educação Ambiental é uma das ferramentas utilizadas através do Ecoturismo para mostrar que o Desenvolvimento Sustentável pode ser alcançado, através de diversificadas atividades ecoturísticas.

Para Campos (2001), o Ecoturismo torna-se uma alternativa para se obter o Desenvolvimento Sustentável, por tentar conciliar a relação dicotômica entre preservação do ambiente e desenvolvimento.

Nem todos os indivíduos possuem consciência sobre a importância do equilíbrio ecológico, o que justifica a necessidade de criar locais de preservação ambiental. Uma das características da espécie humana é a capacidade de compreender os mecanismos que comprometem sua conservação, intervindo no ambiente e que está na consciência do ser humano.

Para o autor Layrargues (2005, p. 6), a criação de leis e instrumentos para a gestão ambiental ainda não implicou a efetiva implantação de políticas públicas que desemboquem na melhoria da qualidade de vida e a proteção dos recursos naturais. O mais importante é a cidadania ativa com descentralização ou gestão participativa, para o autor:

[...] a democracia levará à sustentabilidade, através da criação de espaços de negociação e do fortalecimento dos instrumentos já existentes, como os órgãos colegiados, a exemplos dos Conselhos de Meio Ambiente e as instâncias participativas consultivas, como as Audiências Públicas (LAYRARGUES, 2005, p.6).

Tais compreensões deverão ocorrer dentro de um prazo médio ou mesmo longo, pois o ambiente sofre com a indiferença gerada pela frequência dos acidentes gerados pelas ações do homem, somente com o aprimoramento da democracia acredita que se pode construir meios para alcançar a sustentabilidade ambiental.

Com maior compreensão da Educação para o desenvolvimento sustentável, os donos dos empreendimentos poderão tornar-se cidadãos educadores ambientais, proporcionando ao ambiente uma nova perspectiva de realidade, como sendo fundamental para manutenção da vida no planeta.

Devido a ausência de uma política ambiental, o desmatamento pode ser outro impacto a ser minimizado nos empreendimentos, desenvolvendo-se atividades que conscientize para a redução e recuperação de áreas degradadas.

Considerando que só através da transformação dos processos de produção dos valores sociais e das relações de poder para construir uma nova racionalidade produtiva com a gestão participativa da cidadania.

O direito Ambiental não está preocupado apenas com o ambiente natural a condições físicas da terra, do ar e da água. Ele abarca também o ambiente humano, a saúde e outras condições sociais produzidas pelo ser humano que afetam o lugar dos seres humanos na terra (RODGERS *apud* RODRIGUES e CORA). A crise ambiental rompe o mito do desenvolvimento levando em consideração novos problemas globais gerados pelos efeitos sinérgicos e acumulativos de crescimento econômico e destruição ecológica (LEFF, 2001, p.86).

Analisando Leff, o conceito de ambiente sustentável volta-se à ocorrência do equilíbrio entre o crescimento econômico e conservação da natureza, aliado à possibilidade de mobilizar o potencial eco tecnológico, a criatividade cultural e a participação social para construir formas diversas do Desenvolvimento Sustentável, igualitário, descentralizado e autogestonário.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Sustentável, além da questão ambiental e tecnológica, tem uma dimensão cultural e política que vai exigir a participação democrática de todos na tomada de decisões para as mudanças necessárias.

Desenvolvimento sustentável passa a ser mais que um conceito, sendo um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ambiental e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das futuras gerações (ALMEIDA, 2001, p. 13).

O documento das Nações Unidas, que reuni um conjunto de acordos globais, Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial , no capítulo 2: Rumo ao Desenvolvimento sustentável, conceitua o Desenvolvimento sustentável como sendo:

O desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Ele contém em si dois conceitos fundamentais: o conceito de 'necessidades', em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, para que prioridade absoluta deve ser dada, e a idéia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e da organização social sobre a capacidade do meio ambiente para atender às necessidades presentes e futuras. (Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial, Junho de 1987, Genebra Suíça).

Dentro desta óptica, o ambiente é um recurso fundamental, sobre o qual são construídas as sociedades humanas. Ele afeta todos os setores da atividade social e qualquer ação que venha alterá-lo poderá resultar em amplas e sérias conseqüências.

Layrargues (2000), em relação aos conflitos sócio- ambientais descreve que há uma preocupação em como se trabalhar uma Educação Ambiental voltada para o exercício da cidadania, e acredita que os problemas ambientais sócio-ambientais serão enfrentados através das ações coletivas.

O mesmo ressalta que uma das alternativas de como resolver os problemas reside na busca dos principais fundamentos conceituais da educação para Gestão Ambiental, tendo como principal sujeito neste processo, o educador ambiental.

[...] o educador ambiental deve enveredar-se pela delimitação das relações sociais, pela identificação dos conflitos de uso dos recursos naturais e pela elaboração e implementação de políticas públicas. (LAYRARGUES 2005, p.3).

Neste contexto, a importância de uma sociedade não marginalizada, consciente, crítica e com capacidade de compreender e a importância de utilizarem os ambientes preservados serão os que menos sofrerão com os impactos ambientais. Para uma justiça ambiental e minimizar os conflitos a sócio-ambientais deveremos lutar por um desenvolvimento sustentável.

Para se atingir um Desenvolvimento Sustentável, três objetivos básicos deverão ser buscados:

- i- disseminar os conhecimentos e os meios para se controlar o crescimento populacional;
- ii- permitir um crescimento econômico dentro de uma justa distribuição dos benefícios necessários para satisfazer as necessidades da população atual e das gerações futuras;
- iii- estruturar o desenvolvimento de tal forma que os seus desdobramentos ambientais sejam mantidos dentro de limites aceitáveis, cujos contornos ainda estão para ser determinados (BRISTOTI, 1988, p.47).

A humanidade faz parte da natureza e depende dela para sua sobrevivência, mas a civilização dá a ela o poder de mexer com a natureza em escala sempre crescente, para o bem ou para o mal. Entre os efeitos negativos desta intervenção humana encontram-se, destruições do solo através de seu uso abusivo, provocando erosão, inundações e alterações do clima.

Deparamos com congestionamento da poluição e da alienação da moderna vida industrial e urbana anulam os ganhos em qualidade de vida obtidos através do aumento do consumo material. O comportamento humano já gerou múltiplas e às vezes profundas crises ecológicas ao longo da história.

Entendamos inicialmente que a poluição, a devastação, o desmatamento, a destruição da natureza e a degradação da qualidade de vida, todas as ações antiecológicas não decorrem apenas de uma falta de maior “consciência”. Decorrem de certas relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza, através da atual tecnologia.

É preciso tomar como partida o sentido original, que corresponde a um termo de Ecologia. O ambiente é um sistema de relações. A existência e a conservação de uma espécie encontram-se subordinadas aos equilíbrios entre os processos destruidores e processos regeneradores de seu meio.

O ambiente constitui um sistema de relações extremamente complexa muito sensível às variações de qualquer de seus fatores e desencadeando reações em cadeia. É geralmente definido como sendo um equilíbrio entre um número muito grande de grupos de forças que se compensam umas às outras.

Trata-se de uma imagem já excessivamente simplificada, pois os equilíbrios que se estabelecem na natureza e, com maior razão, numa natureza mais ou menos suprimida pelas múltiplas intervenções dos homens, constituem equilíbrios muito frágeis e instáveis.

Para Campos (2005, p. 2) com o desenvolvimento do conceito de Ecoturismo, as sociedades passaram a se preocupar com os impactos negativos que praticavam ao ambiente, colocando em discussão novas formas de se praticar uma forma mais responsável de Ecoturismo, o turismo relacionado ao ambiente e culturas de uma sociedade.

Voluntária ou involuntariamente, a ação humana é capaz de provocar mutações, pode alterar os ritmos anteriores e acionar novos sistemas de relações físicas, sem que isto implique que ela se encontre capacitada para, desde logo, dominá-los e neutralizar os seus riscos.

Segundo Leff, (2003, p.157):

A sustentabilidade está enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida; desdobra-se no espaço social, onde os atores sociais exercem seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizam potenciais ambientais em projetos autogerenciados para satisfazer as necessidades e aspirações que a globalização econômica não pode cumprir.

O ser humano ao invés de adaptar-se ao seu *habitat* de uma maneira menos acentuada, estimulando seus filhos desde a primeira infância a preservar o ambiente, relatando através da vivência sobre o bem estar de todos num ambiente saudável, passou a adaptar o ambiente às suas condições.

Para as autoras Milkhailova e Mulbeier, (2008, p.2):

O caminho ideal para o Ecoturismo é o que se chama turismo compatível com o Desenvolvimento Sustentável. Este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais. Para as autoras, o turismo passou a ser considerado um meio para apreciar os valores ambientais.

A falta de conscientização de que é preciso conservar o planeta Terra pode ser vista em várias situações, desde a mais simples, como por exemplo, selecionar de forma racional o lixo orgânico do lixo inorgânico até mesmo nos gastos energéticos do dia-a-dia, onde conduz assim, o universo à ameaça de extinção.

## 2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é entendida na atualidade como um processo que envolve o sistema educacional e a sociedade, na busca de respostas as crises socioambientais, pertencendo a Educação Ambiental a tarefa de reformular seus conceitos para enfrentar os desafios das novas realidades.



A intensificação dos problemas socioambientais tornou-se evidentes as deficiências no processo de políticas públicas, bem como na capacidade de formar pessoas e grupos sociais com valores integradores, de responsabilidade e cuidado para com os bens públicos, como são os recursos ambientais. (PÁDUA & SÁ, 2002, p.4).

Segundo o autor Layargues, ao relatar a prática educativa ineficiente diante do cenário da Educação Ambiental durante 20 anos, mostra a necessidade de incorporar novos conceitos da Educação Ambiental de acordo com a realidade que estamos apresentando.

[...] uma das correntes da Educação Ambiental, a Educação para Gestão Ambiental, sobressai atualmente como a portadora de determinados conceitos que podem com grande probabilidade responder aos desafios de se trabalhar uma Educação Ambiental voltada para o exercício da cidadania, no sentido do desenvolvimento da ação coletiva para o enfrentamento dos conflitos socioambientais ( LAYARGUES, 2005, p.1).

Um dos fatos mais marcantes de tentativas de Educação Ambiental no Brasil, foi a conferência intergovernamental de Tbilisi em 1977 que definiu a Educação Ambiental como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceito, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

A "Conferência de Tbilisi", como ficou conhecida, foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em Belgrado (1975), e contribuiu para precisar a natureza da EA, definindo seus objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes no plano nacional e internacional. Ou seja, tudo o que se precisava saber para o início do desenvolvimento da EA foi deixado em Tbilisi. (DIAS, 1991.p.5)

A Conferência foi um dos mais importantes acontecimentos, pois contribuiu para a primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em Belgrado (1975), onde foram estabelecidos os primeiros objetivos, características, recomendações e estratégias da Educação Ambiental. A partir daí surgiram novas idéias, estratégias, diretrizes e pesquisas buscando inovações em relação a Educação Ambiental por diferentes autoridades e especialistas.

Também foram estabelecidos alguns critérios de desenvolvimento da Educação Ambiental considerando todos os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos.

O documento de Tbilisi ultrapassa a antiga concepção de práticas educativas que eram freqüentemente descontextualizadas, ingênuas e simplistas, por buscar apenas a incorporação dos novos conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos ameaçados pelo ser humano [...] afirma que a Educação Ambiental deve proporcionar, entre outros fatores, a construção de valores e aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para a participação responsável na Gestão Ambiental. (LAYRARGUES, 2005,p.2)

Entende-se que a Educação Ambiental deve ser compreendida através de experiências educativas que possibilite aos educando compreender a relação do homem e a natureza de uma forma integrada, através de uma visão interdisciplinar, transversal, tanto no ensino formal como informal, buscando soluções para os problemas relacionados as questões ambientais do seu cotidiano.

A Educação Ambiental crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propícias um processo educativo. (GUIMARÃES, 2004, p.30)

A Educação Ambiental na atualidade deve integrar o mundo social ao mundo natural atendendo as necessidades dos cidadãos em relação às questões ambientais, tornando os cidadãos mais críticos e com maior compreensão das políticas públicas.

A Educação Ambiental surgiu, em grande medida, como uma resposta à crise na educação. Se a educação fosse abrangente e integradora, prescindiria de adjetivos, e as questões ambientais estariam inseridas em todas as situações educativas vividas pelos cidadãos em seu cotidiano. A intensificação dos problemas socioambientais tornou evidentes as deficiências no processo de formulação de políticas públicas, bem como na capacidade do sistema educativo de formar pessoas e grupos sociais com valores integradores, de responsabilidade e cuidado para com os bens públicos, como são os recursos ambientais (PADUA & SÁ, 2002, p.4).

É dever do Poder Público e da coletividade promover Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente. Este entusiasmo poderá resultar em uma preocupação em desvendar os mistérios que cercam aquelas interações conquistando um conhecimento sólido e objetivo sobre estes fatos que tanto interesse desperta.

Conforme a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 4º São princípios básicos da Educação Ambiental:

II - a concepção do ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

A Educação Ambiental está relacionada com a prática de tomada de decisões e ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. A conquista de melhores condições de vida e de trabalho estabelece o direito de usufruir do ambiente e não depredá-lo, garantindo as gerações futuras o mesmo direito.

A Educação Ambiental como política é análise das relações políticas econômicas sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos (REIGOTA, 2009, p.13).

A humanidade através de suas mudanças comportamentais negativas ao longo da história gerou múltiplas e profundas crises ecológicas com reflexos sociais. Fato que demonstrou a necessidade de sistematizar o conhecimento em relação à Educação, Ambiente e Educação Ambiental, conhecendo suas origens históricas e epistemológicas, para melhor compreender suas implicações na sociedade atual.

A Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida (DIAS, 2004, p. *apud* Minini).

A Lei N°9.795, de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 5º São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do ambiente, entendendo-se a

defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Entende-se que a Educação Ambiental constitui-se de um conjunto de atividades teóricas-práticas, voltadas para a busca de solução dos problemas concretos do ambiente, desenvolvendo-se através de uma visão transversal, conforme sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais, exigindo a participação ativa e responsável de cada indivíduo na sociedade atual.

A Educação Ambiental transformadora enfatiza educação em quanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos transformando a realidade de vida (LOUREIRO, 2004, p.81).

#### **2.4.1 Educação Ambiental e a sociedade**

Os seres humanos devem perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do ambiente.

A questão ambiental deve ser considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo ser humano dos recursos naturais disponíveis.

O educador ambiental deve enveredar-se pela demilitação das relações sociais, pela identificação dos conflitos de uso dos recursos naturais e pela implementação de políticas públicas (LAYRARGUES, 2005, p.3).

Segundo o Programa Nacional de Educação Ambiental, a lei 9.795, de 27 de Abril de 1999, Art.2o:

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (PRONEA, 2003, p.30).

Na Constituição brasileira de 1998, o tema ambiente foi inserido, no capítulo meio ambiente , bem como a introdução no Brasil da gestão ambiental a caminho da democracia , principalmente no momento que a lei diz que o dever de defender o ambiente e a responsabilidade não é só do poder público e sim da coletividade.

A sociedade quando não apresenta a compreensão que a Educação Ambiental deve estar voltada para o exercício da cidadania, não valoriza o direito que a lei está lhe atribuindo em relação a uma gestão ambiental democrática. Pois a democracia é um dos caminhos para se alcançar uma sociedade mais emancipadora e com justiça social.

O artigo 225 II expressa a Educação Ambiental e a sua importância em todos os níveis de ensino e a conservação pública para a preservação do ambiente.

A existência e a conservação de uma espécie encontram-se subordinadas a equilíbrios entre os processos destruidores e processos regeneradores de seu meio. O ambiente é formado por esse conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico.

Segundo a resolução do CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Temos que refletir sobre os problemas relacionados às questões ambientais verificando a necessidade de aproveitar a permeabilidade que a lei está nos atribuindo. Pois somente o poder público tem usufruído e os resultados não são os esperados. Ao momento que os cidadãos traçarem metas que lhes garantam mais participação nas tomadas de decisões, haverá uma maior perspectiva em relação a uma gestão ambiental adequada, onde os impactos ambientais serão minimizados.

Os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com os impactos ambientais, pois somente nos últimos tempos tem discutido e enfatizado a importância da Educação para Gestão Ambiental e de como esta educação pode transformar a realidade. Através da educação podemos analisar as relações sociais, políticas, econômicas e ecológicas e verificar como as questões ambientais foram administradas.

Observa-se que o desenvolvimento que visa somente a economia tem afetado o ambiente trazendo muitas conseqüências que compromete a qualidade de vida de todos.

Existe uma falta de harmonia na interface dos sistemas econômicos com os sistemas ecológicos. A economia considera convencionalmente a natureza como uma espécie de fator limitante que impede a progressão do crescimento econômico, cabendo à tecnologia o papel de ultrapassar os limites impostos pela natureza, para que assim o ser humano possa adquirir ganhos na atividade econômica (LAYRARGUES, 2005, p.9).

Já na perspectiva da economia ecológica, o autor relata que alguns economistas estão sensibilizados com a questão ambiental, entendendo-o como um novo campo interdisciplinar que examina as relações existentes entre os sistemas ecológicos e os sistemas econômicos, na tentativa de harmonizar os dois entre si.

As pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exerçam atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, são responsáveis, direta ou indiretamente, pelo acondicionamento, coleta, tratamento e destinação final dos resíduos por elas produzidos.

A intensidade do surgimento de problemas ambientais ligada ao surto de urbanização e industrialização das últimas décadas provocou inúmeras mobilizações na sociedade e influenciou a ação dos partidos e dos governos. Cada vez mais esse é um tema importante para a opinião pública e uma questão central para o desenvolvimento futuro do país.

A região sul vem se destacando por apresentar impactos socioambientais. Os principais problemas estão relacionado à degradação e assoreamentos dos solos, a agricultura mecanizada, o alto consumo de agrotóxicos, desmatamentos das remanescentes florestais. Construção de usinas termoeletricas, extração de carvão mineral, a expansão urbana desordenada como uma das principais causas dos conflitos sócio-culturais nas áreas de lazer, turismo e pesca; entre outros (SILVEIRA, 1998, p.208).

São várias as contribuições das leis existentes que esclarecem vários aspectos sobre ambientes rurais e zonas de predomínio de formações naturais. Tais leis colaboram para o aprofundamento e avaliação da realização de diagnósticos ambientais. As leis ambientais possibilitam também uma visão mais ampla. Assim o ser humano passa a tomar decisões e fazer intervenções necessárias em relação aos problemas ambientais existentes.

Segundo os PCN (Brasil,1998), “o ambiente vem sendo entendido como espaço para que os componentes bióticos e abióticos, vivam e se desenvolvam, trocando energia e interagindo entre si. É importante que a ação do ser humano no seu espaço sociocultural, modificando o seu meio e mudando sua visão a respeito da natureza e do meio em que vive.”

Torna-se importante destacar que a preservação ambiental deve ser fruto da ação de proteção contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação a um ecossistema. As diversas áreas ambientais que constituem variados ecossistemas, onde espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção devem ter o compromisso de usar ferramentas e estratégias que viabilizem o crescimento qualitativo dos cuidados ambientais.

No entanto as transformações que ocorrem na superfície do globo terrestre, motivadas pela modernização da tecnologia utilizada a cada dia com mais intensidade, vêm trazendo conseqüências consideráveis para o equilíbrio da natureza, prejudicando a biodiversidade da água da terra, do ar, da fauna e da flora (SCHUMACHER E HOPPE, p.1999).

Conforme a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental :

Art. 1º Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental, incumbindo:

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

A Educação Ambiental envolve uma função primordial aportar a construção de uma sociedade sustentável e á medida humana, que implica uma problematização da educação que transmitimos da visão do mundo que difundimos e da localização do nosso lugar nele.

### 3 MARCO METODOLÓGICO

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, valendo-se dos Métodos: Hermenêutico, Analítico Descritivo e Analítico Comparativo. Utilizamos para as questões abertas nas entrevistas e nas observações *in loco*, a técnica de Análise de Conteúdos.

#### 3.1 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida enfatizando o contato direto com os usuários dos locais de Ecoturismo: gestores, proprietários e freqüentadores por meio de entrevistas, observações *in loco*, análise comparativa, conforme caracterizado em cada Instrumento de Coleta de Dados- ICD- a seguir apresentados.,

O estudo realizado utilizou dos fundamentos da Hermenêutica, principalmente nas questões abertas, devido à subjetividade das respostas, e Análise de Conteúdos. Esta metodologia de coleta e análise de dados já foi usada por Oaigen (1996) e é descrita por Minayo (1994).

A análise das entrevistas, foi realizada obtendo as Categorias Principais- CP e permitindo a construção de Categorias Específicas- CE- CP, resgatando as principais idéias extraídas das respostas dadas para cada CP e agrupadas em várias CE por CP, possibilitando a formação de conjuntos de CP/CE.

A comparação dos dados coletados com a MA 01/09 serviu para estabelecer as relações entre os dados coletados, os autores lidos e os respectivos indicadores selecionados. Isto possibilitou a triangulação entre os autores, os dados e as opiniões da pesquisadora. Da triangulação realizada foi possível reunir subsídios para a construção de uma proposta favorável à EDS em Empreendimentos Eco turísticos.

#### 3.2 POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA

A população-alvo foi composta por gestores, proprietários e freqüentadores de empreendimentos voltados para o Ecoturismo e/ou Turismo Rural no Vale do Rio Pardo.



Como amostra visitou-se 60% dos empreendimentos situados na citada região, onde entrevistamos em oito empreendimentos os seguintes totais que constituíram a amostra:

- a) 06 gestores;
- b) 04 proprietários, e,
- c) 10 grupos, organizados com 08 freqüentadores em cada grupo, incluindo os gestores e os proprietários, totalizando 90 entrevistados

### 3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa realizada foi desenvolvida em etapas que obedeceram a uma seqüência lógica desde o planejamento, à execução e construção da dissertação. As etapas foram marcadas pela preocupação em estabelecer a coerência lógica entre a proposta (planejamento) e as relações efetivas entre o Marco Teórico, o Marco Metodológico e a Análise e discussão dos dados.

A proposta com subsídios elaborada para que os empreendimentos eco turísticos tenha sustentabilidade, decorreu dos resultados obtidos após a análise e discussão dos dados, onde a triangulação permanente entre os dados, a opinião da pesquisadora e dos autores possibilitaram considerações que atenderam aos objetivos previstos.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: TIPO, APLICAÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO

Os instrumentos a seguir caracterizados foram elaborados visando o atendimento a cada objetivo específico proposto na pesquisa realizada. Buscou-se em cada instrumento uma efetiva vinculação dos indicadores selecionados, com o aporte teórico e a visão da pesquisadora.

### **3.4.1 ICD 01/09- MATRIZ ANALÍTICA - Opiniões de alguns autores do Marco Teórico**

A matriz analítica O1/09 resgatou opiniões, conceitos e características de diversos autores em diferentes textos, buscando alicerçar cada indicador optado para a pesquisa realizada. A MA 01/09 foi estruturada contendo os seguintes elementos: autores/obras/ano; conceitos, opiniões e características e as relações entre todos os aspectos teórico-práticos envolvidos na pesquisa realizada.

### **3.4.2 ICD 02/10- DIÁRIO DE CAMPO- registro das observações feitas *in loco* pela pesquisadora, sobre os indicadores pré-determinados**

Este instrumento foi usado para o registro das observações *in loco* sobre os locais visitados, bem como para anotações sobre aspectos singulares observados. Aspectos da entrevista formal e também foram registrados no Diário de Campo.

Convém destacar que todos os aspectos observados estavam ligados aos indicadores selecionados.

### **3.4.3 ICD 03/10- ENTREVISTA- aplicado aos gestores, proprietários e freqüentadores**

As entrevistas realizadas através do ICD 03/10, escolheu gestores, proprietários e freqüentadores, usando os indicadores da MA- ICD 01/09 destacando a presença ou não dos mesmos. As anotações feitas buscaram refletir as percepções que os entrevistados ofereceram para análise diante dos indicadores questionados.

### **3.4.4 ICD 04/10- MATRIZ ANALÍTICA- uso da Análise de Conteúdo, onde os indicadores foram usados como Categorias Principais (CP) e as respostas dos entrevistados como Categorias Específicas (CE). As análises foram efetuadas com as respostas das entrevistas.**

Este instrumento utilizado na pesquisa buscou os conhecimentos, as opiniões e os comportamentos observados e manifestados pelos gestores, proprietários e freqüentadores dos empreendimentos analisados, destacando nas

opiniões emitidas e nas observações realizadas, os aspectos relacionados com os indicadores selecionados, principalmente no que se referia a EDS.

### 3.5 INDICADORES

Os indicadores analisados na pesquisa são referentes às categorias principais - CP indicados nos Diários de Campo. Utilizou-se os seguintes:

- a) Ecoturismo;
- b) Educação Ambiental;
- c) Desenvolvimento Sustentável;
- d) Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- e) Gestão de Empreendimentos Eco turísticos.

### 3.6 DESIGN DA PESQUISA

3.6.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3.6.2 TIPO DE PESQUISA	3.6.3 TIPOS DE MÉTODOS	3.6.4 TIPOS DE TÉCNICAS	3.6.4 INSTRUMENTOS USADOS
a)Desenvolver idéias e conceitos sobre os indicadores: Ecoturismo, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Empreendimentos Eco turísticos, construindo uma Matriz Analítica- MA- ICD 01/09, revisando vários autores e obras;	<b>QUALITATIVA</b>	<b>ANALÍTICO DESCRITIVO</b>	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO</b>	<b>ICD 01/09: MATRIZ ANALÍTICA</b>
b) analisar os empreendimentos eco- turísticos em diferentes regiões do Rio Grande do Sul através de observações <i>in loco</i> Diário de Campo e entrevistas com gestores, proprietários e freqüentadores, destacando a presença ou não dos indicadores nestes locais.	<b>QUALITATIVA</b>	<b>HERMENÊUTICO</b>	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO</b>	<b>ICD 02/10: DIÁRIO DE CAMPO</b>
C) investigar as opiniões dos freqüentadores dos empreendimentos selecionados observando, registrando e documentando o comportamento e as atitudes em relação ao uso do ambiente:	<b>QUALITATIVA</b>	<b>HERMENÊUTICO/ COMPARATIVO</b>	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO</b>	<b>ICD 03/10: ENTREVISTA</b>
d) comparar os dados coletados nos diferentes ICD com os conceitos da MA 01/09 diante dos princípios da EDS, destacando subsídios oriundos dos ICD aplicados diante dos indicadores usados nas diferentes fases da pesquisa e a EDS.	<b>QUALITATIVA</b>	<b>COMPARATIVO</b>	<b>COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ICD 02 e 03 com a MA 01/09</b>	<b>DESTAQUE AOS ASPECTOS PRINCIPAIS E CONVERGENTES NOS DIFERENTES SEGMENTOS DA AMOSTRA</b>

**Figura 2 - Design da Pesquisa**

**Fonte: Pesquisadora**

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS**

Este capítulo tratou da análise dos dados coletados através dos diferentes instrumentos de coletas de dados (matrizes analíticas, entrevistas, diários de campo e imagens), que fazem parte do processo analítico, discussivo e interpretativo dos dados coletados. A análise, discussão e interpretação dos dados coletados também estão relacionadas com os conceitos e concepções dos autores citados no Marco Teórico, e com os indicadores selecionados para a pesquisa.

### **4.1 ICD 01/09- MATRIZ ANALÍTICA CONCEITOS DOS AUTORES**

A matriz analítica analisou as opiniões dos principais conceitos e concepções de vários autores e outras fontes sobre indicadores analisados. As respectivas análises possibilitaram que ocorresse o confronto de idéias entre os envolvidos: pesquisados, pesquisadora e autores.

Cada indicador pesquisado foi analisado separadamente, porém, envolvendo, sempre que possível os demais indicadores, propiciando a tão necessária transversalidade entre todas fontes pesquisadas.

INDICADORES(I)	FONTE 1	FONTE 2	FONTE 3	FONTE 4	FONTE 5
<b>I1 Ecoturismo</b>	<p>“O Ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar da populações envolvidas”(Grupo de trabalho IBAMA/EMBRATUR p.29)</p>	<p>“Os seminários e eventos internacionais interpretam Ecoturismo como qualquer modalidade de turismo associado direta ou indiretamente a natureza”. (Irving M. A. 2003 p.116)</p>	<p>“O Ecoturismo é uma atividade que acontece na natureza e promovem princípios ambientalistas, a falta do planejamento pode acarretar impactos tanto positivos quanto negativos, mais agravantes que em qualquer outro segmento do turismo”. (Milkhailova e Mulbeier, <i>apud</i> KINKER 2008, p.5 )</p>	<p>“O turismo sustentável é aquele que ocorre em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-as para as gerações futuras (RUSCHMANN &amp; WIDMER 2000 p. 67)”.</p>	<p>Segundo o autor o Ecoturismo na formação do seu próprio vocábulo encontra-se a origem de sua atividade.</p> <p>“O prefixo eco,do grego oikos, significando casa, o radical tur, no hebraico antigo, significando retorno e sufixo ismo, representando o deslocamento do homem. Ou seja, retorno do homem às suas origens, ao entorno primitivo, cujas premissas apontam para a manutenção dos ecossistemas, como essência total da terra” (Zacchi G. P. 2004 p. 9).</p>
<b>I2- Educação Ambiental</b>	<p>“A Educação Ambiental como política é análise das relações políticas econômicas sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos” (REIGOTA 2009,p.13).</p>	<p>“A Educação Ambiental critica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propícias um processo educativo” (Guimarães 2004, p.30).</p>	<p>“A Educação Ambiental transformadora enfatiza educação em quanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos transformando a realidade de vida” (Loureiro 2004, p.81).</p>	<p>“A Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida” (Dias, 2004, p. <i>apud</i> Minini).</p>	<p>A lei 9.795, de 27 de Abril de 1999, Art.2o:</p> <p>“A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (PRONEA 2003, P.30).</p>
<b>I3 Desenvolvimento Sustentável- DS</b>	<p>“O Desenvolvimento Sustentável vai além do propósito de capitalizar a natureza e de ecologizar a ordem econômica implica um processo de socialização da natureza e o manejo comunitário dos recursos, fundados em princípios de diversidade ecológica e cultural” (Leff 2001, p. 82).</p>	<p>“O DS busca compatibilizar as necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com as necessidades de preservação ambiental” (Dias 2004, p.121).</p>	<p>“DS é o mote dos grandes encontros internacionais, em geral patrocinados pela ONU, dos últimos anos, em vista de uma alternativa urgente diante dos efeitos nefastos do desenvolvimento não sustentável”(Pelizzoli, 2004, p.103).</p>	<p>“O DS é o Desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats</p>	<p>“O Desenvolvimento Sustentável é o tipo de desenvolvimento que pode se buscar no Ecoturismo, pois são conceitos correlatos, visto que a definição e o fim de ambos estão interligados, propiciando desde então mecanismos para o desenvolvimento das comunidades. Esses mecanismos seriam as estratégias e planos elaborados pelos empresários e governos, baseados na sustentabilidade e conservação utilizados no Ecoturismo, que tem por objetivo a</p>

				naturais. (Relatório Brundtland, 1987)	participação das comunidades locais nesse processo, causando assim o Desenvolvimento Sustentável para todos os envolvidos.(Campos 2005,p.5)
<b>14 Educação para o Desenvolvimento Sustentável</b>	<p>“ A EDS abrange:</p> <p>a) a promoção da melhoria da Educação Básica;</p> <p>b) reorientação da Educação existentes em todos os níveis em direção ao Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>c) desenvolver entendimento público e consciência da sustentabilidade;</p> <p>d) gestão e treinamento. (Agenda 21 capítulo 36).</p>	<p>“A Educação para o Desenvolvimento Sustentável focaliza, assim, os princípios e valores transmitidos por intermédio da educação e está voltado mais que as outras três iniciativas para o conteúdo e o propósito da educação, e, mais amplamente, para todos os tipos de ensino. Conceber e estruturar o movimento EDS também questiona todas as formas de se fazer educação para que adotem práticas e abordagens que promovam os valores do DS” (Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014 p.32)</p>	<p>A EDS deve objetivar o desenvolvimento ideal da humanidade, com ênfase na autonomia e no pensamento crítico. A EDS indica concepções como: ambiente, da educação e Desenvolvimento Sustentável” (sauvé,2005)</p>	<p>“A EDS tem uma visão que busca equilibrar a economia com o bem estar, a qualidade de vida da humanidade buscando a melhor maneira de buscar o dialogo com a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Silva,2009)</p>	<p>“A EDS se baseia nos pressupostos que fundamentam uma educação para a sociedade sustentável e deve ser suficientemente consistente de maneira a desenvolver nos educandos a capacidade de pensar criticamente o homem e suas relações com a natureza”(Cortez 2010) .</p>
<b>15 Gestão de Empreendimentos Eco turísticos.</b>	<p>No Brasil, as “Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo” conceituam “Ecoturismo” da seguinte forma: ...um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994 p.19).</p>	<p>Pressupõe-se que a “Educação Ambiental constitui uma indispensável ferramenta para ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades de Ecoturismo, por sensibilizar seus envolvidos acerca dos benefícios da conservação da natureza” (Bueno 2008, p.1).</p>	<p>“Com o objetivo de fortalecer e descentralizar o desenvolvimento do turismo o Programa Nacional do Turismo prevê também o fomento à implantação dos conselhos municipais de turismo, a elaboração de planos diretores para os municípios, os planos de desenvolvimento do turismo e, o estabelecimento de fundos municipais como apoio as iniciativas” (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).</p>	<p>“O planejamento turístico [...] como um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuam na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos [...] O planejamento é indispensável para o desenvolvimento de um turismo sustentável”.</p> <p>(RUSCHMANN &amp; WIDMER 2000 p.66)</p>	<p>“o adequado planejamento para a consolidação de uma inovação ou projeto social e sua multiplicação é um fator fundamental para a saúde do empreendimento social e para assegurar os resultados esperados (Ashok empreendimentos sociais)</p>

**Figura 3 - Síntese das opiniões retiradas dos autores e obras diante das opiniões da pesquisador**

#### **4.1.1 Análise das opiniões e conceitos dos autores lidos**

Na seqüência são analisados os destaques extraídos das obras lidas dos cinco autores optados sobre os indicadores selecionados, buscando sempre que possível realizar a triangulação dos dados em análise: dados coletados, opinião da pesquisadora e análise diante dos autores citados no Marco Teórico.

##### **4.1.1.1 Ecoturismo**

As análises realizadas diante dos dados coletados indicam que um dos principais conceitos sobre o ecoturismo o considera como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio cultural, incentivando sua conservação e busca através da formação de uma consciência ambientalista (IBAMA/EMBRATUR, p.29).

As visitas realizadas indicam que estas premissas estão presentes em alguns dos locais investigados, o que permitiu que se considerassem fundamentais as atividades alicerçadas em EDS para todos que se fazem presentes em tais locais, possibilitando crescimento crítico, sustentável e cidadão, garantindo um mundo com mais qualidade de vida.

Na matriz analítica observa-se que os pontos convergentes discutidos pelos autores em relação ao eco turismo, no que diz respeito à conservação e preservação do patrimônio cultural de forma sustentável se tornam relevantes diante das situações que foram analisadas.

Na busca planos de gestão sustentáveis, é fundamental que sejam respeitados os princípios ambientalistas, que auxiliem na construção de cidadãos conscientes, responsáveis e que vivam em ambientes sustentáveis. A perpetuação do patrimônio cultural e ambiental permite uma viagem ao passado, resgatando a cultura dos povos trazendo contribuições presentes na história.

Administrar a vida na Terra significa responder a duas indagações: que tipo de planeta se deseja para as futuras gerações e como se pode concretizar este "desideratum". O primeiro passo já foi dado, pois a humanidade tem consciência da total interdependência entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. (BRISTOTI, 1988, p.1).



Outro ponto analisado foi a evolução do conceito de Ecoturismo, que vem sendo enfatizado como uma das alternativas para se resgatar princípios de Educação Ambiental e de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Na matriz analítica destacam-se também os seminários e encontros internacionais, congressos, fóruns, eventos entre outros. Segundo Irving (2003 p.116) “os seminários e eventos internacionais interpretam Ecoturismo como qualquer modalidade de turismo associado direta ou indiretamente à natureza”.

Os eventos possibilitam a discussão de novas estratégias que sejam eficazes, bem como o estudo de melhorar e cumprir as leis e diretrizes em busca de um planejamento com uma gestão adequada.

Considera-se que tais melhorias realmente devem promover a sustentabilidade ambiental, pois o turismo rural e o ecoturismo são alternativas que vem se desenvolvendo muito nos últimos tempos trazendo lucros no mercado econômico. Analisando as autoras Milkhailova e Mulbeier ( 2008, p.5 *apud* KINKER), que diz que *a falta do planejamento pode acarretar impactos tanto positivos quanto negativos, mais agravantes que em qualquer outro segmento do turismo.*

#### **4.1.1.2 Educação Ambiental**

No item 4.1.1.2 referente à Educação Ambiental na visão de alguns autores analisamos que a Educação Ambiental deve ser crítica, transformadora e politizadora, pois desta maneira, possibilita novas estratégias de ensino, de organização e administração em todos os segmentos sociais.

Analisando Leff:

Para o autor criar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais. Também deve preservar a biodiversidade para manter o equilíbrio ecológico do planeta, valorizar o homem de forma ética e cultural e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da diversidade biológica em harmonia com a natureza. (2001, p. 57)

A Educação Ambiental está inserida na legislação como um processo de ensino e aprendizagem formal e informal. Na citação da fonte 5, *a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional,*

*devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.*

Analisando por este prisma verifica-se que os textos e a legislação que tratam desta tema são ricos em proposições que possibilitariam um ambiente sustentável, tanto economicamente como ambientalmente. É visível a falta de acompanhamento e fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Isto nos possibilita afirmar que ela deve perpassar por todas disciplinas de ensino de forma interdisciplinar e transversal. A Educação Ambiental interdisciplinar e transversal procura formar cidadãos críticos e agentes transformadores da realidade, buscando resolver as situações problemas que surgem no contexto atual promovendo a quebra de paradigmas.

Consideramos também que os ambientes turísticos podem ser uma possibilidade de ensino e aprendizagem formal e informal que contribuem para uma Educação Ambiental crítica, política e transformadora.

#### **4.1.1.3 Desenvolvimento Sustentável**

Na matriz analítica os autores Leff 2001 e Dias 2004 apresentam como pontos convergentes a relação do desenvolvimento econômico que realmente busque a sustentabilidade ambiental. Os autores acreditam em um processo de conscientização e sensibilização, onde o ser humano é o agente transformador do ambiente e cabe a ele a total responsabilidade da preservação ambiental. As suas atitudes em relação ao manejo correto do ambiente vão depender do quanto está socializado com a natureza. .

Os autores ressaltam e isto foi destacado na Matriz Analítica que o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ocorrerá desde que sejam resgatados os princípios de diversidade ecológica e da cultura.

Neste processo entende-se que deva haver um equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e políticos, em busca de um ambiente menos degradado progredindo para um desenvolvimento econômico e social.

Uma das alternativas para soluções pratica dos problemas relacionados ao ambiente, vem sendo discutido cada vez mais pelas comunidades científicas e políticos através de vários eventos.

Ainda afirma Pelizzoli (2004, p. 103) que:

DS é o mote dos grandes encontros internacionais, em geral patrocinados pela ONU, dos últimos anos, em vista de uma alternativa urgente diante dos efeitos nefastos do desenvolvimento não sustentável.

Nos eventos são discutidas a importância do Desenvolvimento Sustentável e seus benefícios, que são temas de encontros nacionais e internacionais. Nas discussões percebeu a necessidade de novas estratégias e planejamento para que realmente haja ações práticas para as soluções do ambiente.

Observamos na matriz os pontos divergentes entre os autores é que somente a citação da fonte 5 , relaciona o Desenvolvimento Sustentável com o Ecoturismo, vendo no Ecoturismo uma alternativa ou exemplo para atividades interligadas que visem a sustentabilidade ambiental. Para a fonte 5, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo estão inter-relacionados buscando ambos o mesmo objetivo o Desenvolvimento econômico e sustentável. Entretanto para Ecoturismo deve haver a participação da comunidade local neste processo.

#### **4.1.1.4 Educação para o Desenvolvimento Sustentável - EDS**

Neste indicador, os autores discutem a Educação para o Desenvolvimento Sustentável focalizada, nos princípios e valores transmitidos por intermédio da Educação Ambiental. Sendo que a EDS objetiva integrar o Desenvolvimento Sustentável ao sistema de ensino e aprendizagem em todos os níveis buscando o desenvolvimento ideal da humanidade, ou seja a equidade social, com ênfase na autonomia e no pensamento crítico e no desenvolvimento e atitudes responsáveis.

Analisando os princípios da EDS, verifica-se que o mesmo exige mudanças comportamentais nos educandos, tais como: capacidade de pensamento crítico ao ponto de compreender o significado de proteger o meio ambiente e a biodiversidade. Outro aspecto refere-se à responsabilidade dos educadores promoverem e vivenciarem ações que favoreçam a conscientização e sensibilização em relação à exploração não sustentável do ambiente.

#### **4.1.1.5 Gestão de empreendimentos Eco turísticos**

A EMBRATUR, ao criar as Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo não cita a necessidade de planejamento, estratégias, implantações e planos diretores para os municípios. Apenas conceitua o Ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, mas não discute como ocorre esta sustentabilidade .

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo prevê discutir a implantação dos conselhos municipais de turismo, para a elaboração de planos diretores para fortalecer e descentralizar o desenvolvimento do Turismo.

Analisando os autores Ruschmann & Widmer(2000) e Bueno (2008) vê-se na matriz a presença de pontos divergentes em relação aos outros autores por acreditarem que uma gestão de empreendimento eco turísticos, deva visar que a sustentabilidade ambiental, requer planos diretores, implantações ou programas e principalmente um planejamento que atenda todas as demandas.

#### **4.2 ANÁLISE DOS REGISTROS FEITOS NO DIÁRIO DE CAMPO (DC): ICD 02/10**

Com a análise descritiva dos registros feitos no diário de campo foi possível investigar e analisar as atitudes dos gestores e freqüentadores de empreendimento eco turísticos em relação aos seus conhecimentos, vivências e visão diante dos indicadores pesquisados.

Através das imagens foi possível observar a realidade do ambiente e suas relações com os indicadores. Na análise das imagens observou-se impactos ambientais e a falta de planejamento e gerenciamento adequados ao ambiente ocupado. A seguir estão citados os diários de campo-DC dos Empreendimentos Eco turísticos - EECT.

#### 4.2.1 Matriz Analítica dos Registros do Diário de Campo diante dos Indicadores selecionados nesta pesquisa

INDICADOR EECT	I1 Ecoturismo	I2 Educação Ambiental	I3 Desenvolvimento Sustentável	I4 Educação para o Desenvolvimento Sustentável	I5 Gestão de Empreendimentos Eco turísticos
EECT 01	<p>No empreendimento analisado não encontramos características de um turismo Sustentável, porque não observamos um planejamento que promova princípios ambientalistas .O empreendimento também demonstrou que não há interesse em ter projetos ou programas de Educação Ambiental, o que se torna um agravante além dos problemas existentes no empreendimento, pois acreditamos que a Educação Ambiental é uma ferramenta que deve ser utilizada no turismo para chegar-se a um turismo sustentável</p>	<p>O empreendimento analisado não aproveita os recursos naturais que o ambiente proporciona de maneira adequada. Não identificamos programas e/ou projetos de Educação Ambiental, que levem a conscientização e sensibilização dos frequentadores e da comunidade perante os aspectos ambientais. Também foi observada a falta de respeito e educação dos proprietários e visitantes perante a limpeza do local. Esta situação pode ser observada nos estabelecimentos há falta de coleta seletiva do lixo, sendo possível visualizar lixo jogado no meio da mata aos redores do local.</p>	<p>O empreendimento não apresenta um compromisso com a sustentabilidade. Não há uma preocupação em aproveitar a natureza de forma sustentável, apesar de haver uma boa preservação do ambiente por parte dos frequentadores. O empreendimento possui uma área grande, onde poderia ser cultivadas hortas para produção seu próprio alimento para o restaurante da pousada. Além disso, poderiam utilizar das sobras de alimentos para a compostagem servindo de adubos para os mesmos. Não há aproveitamento de energia e nem da água da chuva que poderia causar menos impactos ao ambiente.</p>	<p>É necessário que ocorra o resgate dos princípios básicos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, para que se possa trazer uma educação que promova valores e mudanças comportamentais para atingimos a uma sociedade sustentável. A sustentabilidade ecológica implica uma adequação perfeita entre atividades produtivas e não produtivas e o ambiente. Ela demanda uma atitude inteligente e criativa em face dos recursos naturais disponíveis utilizando-os de forma racional e parcimoniosa. A sustentabilidade ecológica implica na EDS e também que o ambiente seja visto pelos homens e mulheres como meio de lazer e satisfação de suas necessidades físicas e estéticas.</p>	<p>Não há um planejamento para o desenvolvimento de um turismo Sustentável. Não existe a implantação de um programa para a melhoria do ambiente, bem como um sistema de gestão ambiental, ou simplesmente um treinamento para os administradores e funcionários do empreendimento em relação às questões voltadas ao ambiente. O fato demonstra que no empreendimento não há uma política ambiental que se comprometa com o atendimento à legislação ambiental. Também se percebeu que durante a entrevista com os gestores do empreendimento que os mesmos não estão conscientizados dos problemas ambientais existentes.</p>

<p style="text-align: center;"><b>EECT 02</b></p>	<p>O empreendimento situa-se no início da Rota do Rio Pardinho, com turismo germânico rural e sustentável. A casa de produtos coloniais está divulgada no site do município e no folder da Rota germânica do Rio Pardinho. Apesar dos proprietários não saberem conceituar os indicadores pesquisados, ou seja, principalmente o que é Sustentabilidade. Observou-se no momento da pesquisa que o empreendimento apresenta sustentabilidade. Os pesquisados descreveram de maneira informal como ocorre a produção e venda dos industrializados e dos produtos coloniais, como queijos, cucas, lingüiças, rapaduras, vinhos, artesanatos, entre outros. Os proprietários preocupam-se com o ambiente limpo e com a qualidade dos produtos produzidos, para garantir a satisfação dos turistas.</p>	<p>O empreendimento aproveita os recursos naturais que o ambiente proporciona de maneira adequada. Apesar de que não foi identificado programas e/ou projetos de Educação Ambiental, que leve a conscientização e sensibilização dos freqüentadores e da comunidade perante os aspectos ambientais.</p> <p>O empreendimento analisado apresenta uma boa infra-estrutura, onde ocorre preservação da natureza, sendo o ambiente arborizado e apresentando produção de animais para consumo próprio</p>	<p>O empreendimento observado apresenta um compromisso com a sustentabilidade pois há uma preocupação em aproveitar a natureza de forma sustentável. O empreendimento possui uma criação de cabras, aproveitando seus derivados, tais como o leite para a produção de queijos. Além dos queijos, produzem cucas caseiras e lingüiças. E vendem outros produtos colônias trazidos por outros produtores rurais como vinhos.</p>	<p>Há atitudes e vivências de alguns princípios básicos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Os proprietários reclamam que precisam receber mais orientações para se fazer sustentabilidade ambiental.</p>	<p>Na análise não verificamos um planejamento para o desenvolvimento de um turismo Sustentável, mesmo assim ocorre o turismo. Não observamos um programa para a melhoria do ambiente, bem como um sistema de gestão ambiental, ou simplesmente um treinamento e orientações para os administradores e funcionários do empreendimento em relação a venda dos produtos, manipulação e normas de como devem proceder, porque a fiscalização é rígida. Chamou-nos a atenção, à força de vontade dos proprietários de fazer tudo conforme a lei. A principal pergunta durante a entrevista foi: <i>a quem recorrer para vender nossos produtos coloniais sem que a fiscalização retire nossos produtos?</i> Os proprietários, não sabem mais o que fazer, dizem que a prefeitura não apóia o Turismo Rural e nem a sustentabilidade, e sem o apoio da prefeitura</p>
---	--	---	--	--	---

	<p>O local por apresentar paisagens preservadas, propicia a interação do homem com a natureza. Para os proprietários é uma satisfação receber visitas para mostrar seus produtos coloniais e criação de animais. Neste empreendimento o lucro é a consequência do trabalho, apresentando desenvolvimento econômico e turístico.</p>				<p>tudo fica mais difícil. O fato demonstra que no empreendimento não há uma política ambiental que se comprometa com os atendimentos à legislação ao que se referem aos empreendimentos eco turísticos.</p>
<p><b>EECT 03</b></p>	<p>O empreendimento promove o contato dos visitantes com os animais, jardins, hortas e trilhas, com o objetivo de um ensino e aprendizagem informal por ser um sítio pedagógico. Em princípio a idéia da compra do local era apenas um lugar para se conviver com os filhos ensinando valores ambientais, como preservar e conservar o ambiente. Com o passar do tempo os proprietários verificaram o quanto era importante que todos tivessem acesso</p>	<p>O empreendimento está em processo de evolução, a cada momento idéias inovadoras vão surgindo por parte da diretoria e colocadas em prática pelos gestores. Há trilhas ecológicas a serem exploradas para conhecer melhor a área. No Sítio Pedagógico em determinadas áreas permanece o ambiente como era quando foi adquirido e em outras áreas apresenta as mudanças e recuperações. Para que os estudantes possam analisar o que é uma área nativa, degradada e, após, a área recuperada. Um aspecto</p>	<p>O empreendimento apresenta o compromisso com a sustentabilidade, pois fica clara a preocupação em aproveitar a natureza de forma sustentável. O mesmo possui uma área de nove hectares, onde tudo foi planejado para preservar o ambiente. Existe o manejo adequado da floresta de Eucalipto, pois a madeira é utilizada pela propriedade para a realização de consertos. Também ocorre o cultivo de hortas, conforme o observado na imagem 10, para produção e uso pelo restaurante na preparação de alimentos. As sobras de alimentos são utilizadas para a compostagem servindo de adubos para os mesmos.</p>	<p>No empreendimento apesar dos gestores terem percepções de como se fazer a sustentabilidade ambiental. Ainda foi discutido que há despesas por parte do sítio, porque o sítio foi a pouco tempo inaugurado. O sítio investe no artesanato de produção local, na produção de produtos coloniais como chás aromáticos, geléias, que são consumidas para lanches e comercialização. Alguns dos produtos são repassados pelos produtores rurais que moram ao redor do Sítio Pedagógico Paraíso. As garrafas pets são aproveitadas nas hortas e</p>	<p>A equipe de gestores responsáveis pelo sítio é formada por uma Pedagoga responsável pela direção, uma Bióloga responsável pelos Projetos e Marketing, uma Socióloga, Administradores e Engenheiros. Observamos um planejamento estratégico onde os funcionários recebem treinamento pelo SENAR. Existem funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção. Verificamos a implantação de um</p>

	<p>aos trabalhos realizados no sítio.</p>	<p>positivo no empreendimento é que apesar de não ter uma infra-estrutura adequada que possibilite hospedagens, há uma boa interação e integração com parcerias, como por exemplo, <i>o sítio tem convênio com uma pousada próxima, com preços bem acessíveis</i>, onde os visitantes são conduzidos pelo monitor do sítio para sua melhor comodidade, pois, muito dos visitantes vem de outras localidades. Um dos objetivos principais são as aulas informais que possibilita a conscientização e preservação da mata nativa. O ambiente é bem arborizado. No sítio observou-se a valorização da cultura local com características da imigração alemã.</p>	<p>Verificamos no empreendimento a interação do homem com o ambiente.</p>	<p>materiais orgânicos são reutilizados para geração de rendas.</p>	<p>programa para a melhoria do ambiente, bem como um sistema de gestão ambiental através de um treinamento para os administradores e funcionários do empreendimento em relação às questões voltadas ao ambiente. Não foi analisada a existência de leis e diretrizes no empreendimento que se comprometa com o atendimento à legislação ambiental. Também percebeu-se que durante a entrevista ficou claro a preocupação da gestão em trazer inovações para o empreendimento.</p>
<p><b>EECT 04</b></p>	<p>A destilaria é conhecida mundialmente. Neste empreendimento está presente princípios de Ecoturismo nacional e internacional. Os principais visitantes internacionais são trazidos através da divulgação das multinacionais. O</p>	<p>O empreendimento aproveita os recursos naturais da melhor maneira possível. Apesar de não existirem programas e/ou projetos. Também foi observada a preservação da flora e da fauna, através do reflorestamento onde antes se plantou a cana - de - açúcar, onde está visualizada nas imagens 21</p>	<p>O empreendimento apresenta um compromisso com a sustentabilidade, mas fica difícil executar desde que surgiram os tributos estaduais. Os proprietários tornaram se dependentes dos tributos e de terceiros como multinacionais. A produção da cachaça não pode ser considerada uma micro empresa, apesar de ser comercializada no comércio ou</p>	<p>No empreendimento apesar dos gestores terem percepções de como se fazer a sustentabilidade ambiental. Foi discutido que há despesas, mesmo sendo um produto de qualidade e bem comercializado.</p>	<p>Os proprietários são os responsáveis pela Destilaria. A proprietária, formada em Química, tem o conhecimento necessário para explicar como ocorre o processo da Destilação. Também fala da importância de preservar e recuperar a área degradada. Há um</p>



	<p>EECT 04 tem sua marca presente no mercado desde 1999. Os proprietários apresentam aos visitantes a agroindústria e as técnicas no processo de fabricação e envelhecimento de cachaça que fica armazenada em barricas de carvalho irlandesas ou escocesas por Três anos conforme a imagem17. A amarelada do produto se dá pelo carvalho, não é usada outra substância para colorir. Todas as explicações foram dadas pela proprietária que é formada em Química.</p>	<p>e 22. O local destaca-se por suas paisagens e sua cultura local é valorizada. A caça não é permitida.</p>	<p>levada para Porto Alegre.</p>		<p>planejamento que a proprietária considera inicial, mas tudo depende do momento de como está à economia mundial. Ela relatou que com a queda das torres gêmeas, apresentou muitos prejuízos. A proprietária ainda ressalta experiências de micro empresas que após uns 10 anos acabaram fechando as portas e que isto é decorrente da falta de orientações de como as empresas devem proceder e quais os riscos que poderão surgir. No caso da destilaria, que é uma micro empresa, muito conhecida na região, está resistindo as crises econômicas .</p>
<p><b>EECT 05</b></p>	<p>O empreendimento localiza-se no Município de Santa Cruz do Sul sendo considerado o primeiro hotel deste gênero da região. Recebem um bom número de hóspedes de várias localidades e o apresentam características de um Ecoturismo e/ou um Turismo Rural e</p>	<p>O empreendimento se compromete com um processo que estimula seus visitantes a terem uma visão crítica e global do ambiente. Neste empreendimento o processo ocorre através de atividades que possibilita o contato direto do homem com o ambiente, resgatando os valores ambientais. O empreendimento</p>	<p>O empreendimento acredita que o Ecoturismo e o desenvolvimento estão interligados, pois ambos proporcionam o desenvolvimento das comunidades. Acreditam que o desenvolvimento ocorre através de estratégias e planos elaborados pelos empresários e governos baseados na sustentabilidade utilizadas no Ecoturismo com</p>	<p>Há atitudes, vivências e conhecimentos dos princípios básicos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. O empreendimento acredita no equilíbrio dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, fundamentais com elo para o Desenvolvimento Sustentável e a Educação Ambiental. Há</p>	<p>Há existência do site com informações bem detalhadas sobre todas as atividades do Hotel Fazenda, como por exemplo, as reservas e pacotes estão descritos através de cronogramas e tabelas para facilitar os grupos, as excursões e também um ícone para entrar em contato com o hotel . Um aspecto a ser lamentado</p>

	<p>sustentável. O EECT usufruí de maneira responsável dos recursos naturais, valorizando os aspectos culturais e sociais . Promove a conservação da preservação e conservação do ambiente pensando nas gerações futuras. O empreendimento possibilita aos seus visitantes varias opções de atividades que interage o homem com a natureza, tais atividades envolvem aventura, lazer e tranqüilidade através das trilhas ecológicas. As principais são as cavalgadas, os passeios de charrete, as caminhadas ecológicas, a pesca esportiva, os banhos de piscina e cachoeiras. Ocorre também a prática de esportes em lugares com excelente infra-estrutura, o espaço disponibiliza um campo de mini-golfe, cancha de areia, quadra de voleibol e campo para futebol, bem como cancha de</p>	<p>acredita que através do resgate de valores ocorrerá o desenvolvimento de atitudes em seus visitantes que lhes permitam estarem conscientes à respeito da preservação, conservação e adequada utilização dos recursos naturais. O estabelecimento tem um diferencial muito importante, pois os visitantes podem levar seus animais de estimação para aproveitar o ambiente. No ambiente há criação de alguns animais como, por exemplo, avestruzes, ovelhas, cavalos, entre outros. O empreendimento destaca-se também por apresentar uma excelente infra-estrutura as cabanas apresentando um ou dois dormitórios, com áreas para descanso e cadeiras, hall de entrada, sala de estar com sofá, Televisão, Frigobar, lareira, banheiro com água quente e fria, quartos confortáveis, ar condicionado, calefação e televisão.</p>	<p>a participação das comunidades locais. A gestão preocupou-se em organizar tudo da melhor maneira para facilitar para os visitantes, de modo que não haja dúvidas de como funciona o empreendimento.</p>	<p>planejamento para o desenvolvimento de um turismo Sustentável, e que este planejamento se dá através da Educação Ambiental. A Educação Ambiental neste contexto é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de atividades eco turísticas, pois através da Educação Ambiental ocorre a conscientização dos benefícios de conservar e preservar a natureza.</p>	<p>é a ausência do Hotel Fazenda na lista de rotas e roteiros dos vales, divulgado pela Secretaria de Turismo do Estado do RS. O proprietário relatou que ao entrar em contato com a Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul - RS, <i>repassaram a informação que todos os empreendimentos que estão incluídos foram repassados pela Secretaria de Turismo de cada município.</i> O proprietário entrou em contato com a Secretaria de Turismo do município de Santa Cruz do Sul para melhores informações e obteve a resposta que seu <i>empreendimento não pode ser considerado um empreendimento que promove o Ecoturismo e nem ser considerado Hotel Fazenda porque não há agropecuária.</i></p>
--	---	---	--	--	---

	bocha, playground infantil e ainda sala de jogos.				
<b>EECT 06</b>	<p>O empreendimento analisado localiza-se no município de Santa Cruz do Sul. Os turistas têm a opção de conhecer dois lagos artificiais, cascata, zoológico, teleférico com 272 metros de comprimento passando por cima de um lago e em meio a árvores. Além dos animais nativos que vivem livres na área como macacos pregos, tucanos e cuícas e também alguns animais, no lago do pedalinho. Também possui umas das únicas Florestas de taquara do Brasil. A gruta lá existente é de origem natural, resultante de um processo de erosão. Não foi encontrado dentro da Gruta vestígios da presença de indígenas. Os vestígios de indígenas foram encontrados nos arredores da Gruta.</p>	<p>O gestor entende <i>que o ser humano deve ter plena consciência da preservação ambiental</i>. Neste empreendimento não há um programa ou projeto sobre Educação Ambiental. Mas o gestor acredita que os freqüentadores devem estar conscientes a respeito da preservação, conservação e adequada utilização dos recursos naturais. O estabelecimento tem um diferencial muito importante os animais como os macacos- pregos são criados soltos.</p>	<p>Os gestores do empreendimento acreditam que antes do desenvolvimento de qualquer atividade econômica, em primeiro lugar, deveria ser feita uma avaliação sobre os possíveis impactos ambientais. Não há indícios de cuidados com sustentabilidade ambiental, embora na fala isto aparece como indicativos.</p>	<p>Não há princípios da EDS, mas a gestão acredita que a responsabilidade maior vem dos governantes e, também, que a população de modo geral deve estar consciente que o desenvolvimento econômico deve ocorrer sem degradar o ambiente.</p>	<p>Não há um planejamento para o desenvolvimento de um turismo Sustentável, o gestor acredita <i>que o governo e as empresas deveriam investir mais recursos em empreendimentos ecoturísticos</i>.</p>

**Figura 4 - Matriz Analítica dos Registros do Diário de Campo diante dos Indicadores selecionados nesta pesquisa.**  
**FONTE: Pesquisadora.**

## **4.2.2 Análise dos Indicadores considerando os Registros feitos no Diário de Campo.**

A análise realizada e apresentada a seguir apresenta o conjunto das discussões que resultaram da triangulação entre os registros, as opiniões da pesquisadora e a análise diante dos autores e/ou legislação existente. Desta forma foi possível estruturar a triangulação nesta fase da análise dos dados. Ressalta-se que a análise foi realizada por indicador, considerando os empreendimentos na sua totalidade.

### **4.2.2.1 Indicador: Ecoturismo**

Observou-se que os empreendimentos propiciam, em sua maioria, a interação do homem com a natureza no momento que preserva seus aspectos paisagísticos que servem como atrativo para os turistas, visando somente o desenvolvimento econômico e turístico. Conforme Dias (2004, p.105) a Educação Ambiental devidamente entendida :

[...]deveria constituir uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa evolução deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à preponderância das questões econômicas sobre o lucro e o lazer, desconsiderando os aspectos ecológicos, pois vários aspectos que já foram alertados em outras visitas continuam sem a devida atenção por parte dos proprietários e gestores.

Considera-se que em todos os empreendimentos, existem preocupação e ações relacionadas com os aspectos da Educação Informal. Em relação ao nível pedagógico – didático.

Leff (2003, p.226), afirma que :

A capacitação ou domínio do campo de um campo específico do saber deverá explicitar as relações que tal campo tem com outros e reconhecer a incompletude da área de especialização disciplinar ou profissional no universo de que se trate em cada caso [...] o docente deve desenvolver as habilidades e conhecer técnicas específicas de trabalho didático que permitam alcançar o domínio de algum campo e ao mesmo tempo detectar a rede de inter- relações em que se encontra inscrito o mesmo

No EECT 04, está presente princípios de Ecoturismo Nacional e Internacional. Os principais visitantes internacionais são trazidos através da divulgação das multinacionais. Os proprietários apresentam aos visitantes a agroindústria e as técnicas no processo de fabricação e envelhecimento de seus produtos, armazenados em barricas de carvalho irlandesas ou escocesas.

A cor amarelada do produto se dá pelo carvalho, não é usada outra substância para colorir. Todas as explicações foram dadas pela proprietária que é formada em Química. Na figura1 a seguir vemos várias imagens do EECT 04.



**Figura 5 - Barricas de carvalho, alambique desativado, dorna desativada e o produto pronto para comercialização.**

Fonte: DC 04

Em relação ao ambiente observamos que há preservação, tanto do ambiente natural como do ambiente construído pelo homem, como podemos visualizar na figura 6.



**Figura 6 - Criação de aves, bovinos, a casa da proprietária de um dos EECT e um lago próprio para visitasões do EECT06**

**Fontes: DC04 e DC06.**

Segundo Leff (200,1 p.86) o conceito de:

[...] ambiente implica, pois, além de um equilíbrio entre o crescimento econômico e conservação da natureza, a possibilidade de mobilizar o potencial eco tecnológico, a criatividade cultural e a participação social para construir formas diversas de um Desenvolvimento Sustentável, igualitário, descentralizado e autogestionário, capaz de fazer as necessidades básicas das populações , respeitando sua diversidade cultural e melhorando sua qualidade de vida.

Em geral os locais apresentam uma boa infra-estrutura, com as habitações possuindo características loco-regionais que foram preservadas, bem como infra-estruturas com mais de cem anos. Observou-se que muitas áreas degradadas foram recuperadas. No empreendimento os valores ambientais, como preservar e conservar o ambiente são considerados importantes para atrair os turistas.



Dos EECT , alguns estão preparados para o Ecoturismo, recebendo um bom número de hóspedes de várias localidades e o apresentam características de um Ecoturismo e/ou um Turismo Rural e sustentável. Utilizam de maneira responsável dos recursos naturais, valorizando os aspectos culturais e sociais, promovendo a conservação da preservação e conservação do ambiente pensando nas gerações futuras.



**Figura 7 - Passeio a cavalo, interação do homem com animais, trilha ecológica e ambiente de lazer**

Os empreendimentos possibilitam aos seus visitantes várias opções de atividades que interage o homem com a natureza, envolvendo atividades de aventura, lazer e tranquilidade através das trilhas ecológicas, conforme a figura7 Destacam-se: as cavalgadas, os passeios de charrete, as caminhadas ecológicas, a pesca esportiva, os banhos de piscina e cachoeiras.



Figura 8 - Passeio a charrete, Cachoeira localizada no ECCT 04.

Fonte: [www.pinusparque.com.br](http://www.pinusparque.com.br)

Ocorrem também práticas de esportes em lugares com excelente infraestrutura, o espaço disponibiliza um campo de mini-golfe, cancha de areia, quadra de voleibol e campo para futebol, bem como cancha de bocha, playground infantil e ainda sala de jogos.

#### 4.2.2.2 Indicador: Educação Ambiental

Nos empreendimentos visitados não observamos projetos de preservação da flora e da fauna e nem um sistema de tratamento de efluentes, podendo, como consequência, gerar contaminações das águas subterrâneas. A poluição hídrica gerada vai interferir na qualidade da água.

Segundo Pelizzoli, 2004, p.76:

A questão *ecológica* remete hoje, facticamente, ao âmbito socioeconômico, ou seja, dá se no campo da política e cidadania; teoricamente, e de igual peso, remete a uma questão de paradigma filosófico e cultural, que retoma a questão fundamental da ética. Isto tudo passa a nível de cultura, pelo processo que se chama hoje amplamente de **Educação Ambiental** em todos os interstícios sociais; ao que no nível político-econômico, deverá corresponder à pratica de um **Desenvolvimento Sustentável** efetivo.

Concordando com o autor, os empreendimentos turísticos ao não desenvolver aspectos que sustentem o ambiente, deixam também de promover a Educação Ambiental, a sustentabilidade, demonstrando a falta de cultura desenvolvida para a sustentabilidade. Não há na maioria dos empreendimentos



trilhas eco turísticas a serem exploradas para conhecer melhor área e/ou desenvolver atividades de educação informal.

Um aspecto positivo no EECT 01 é que há uma boa infra-estrutura, oferecendo comodidade e mantendo a preservação da natureza, constituindo um ambiente arborizado. No interior dos ambientes observamos o reaproveitamento de móveis antigos, para embelezamento estético do ambiente. Apesar das cabanas estarem construídas dentro da Mata Ciliar, não respeitando a legislação em vigor.

Os empreendimentos aproveitam os recursos naturais que o ambiente possui, embora faltando a utilização com estratégias adequadas. Destacamos que nos EECT 03 e 05 ocorrem programas e/ou projetos de Educação Ambiental, para a conscientização e sensibilização dos visitantes.

Já no EECT 03 existe uma equipe capacitada para recepcionar os usuários, formada por uma pedagoga, uma bióloga (responsável por projetos e Marketing), uma socióloga, um geólogo e engenheiros. Foi observada a reciclagem e coleta seletiva do lixo, além de projeto de preservação da flora e da fauna através do reflorestamento, horta orgânica, compostagem, uso de materiais orgânicos, onde os estudantes aprendem princípios de Microbiologia, nas visitas orientadas que lá ocorrem. Uma parte da horta serve como laboratório de pesquisa (observação da flor da alface, p.ex.) e a outra parte , para o abastecimento do restaurante.



**Figura 9 - Passeio a carroça e horta como laboratório de pesquisa**

Fonte: [www.sitiopedagogicoparaíso.com.br](http://www.sitiopedagogicoparaíso.com.br)

Os empreendimentos encontram-se permanentemente em processo de evolução, a cada momento idéias inovadoras vão surgindo por parte dos gestores e colocadas em prática. Há trilhas ecológicas a serem exploradas para conhecer melhor a área. No entanto, ainda os EECT sentem falta de planejamento estratégico voltado para a EDS.

No EECT 03, em determinadas áreas, permanece o ambiente como era quando foi adquirido e em outras áreas apresenta impactos e processos de recuperação. Para que os estudantes possam analisar o que é uma área nativa, degradada e, após, a área recuperada.

Apesar de não existirem programas e/ou projetos na maioria dos empreendimentos observou-se em alguns a preservação da flora e da fauna, através do reflorestamento em áreas degradadas como no empreendimentos onde plantou-se a cana - de - açúcar, como o EECT 04, a maioria dos locais destacam por suas paisagens e pela valorização da cultura local

Um aspecto positivo no empreendimento EECT 03 é que, apesar de não ter uma infra-estrutura adequada que possibilite hospedagens, há uma boa interação e integração com parcerias, como por exemplo, *o empreendimento tem convênio com uma pousada próxima, com preços bem acessíveis*, onde os visitantes são conduzidos pelo monitor do sítio para sua melhor comodidade, pois, muito dos visitantes vem de outras localidades.

Um dos objetivos principais são as aulas informais que possibilitam a conscientização e preservação da mata nativa.



Figura 10 - Aulas informais e o açude com criação de peixes

Fonte: [www.sitiopedagogicoparaíso.com.br/galeria.html](http://www.sitiopedagogicoparaíso.com.br/galeria.html)

Vários ambientes são bem arborizados, destacando a valorização da cultura local com características da imigração alemã. Segundo Sauvé (2005, p.1):

A educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles.

O EECT 03 chama a atenção restauração de antiguidades como, por exemplo, uma charrete e um afiador de facas, reboleiro, bem como a casa de pedras, ambos construídos em 1980, o que torna o ambiente esteticamente bonito além de valorizar a cultura local.

Em relação a ética e o ambiente :

O respeito pela natureza e o compromisso com os outros são dois valores centrais iniludíveis para a educação. Mas, expressos assim tem um alto grau de indefinição; os programas educativos se buscam a construção de uma nova ética, exigem, por um lado, a realização de maneira intencional e explícita de exercícios de esclarecimentos dos valores que movem a sociedade em seu conjunto e os participantes da educação; e , por outro, uma análise das conseqüências que ambos tem para o ambiente e a criação de opções dentro do marco da nova ética (ENRIQUE LEFF et al , 2003, p.254-255).

O empreendimento se compromete com um processo que estimula seus visitantes a terem uma visão crítica e global do ambiente. Neste empreendimento o processo ocorre através de atividades que possibilita o contato direto do homem com o ambiente, resgatando os valores ambientais.

Os proprietários do empreendimento EECT 05 acredita que através do resgate de valores ocorrerá o desenvolvimento de atitudes em seus visitantes que lhes permitam estarem conscientes à respeito da preservação, conservação e adequada utilização dos recursos naturais.

O estabelecimento tem um diferencial muito importante, pois os visitantes podem levar seus animais de estimação para aproveitar o ambiente. No ambiente há criação de alguns animais como, por exemplo, avestruzes, ovelhas, cavalos, entre outros.

O empreendimento destaca-se também por apresentar uma excelente infraestrutura as cabanas apresentando um ou dois dormitórios, com áreas para

descanso e cadeiras, hall de entrada, sala de estar com sofá, televisão, frigobar, lareira, banheiro com água quente e fria, quartos confortáveis, ar condicionado, calefação e televisão.

O local apresenta sala de eventos, excelente para reuniões, palestras e treinamentos, pois o ambiente descontraído do Hotel é perfeito para realizar boas dinâmicas. A sala apresenta equipamentos incluídos no preço e locação da sala, tais como: Televisão a cores, Vídeo-casset, CD Player e Equipamentos sujeitos a cobrança de locação: DVD, Data-Show, Caraoke e retroprojektor.

O “ambiente” é um campo de disputa. Também o é a “aprendizagem”. Ambos são âmbitos de ingresso a novas maneiras de propor a responsabilidade social e a complexidade do presente o futuro planetário. Nos remetem a uma ética da sustentabilidade enquanto compromisso de responsabilidade com a vida em sua complexidade. O sentido da aprendizagem ambiental é desenvolver ações humanas sustentáveis baseadas em racionalidades e saberes práticos e valorativos que são desempenhados como pensamentos críticos e que associam a afetação com o risco e o sofrimento com a justiça ecológica e social (ENRIQUE LEFF et al , 2003 p.129).

Um dos gestores entende *que o ser humano deve ter plena consciência da preservação ambiental*. Neste empreendimento não há um programa ou projeto sobre Educação Ambiental. Mas o gestor acredita que os freqüentadores devem estar conscientes a respeito da preservação, conservação e adequada utilização dos recursos naturais. O estabelecimento tem um diferencial muito importante os animais como os macacos- pregos são criados soltos.

Os princípios da Educação Ambiental (EA) declarados na conferência de Tbilisi (UNESCO & UNEP, 1978) já incluíam os elementos fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável (DS): a necessidade de considerar os aspectos sociais do ambiente e as suas relações entre a economia, o ambiente e o desenvolvimento; a adoção das perspectivas locais e globais; a promoção da solidariedade internacional, etc.[...] Entretanto, o interesse da nova abordagem em EA e a necessidade da definição do conceito da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EAPDS) tem sido motivo de discussão nos últimos anos. (SAUVÉ, 1997, p.1).

#### 4.2.2.3 Indicador: Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade tem sido pensada e proclamada como estando dentro de conceito de Desenvolvimento Sustentável. Esta, por sua vez, a despeito das várias possibilidades de definição, constitui uma noção de sentido comum, através do Relatório Brundtland (conhecido como “nosso Futuro Comum”). A partir deste Relatório, preparatório da Rio – 92, Desenvolvimento Sustentável passou a ser o nome da *necessidade de promover o desenvolvimento econômico sem aumentar a degradação do meio ambiente*.

É muito comum ouvirmos a seguinte argumentação: a superpopulação planetária é causadora dos problemas ambientais. Defende-se essa posição como base no estabelecimento do seguinte vínculo: quanto mais gente, mais consumo, mais produção, mais exploração dos recursos naturais, mais degradação ambiental. Uma lógica bastante convincente e que leva a uma fácil solução: controle de natalidade. Essa construção aborda a problemática de forma reduzida e apresenta uma solução simplista, que não propiciará transformações significativas da realidade. A realidade não é tão linear assim e há uma série de outros fatos a serem contextualizados, que complexificam e relativizam essa solução com uma verdade absoluta. Não pode deixar de ser considerada nessa análise, para além da lógica construída ( que é parte da verdade), a questão da desigualdade de consumo gerada pelo modelo de sociedade. (GUIMARÃES, p. 11, 2004).

A maioria dos empreendimentos apresentam o compromisso com a sustentabilidade, pois fica clara a preocupação em aproveitar a natureza de forma sustentável. O EECT 03 possui uma área de nove hectares, onde tudo foi planejado para preservar o ambiente. Existe o manejo adequado da floresta de Eucalipto, pois a madeira é utilizada pela propriedade para a realização de consertos.

Também ocorre o cultivo de hortas, conforme o observado na figura 7 a seguir, para produção e uso pelo restaurante na preparação de alimentos. As sobras de alimentos são utilizadas para a compostagem servindo de adubos para os mesmos. Verificamos no empreendimento a interação do homem com o ambiente onde os alunos observam a água sendo retirada do poço.



**Figura 11 - Alunos observando a retirada da água de um poço**

Também ocorrem passeios de carroças conforme visualizado na imagem da figura 4 Observou-se um açude para criação de peixes conforme a imagem da figura 6 .Não foi observado o aproveitamento de energia e sim da água da chuva, que é armazenada. O sistema utiliza calhas para captar a água que é armazenada em tanques e reutilizada através de cisternas trazendo menos impactos ao ambiente. Analisando Leff (2001, p.214):

A produção e a incorporação do saber ambiental no processo de desenvolvimento e nas práticas acadêmicas vincula-se aos interesses e comportamentos de diversos atores sociais (empresários, funcionários, planejadores, produtores e consumidores, cientistas e tecnólogos, comunidades locais e educadores) que incidem na percepção e uso dos recursos reconhecidos e potenciais ,na organização da produção e na inovação de padrões tecnológicos para sua exploração e transformação, vem como nos hábitos de consumo da sociedade. Assim a consciência ambiental promove ações e mobiliza forças sociais que propiciam o aproveitamento sustentável dos recursos e a redução dos níveis de contaminação, melhorando as condições ambientais e a qualidade de vida da população.

Já no EECT 04 apresenta um compromisso com a sustentabilidade, mas fica difícil executar desde que surgiram os tributos estaduais. Os proprietários tornaram se dependentes dos tributos e de terceiros como multinacionais. A produção da



cachaça não pode ser considerada uma micro empresa, apesar de ser comercializada no comércio ou levada para Porto Alegre.

O objetivo dos tributos sempre foi angariar recursos financeiros para o Estado. Certamente, essa é a imposição tradicional do direito tributário denominada tributação fiscal, que visa à arrecadação de tributos cuja a finalidade é custear os serviços fornecidos pelo poder público. (ARAÚJO C. C, 2003, p. 29).

Analisando (Araújo, 2003), a Constituição Federal, no entanto, em seu texto o artigo 151 inciso I, expõe que a instituição do tributo pode ter outros objetivos que não sejam o da arrecadação financeira para os erário, admitindo a concessão de incentivos fiscais que visem à promoção do desenvolvimento socioeconômico, entre as diferentes regiões do país. Ou seja, abre-se a oportunidade para que a instituição do tributo diversificado, atinja a justiça social.

O empreendimento acredita que o Ecoturismo e o desenvolvimento estão interligados, pois ambos proporcionam o desenvolvimento das comunidades. Acreditam que o desenvolvimento ocorre através de estratégias e planos elaborados pelos empresários e governos baseados na sustentabilidade utilizada no Ecoturismo com a participação das comunidades locais.

Uma das características do Desenvolvimento Sustentável, no empreendimento, ocorre no momento em que o desenvolvimento econômico encontra o manejo adequado do ambiente através da preservação e conservação das espécies e dos habitats naturais.

De acordo com os documentos da UNESCO, o desenvolvimento sustentável é o objetivo mais decisivo da relação "homem natureza". Assim, todo processo educativo deveria ser reformulado para o Desenvolvimento Sustentável. Na perspectiva da extrema importância de seus impactos Educativos, essas considerações merecem uma discussão mais profunda. (SAUVÉ, 1997, p. 9).

Os gestores do empreendimento acreditam que antes do desenvolvimento de qualquer atividade econômica, em primeiro lugar, deveria ser feito uma avaliação sobre os possíveis impactos ambientais. Não há indícios de cuidados com sustentabilidade ambiental, embora na fala isto se manifesta como indicativos.

Os programas educativos que almejam a transformação social não devem circunscrever sua tensão aos setores tradicionalmente considerados populares (por sua posição nas relações de produção e por seu ingresso econômico). Um argumento nessa linha é que a gravidade da situação ecológica obriga a criar consciência e desenvolver propostas de solução também em outros extratos da sociedade, especialmente aqueles que se mostraram à margem das decisões políticas, mais que mostram disposição em particular na solução de problemas sócio-ambientais [...](ENRIQUE LEFF et al , 2003, p. 257).

#### **4.2.2.4 Indicador: Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

A natureza conservada e bem utilizada é aproveitada como fonte de prazer cotidiano. Essa dimensão ecológica se insere no novo padrão de desenvolvimento técnico-econômico pós-industrial, pois as novas empresas buscam ambiente naturais de qualidade para se implantarem.

O ensino das Ciências para o Desenvolvimento Sustentável, possibilitará em pouco tempo a produção de indicadores par o Desenvolvimento Sustentável, possibilitando a utilização racional dos recursos naturais, a produção de novos materiais e o manuseio de reservas naturais em sua biodiversidade.

Tudo isto aliado ao emprego da Biotecnologia, orientado em consonância com os interesses nacionais, ou seja, ao mesmo tempo em que produzem e geram riquezas, também, usam o ambiente de forma diversa e saudável tendo no mesmo os recursos que deverão ser visto como renováveis e merecedores de ações harmoniosas, que integrem o ambiente, o ensino, a aprendizagem com a produção científica e tecnológica.

A EDS deve objetivar o desenvolvimento ideal da humanidade, com ênfase na autonomia e no pensamento crítico. A EDS indica concepções como: ambiente, da educação e Desenvolvimento Sustentável. (SAUVÉ, 2005)

Para compreender a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é necessário, compreender os conceitos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, pois tudo é conseqüência de um processo de valores que geram mudanças comportamentais.

No empreendimento apesar dos gestores terem percepções de como se fazer a sustentabilidade ambiental. Ainda foi discutido que há despesas por parte do sítio, porque o sítio foi a pouco tempo inaugurado.



O EECT 03 investe no artesanato de produção local, na produção de produtos coloniais como chás aromáticos, geléias, que são consumidas para lanches e comercialização. Alguns dos produtos são repassados pelos produtores rurais que moram ao redor do EECT03. As garrafas plásticas são aproveitadas nas hortas e materiais orgânicos são reutilizados para geração de rendas.

Não há princípios da EDS, mas a gestão acredita que a responsabilidade maior vem dos governantes e, também, que a população de modo geral deve estar consciente que o desenvolvimento econômico deve ocorrer sem degradar o ambiente.

Segundo Leff et al (2003, p.206):

A Educação Ambiental envolve uma função social primordial, aportar à construção de uma sociedade sustentável e à medida humana, que implica uma problematização da educação que transmitimos, da visão de mundo que difundimos e da localização do nosso lugar nele[...].

#### **4.2.2.5 Indicador: Gestão de Empreendimentos Eco turístico**

Na análise não verificamos um planejamento para o desenvolvimento de um turismo Sustentável, mesmo assim ocorre o turismo. Não observamos um programa para a melhoria do ambiente, bem como um sistema de gestão ambiental, ou simplesmente um treinamento e orientações para os administradores e funcionários do empreendimento em relação a venda dos produtos, manipulação e normas de como devem proceder, porque a fiscalização é rígida.

Chamou-nos a atenção, à força de vontade dos proprietários de fazer tudo conforme a lei. A principal pergunta durante a entrevista foi: *a quem recorrer para vender nossos produtos coloniais sem que a fiscalização retire nossos produtos?* Os proprietários, não sabem mais o que fazer, dizem que a prefeitura não apóia o Turismo Rural e nem a sustentabilidade, e sem o apoio da prefeitura tudo fica mais difícil.

O fato demonstra que no empreendimento não há uma política ambiental que se comprometa com os atendimentos à legislação no que se referem aos empreendimentos eco turísticos.

Também observamos durante a entrevista que os proprietários têm conscientização dos problemas existentes, mas não há a solução, mas eles não sabem como proceder sem as orientações necessárias.

*O proprietário relatou que não quer o nome do seu empreendimento divulgado, pois tem medo da fiscalização.* O proprietário recorreu a prefeitura muitas vezes para pedir orientações de como fazer para regularizar e colocar o selo em seus produtos para que a fiscalização não o prejudique. A única resposta que eles tiveram foi que a fiscalização combinaria o dia para a visita.

Neste dia eles deveriam deixar apenas parte do produto, para os fiscais levarem apenas uma ou duas unidades. Também a fiscalização pediu que ficassem tranquilos, pois se não houvesse denuncia estaria tudo certo. Não foi autorizado obter imagens do empreendimento ecoturístico.

A equipe de gestores responsáveis pelo sítio é formada por uma Pedagoga responsável pela direção, uma Bióloga responsável pelos Projetos e Marketing, uma Socióloga, Administradores e Engenheiros.

Observamos um planejamento estratégico onde os funcionários recebem treinamento pelo SENAR. Existem funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção.

Verificamos a implantação de um programa para a melhoria do ambiente, bem como um sistema de gestão ambiental através de um treinamento para os administradores e funcionários do empreendimento em relação às questões voltadas ao ambiente.

Não foi analisada a existência de leis e diretrizes no empreendimento que se comprometa com o atendimento à legislação ambiental. Também percebeu-se que durante a entrevista ficou claro a preocupação da gestão em trazer inovações para o empreendimento.

Existem parcerias e contratação de funcionários temporários que são contatados durante as visitas que são agendadas antecipadamente. Para ministrar os cursos os funcionários e pessoal da administração recebem orientações, foi citada pela direção o trabalho com a formação continuada.

Os cursos ministrados são livres, sendo que os principais são referentes a Educação Ambiental, Gestão de conflitos para trazer soluções de possíveis

problemas que ocorrem no sítio, por exemplo, as palestras motivacionais para incentivar os funcionários, Educação de filhos, ajardinamento e artesanato.

A educação, sobe uma perspectiva política e ambiental, requer enfatizar como um de seus objetivos centrais que as pessoas que educam cresçam em suas dimensões individuais e, através de uma pertinência ativa em instâncias cidadãs, podem incidir nas estruturas de decisão para defender a ordem social e o tipo de relação que mais desejam com seu entorno (ENRIQUE LEFF et al, 2003, p.253).

Os proprietários são os responsáveis pela Destilaria. A proprietária, formada em Química, tem o conhecimento necessário para explicar como ocorre o processo da Destilação. Também fala da importância de preservar e recuperar a área degradada.

Há um planejamento que a proprietária considera inicial, mas tudo depende do momento de como está à economia mundial. Ela relatou que com a queda das torres gêmeas, apresentou muitos prejuízos.

No entanto, é possível ter em vista uma Educação Ambiental que, ainda que considerando a perspectiva do desenvolvimento sustentável (como importante fenômeno sócio-histórico), não se restrinja a isso. A educação ambiental não pode realizar-se senão em um espaço de crítica social, sem entraves. A relação com o meio ambiente não é, a priori, uma questão de compromisso social, e menos ainda de consenso planetário. A educação ambiental acompanha e sustenta de início o surgimento e a concretização de um projeto de melhora da relação de cada um com o mundo, cujo significado ela ajuda a construir, em função das características de cada contexto em que intervém. Numa perspectiva de conjunto, ela contribui para o *desenvolvimento de sociedades responsáveis*. (SAUVÉ, 2005, p.3)

A proprietária ainda ressalta experiências de micro empresas que após uns 10 anos acabaram fechando as portas e que isto é decorrente da falta de orientações de como as empresas devem proceder e quais os riscos que poderão surgir. No caso da destilaria, que é uma micro empresa, muito conhecida na região, está resistindo as crises econômicas .

Para Pelizzoli (2004, p. 76):

Constata-se que não se pode falar em Ciências humanas, em ecologia, em filosofia etc., Sem nos remeter a uma dada racionalidade hegemônica (globalizada), pois, antes de mais é isto o que está abalado e em ruptura, é isto que não tem permitido responder aos anseios das comunidades e dos povos; toda análise que se refere aos sujeitos de

nossas sociedades remete por sua vez à questão de economia/mercado global conflituosa, excludente e com impactos ambientais graves.

#### 4.3 ICD 03/10-ENTREVISTA COM GESTORES DOS EMPREENDIMENTOS ECO TURÍSTICOS.

O ICD 03/10 teve por objetivo coletar a opinião dos gestores referente aos seus conhecimentos e sua visão dos empreendimentos eco turísticos. O questionário foi estruturado com cinco questões abertas contribuindo para a solução das questões e dos objetivos propostos pela pesquisa. As questões abertas se referem às características, opiniões, idéias e percepções os gestores e freqüentadores possuem sobre os indicadores Ecoturismo, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Desenvolvimento e Gestão de Empreendimentos Eco turísticos.

O quadro a seguir apresenta uma síntese elaborada a partir das entrevistas, onde as questões significavam as CP e o conjunto de respostas e/ou opiniões formaram o grupo de CE para cada CP.

Os indicadores são as categorias principais(CP) e dentro das CP estão suas descrições representadas como as categorias específicas ( CE). A fração indica a freqüência das opiniões no dez grupos entrevistados. Convém destacar que cada grupo era formado por oito participantes. Portanto, o numerador indica a quantidade de grupos onde a idéia esteve presente e o denominador representa a amostra total de grupos.

CATEGORIAS PRINCIPAIS (CP)	CATEGORIAS ESPECÍFICAS (CE)
CP 1 Ecoturismo	CE 1.1 Estar em harmonia com a natureza, interação do homem com a natureza. (6/10) CE 1.2 Falta sustentabilidade nos empreendimentos: visa o aspecto econômico/ Presença de turismos nacional e internacional (5/10) CE 1.3 Espaço apropriado ao lazer: visa aspectos ecológicos: água, diversidade da flora e fauna. (4/10)
	CE 2.1 Conservação do ambiente: melhoria na qualidade de vida: Hortas que abastece o restaurante: utilização de adubo orgânico (8/10) CE 2.2 Não há coleta seletiva do lixo e faltam lixeiras (5/10) CE 2.3 Há recuperação da área degradada através do

CP 2 Educação Ambiental	<p>reflorestamento: florestamento com árvores nativas e exóticas (plantas alopáticas) e uso adequado da madeira (4/10)</p> <p>CE 2.4 Não há Educação Ambiental: importância da plena consciência da Educação Ambiental: Poucas placas indicando a conservação do local e o nome dos seres vivos animais e vegetais (4/10)</p> <p>CE 2.5 Há aproveitamento da água da chuva através de cisternas (3/10)</p>
CP 3 Desenvolvimento Sustentável,	<p>CE 3.1 Não há Desenvolvimento Sustentável (6/10)</p> <p>CE 3.2 Há necessidade da participação e percepção da comunidade local para o Desenvolvimento Sustentável (4/10)</p> <p>CE 3.3 O empreendimento visa o Desenvolvimento Sustentável que busca no Ecoturismo o desenvolvimento para a comunidade local: existem planos elaborados pelos empresários e governantes baseados na sustentabilidade (4/10).</p> <p>CE 3.4 Não há avaliação ambiental sobre os impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas: falta conscientização dos governantes e da população sobre o desenvolvimento, sem degradar o ambiente (3/10).</p>
CP 4 Educação para o Desenvolvimento	<p>CE 4.1 Não há Educação para o Desenvolvimento Sustentável e nem práticas para Educação Ambiental(6/10).</p> <p>CE 4.2 Não há práticas que levem a transformação crítica do indivíduo que se hospeda ou frequenta o local (4/10)</p> <p>CE 4.3 O governo e as empresas devem investir mais em recursos para aos empreendimentos eco turísticos (3/10)</p> <p>CE 4.4 O empreendimento acredita que a EDS busca equilibrar a economia com o bem estar, buscando o dialogo da EA com o DS(3/10)</p>
CP 5 Gestão de Empreendimentos Eco turísticos .	<p>CE 5.1 Apresenta planejamento parcial por parte dos gestores (5/10).</p> <p>CE 5.2 Não há gestão adequada (4/10).</p> <p>CE 5.3 Com a falta de planejamento e a precariedade em relação aos indicadores da pesquisa, os empreendimentos não segue as normas da gestão para o Ecoturismo (3/10).</p> <p>CE 5.4 Há funcionários temporários na área da limpeza e parceiros no desenvolvimento de cursos sobre a flora e fauna (3/10).</p>

**Figura 12 - Síntese das entrevistas realizadas com gestores, proprietários e usuários dos EECT.**

**Fonte: pesquisadora.**

#### **4.3.1 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Ecoturismo (CP 1)**

Na seqüência, é apresentada a triangulação a partir das Categorias Específicas de cada Categoria Principal. As mesmas foram estruturadas a partir da análise feita pela pesquisadora diante das falas dos entrevistados.

Em relação ao Ecoturismo pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados acreditam que se pode fazer ecoturismo nos ambientes analisados, apesar de que muitos dos EECT não apresentarem uma infra-estrutura inadequada.

Desde que este ecoturismo propicie a interação do homem com a natureza de forma harmoniosa, que seja respeitado os aspectos ecológicos em lugares ocupados pelos homens para o lazer. Outro aspecto relevante é aproveitar os recursos naturais de maneira sustentável, como a água, flora e fauna.

A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas em âmbito local, regional, nacional e mundial ;numa rede inteiriça de causas e efeitos. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente de desenvolvimento - Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Ed. Da Fund. Getúlio Vargas, 1988).

Muitos dos problemas ambientais poderiam ser minimizados se os empreendimentos que promovem o ecoturismo tivesse a visão da economia integrada a ecologia. Pois se fosse prioridade para os gestores de empreendimentos eco turísticos realmente poderiam chegar a um modelo de desenvolvimento que seja sustentável nos empreendimentos ecoturísticos. Mas para isso também é importante a construção de programas, projetos e que as leis ambientais sejam respeitadas.

#### **4.3.2 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Educação Ambiental (CP 2)**

Em relação a Educação Ambiental pode-se dizer que a maioria dos EECT estão apenas preservando o ambiente para atrair os visitantes através de suas belezas paisagísticas. Foi possível observar na análise que não há projetos e programas que enfatize Educação Ambiental. Pois atitudes simples como coletar separar o lixo não acontecem na maioria dos empreendimentos, isto demonstra total falta de conscientização e sensibilidade por parte da Gestão. Em dois

empreendimentos ocorrem recuperação da áreas degradadas e aproveitamento da área para reflorestamento, e aproveitamento da água da chuva e um dos empreendimentos apresentam hortas para abastecimento.

#### **4.3.3 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Desenvolvimento Sustentável (CP 3)**

Em relação ao Desenvolvimento sustentável pode-se afirmar que a maioria dos empreendimentos não há indícios deste desenvolvimento, pois não tem conhecimento necessário de como se chegar a um desenvolvimento sustentável sem prejuízos financeiros. Muitos dos entrevistados afirmam que não há participação e percepção da comunidade local e nem apoio financeiro por parte da prefeitura e de órgãos públicos que apoiem o empreendedor rural. Um dos exemplos é o EECT04, onde a gestão relata como funciona o seu negócio em relação aos tributos.

Desde 2007, com a alteração dos tributos estaduais a destilaria para a fabricação do seu produto deixou de ser considerada uma microempresa, apesar de ser um produto de excelente qualidade, pois os gastos são muitos. Muitas empresas em especial as menores, após dez anos fecham as portas, pois deveria haver um critério em explanações do empreendimento. Pois, segundo a proprietária, existem riscos, deveriam oferecer mais cursos para haver menos impactos ambientais, reduzindo os problemas para os micros empresários.

No mundo moderno, o tributo é largamente utilizado com o intuito de interferir na economia privada, estimulando atividades, setores econômicos ou regiões. Esse, na verdade é o estágio atual das finanças públicas, em que um tributo dificilmente é utilizado apenas como instrumento de arrecadação. A arrecadação pode ser o principal objetivo, mas não necessariamente o único. As finanças públicas, portanto, não apenas um meio de assegurar a cobertura de suas despesas de administração, mas também constituem um meio de intervir na vida social do Estado. (ARAÚJO C. C.2003, p. 29).

Convém destacar que há uma intrínseca relação entre a questão econômica e a ambiental, aliada às suas derivações: Educação Ambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Sustentável. Alicerçado nestas temáticas, é importante destacar Pelizoli (2004):

[...] a questão ecológica remete hoje, facticamente, ao âmbito *socioeconômico*, ou seja, dá-se no campo da política e da cidadania; teoricamente, e de igual peso, remete a uma questão de paradigma filosófico e cultural, que retoma a questão fundamental da *ética*. Isto tudo passa, a nível da cultura, pelo processo que se chama hoje amplamente de **Educação Ambiental** em todos os interstícios sociais; ao que, no nível político-econômico, deverá corresponder à prática de um **Desenvolvimento Sustentável** efetivo[...] (2004, p. 76)

#### **4.3.4 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (CP 4)**

Ao analisar os itens anteriores foi possível relatar que existem apenas alguns princípios de Educação Ambiental e alguns planejamentos por parte das gestões ao que se diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável. Então como pode haver uma Educação para o Desenvolvimento sustentável sem que haja o resgate da EA e do DS? Observou-se que não há práticas de Educação Ambiental na maioria dos empreendimentos, que leve a transformação crítica do indivíduo que se hospeda ou frequenta o local.

A maioria dos empreendimentos sabe que deve haver o equilíbrio entre a economia e a qualidade de vida, buscando o diálogo da EA com o DS, mas na prática não acontece. Faltam projetos, planos e programas que vise clarificar as idéias e ampliar os conhecimentos dos proprietários, gestores e frequentadores em relação aos indicadores da pesquisa.

Participação social, entendida como um processo de aprendizagem cuja meta é elevar a capacidade da população a gestão ambiental responsável e crítica. A filosofia dessa proposta é a radicalização da democracia substantiva ou de base. A montagem, operação e aperfeiçoamento de sistemas de participação social é uma meta central na proposta da educação popular ambiental. (IEFF et.al. 2003,p.267)

#### **4.3.5 Análise dos dados das entrevistas em relação ao Indicador: Gestão de empreendimentos eco turísticos (CP 5)**

Em relação à Gestão de empreendimentos ecoturísticos, muitos EECT apresentam apenas um planejamento parcial e a maioria não tem conhecimento das leis ambientais.

Um dos maiores problemas nos empreendimentos está relacionado à gestão inadequada, pois são inúmeros os problemas ambientais existentes e poucos são as



alternativas dos gestores para minimizar os problemas. Por isso realmente a falta de planejamento e a precariedade em relação aos indicadores da pesquisa nos empreendimentos e o não cumprimento de leis que seguem normas da gestão voltada ao ecoturismo mostra a realidade de um desenvolvimento econômico sem sustentabilidade ambiental.

#### 4.4 PROPOSTA PARA A ESTRUTURAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECOTURÍSTICOS COM BASE NA EDS

As análises e proposições a seguir apresentadas se originaram das discussões realizadas com os dados coletados em todos os Instrumentos de coleta de dados aplicados, analisados e, com quais produzimos a triangulação necessária para atividades investigativas.

De fato, ao realizarmos a produção textual com os dados coletados, vimos que a discussão que envolveu a interpretação dos dados, com a opinião da pesquisadora e diante dos autores presentes para a discussão dos dados, abriu-se uma gama significativa para que se pudessem propor caminhos que viabilizasse um Ecoturismo Sustentável.

Procurou-se estabelecer novas alternativas para serem vivenciadas no cotidiano dos EECT, estas, baseadas no respeito à natureza, à legislação e na busca do equilíbrio indispensável entre o crescimento econômico e a manutenção do ambiente com sua Biodiversidade equilibrada em número e quantidade de espécies.

Organizou-se a análise utilizando-se dos dados presentes na pesquisa em campo, definindo e agrupando os dados na análise em metas e ações respectivas.

#### 4.4.1 MATRIZ ANALÍTICA: subsídios para EECT com base em EDS

INDICADORES – CATEGORIAS PRINCIPAIS –CP	EMPREENHIMENTOS ECOTURISTICOS- EECT	ASPÉCTOS CONVERGENTES À EDS-CATEGORIAS ESPECÍFICAS-CE	ASPECTOS DIVERGENTES À EDS-CATEGORIAS ESPECÍFICAS-CE
CP1- ECOTURISMO	EECT01	-Interação do homem com o ambiente, pois preserva seus aspectos paisagísticos como atrativo para os turistas	-Não há sustentabilidade ambiental; - O atrativo serve para buscar somente o lucro e o lazer, visando somente o desenvolvimento econômico
	EECT02	-Interação do homem com o ambiente; - O lucro é consequência de um trabalho que valoriza o ambiente e a cultura local; - Apresenta desenvolvimento econômico, turístico com sustentabilidade	- os gestores não souberam conceituar o indicador analisado, apesar de apresentarem características de CP1
	EECT03	- Interação do homem com o ambiente com o objetivo de um ensino e aprendizagem informal; - O ambiente é ocupado como um laboratório de pesquisa, possibilitando aos visitantes inúmeras observações dos acontecimentos da natureza .	- Não há sustentabilidade ambiental, pois somente o empreendimento visa lucro. - os gestores contratam os profissionais apenas por temporadas, ou seja, só quando há agendadas visitas com mais de vinte pessoas.
	EECT04	- ocorre um turismo nacional e internacional - Há preservação e conservação do ambiente, os valores ambientais são fundamentais para atrair turistas; - Toda a área que foi degradada pelo plantio da cana é recuperada.	- Não há sustentabilidade ambiental porque os gastos são maiores que os lucros;
	EECT05	-apresenta características de um Turismo Rural e sustentável; - a fazenda usufrui de maneira sustentável dos recursos naturais,valoriza aspectos culturais e sociais; - apresenta várias opções de atividades que interage o homem com o ambiente; - o local destaca-se por seus aspectos paisagísticos.	-O local não está divulgado na Secretaria de Turismo do Estado, apesar de existir a vinte anos.
	EECT06	- Promove a interação do homem com o ambiente, animais nativos vivem livres pela área como os macacos pregos e tucanos; - Possui uma das únicas florestas de taquara do Brasil.	- Os animais são alimentados por visitantes; - Não há sustentabilidade ambiental

CP2- EDUCAÇÃO AMBIENTAL	EECT01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar das cabanas estarem construídas em lugares ilegais, há uma boa infra-estrutura, oferece comodidade mantendo a preservação da natureza ao redor das construções, constituindo-se de um ambiente arborizado</li> <li>- No interior dos ambientes observamos o reaproveitamento de moveis antigos, resgatando aspectos da cultura local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não se identificou projetos de Educação Ambiental</li> <li>- Falta conscientização e sensibilização por parte dos freqüentadores;</li> <li>- Falta coleta seletiva de lixo, projetos de preservação da flora e fauna;</li> <li>- Falta um sistema de tratamento de efluentes, como conseqüência há contaminações das águas subterrâneas;</li> <li>- Não há trilhas ecoturísticas a serem exploradas para conhecer melhor a área.</li> </ul>
	EECT02	- Ocorre a preservação da natureza, o ambiente é arborizado e apresenta criação de animais para consumo próprio.	Não foi identificados programas de Educação Ambiental
	EECT03	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existem programas e projetos de Educação Ambiental, com uma equipe de profissionais capacitados para recepcionar os visitantes;</li> <li>- Há reciclagem, coleta seletiva do lixo, reflorestamento, horta orgânica ( abastecimento do restaurante), processo de compostagem e através dos materiais orgânicos ocorrem estudos de microbiologia;</li> <li>- Há trilhas ecológicas , com aulas informais;</li> <li>- Resgate da cultura germânica, restauração de antiguidades, como charretes e afiadores de facas, a casa de pedra construída em 1980</li> </ul>	-Não há apoio financeiro para manter os projetos e programas e funcionários por tempo integral, tudo ocorre praticamente através de mini-cursos quando há agendadas as visitas com mais de vinte visitantes.
	EECT04	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar de não existir programas de Educação Ambiental ou projetos, há preservação da flora e da fauna, a área apresenta belas paisagens e a valorização da cultura local.</li> <li>- Há reflorestamento de toda área que foi degradada pela plantação da cana-de-açúcar.</li> </ul>	- O local é de difícil acesso apesar de se localizar próximo da estrada principal.
	EECT05	- O empreendimento se compromete em estimular seus visitantes a terem uma visão crítica e global do ambiente, através de atividades que possibilite o contato direto do homem com a natureza como aventuras, lazer e tranqüilidade, como calvagens, cancha de areia, quadra de voleibol, cancha de bocha, playground infantil e ainda sala de jogos	- Falta apenas programas ou projetos para organizar de forma mais adequada, as atividades realizadas. Pois o empreendimento tem todos os subsídios necessários para se estruturar um programa ou projeto, como por exemplo, tem até um cronograma de atividades muito bem elaborado. –Não há planejamento de atividades relacionadas a Educação Ambiental
	EECT06	- O gestor orienta os freqüentadores que devem estar conscientes a respeito da preservação da natureza, conservação e adequada utilização dos recursos hídricos. Faz questão de falar sobre a criação de macacos-pregos que são criados livres	

CP3- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	EECT01	- Não há Desenvolvimento Sustentável	- Não há preocupação em aproveitar os recursos de maneira sustentável; - O local apresenta uma área grande onde poderia ser ocupada para o cultivo de horta para o abastecimento do restaurante e a sobra de alimentos para o processo da compostagem. - Não há aproveitamento de energia e nem da água da chuva.
	EECT02	- Apresenta um compromisso com a sustentabilidade, pois há o aproveitamento adequado dos recursos naturais; -há criação de animais como cabras, e seus derivados, como leite, queijos são aproveitados para consumo próprio e para venda, bem como a produção de cucas e lingüiças caseiras	- Falta cursos de orientações em relação a comercialização adequada dos produtos Produzidos.
	EECT03	- Há princípios de alguns indicadores que apresentam características de um Desenvolvimento Sustentável, mas para este ainda há uma longa jornada a ser percorrida, pois apesar do local apresentar uma área de nove hectares onde tudo foi planejado para aproveitar o ambiente da melhor forma; - Há um manejo adequado das plantações de Eucaliptos onde há madeira é utilizada pela propriedade para a manutenção de consertos; - Ocorre o cultivo de horta para a produção do próprio alimento e a compostagem serve de adubo para o mesmo. Observou-se o aproveitamento da água da chuva através de cisternas.	- Não há projetos, programas ou apoio financeiro permanente.
	EECT04	- Há consciência que deve haver mudanças para se chegar ao Desenvolvimento Sustentável	-Não apresenta sustentabilidade ambiental, apesar de a gestão estar consciente de como se deve proceder - Não é possível desde os surgimentos dos tributos estaduais, pois empresários pequenos são dependentes de tais tributos e de terceiros como as multinacionais.
	EECT05	- No empreendimento em alguns momentos apresentou características de um Desenvolvimento Sustentável quando visualizou-se um desenvolvimento econômico em equilíbrio com o manejo adequado do ambiente, através da preservação e conservação das espécies. - O empreendimento acredita que o ecoturismo e o Desenvolvimento estão interligados, pois ambos proporcionam o progresso das comunidades	- Não há planos e estratégias elaborados por empresários e governos baseados na sustentabilidade que sejam viáveis de se executar
	EECT06	- Há uma grande percepção por parte do gestor de que se deve antes de qualquer atividade realizar-se uma avaliação ambiental para tomar medidas preventivas	- não há sustentabilidade ambiental, pois o gestor ressaltou a necessidade de uma avaliação preventiva dos principais impactos ambientais.

CP4- EDS	<b>EECT01</b>	- O gestor visa a necessidade de resgate de princípios de uma Educação Ambiental para se Desenvolver uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável.	- a falta de uma Educação adequada não promove valores e nem mudanças comportamentais dignas de uma sociedade que seja sustentável.
	<b>EECT02</b>	- Há somente vivencias de alguns princípios básicos de Educação Ambiental	- Os proprietários reclamam que eles não têm conhecimentos necessários e nem apoio e orientações de órgãos responsáveis.
	<b>EECT03</b>	- Os gestores apresentam uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, mas afirmam que não tem como realizar um desenvolvimento que seja sustentável  - Uma das alternativas é o investimento no artesanato local, em produtos coloniais (como chás aromáticos, geléias), que são consumidas para lanches e comercialização. Alguns dos produtos são repassados pelos produtores, as garrafas pets são reaproveitadas nas hortas e materiais orgânicos são reutilizados para a geração de rendas.	- Um dos principais argumentos da inviabilidade é que há muitas despesas e que o sítio foi inaugurado a pouco tempo.  - Ambos os proprietários tem rendas extras, esse esforçam muito para manter o sítio pois é um sonho de família um lugar de lazer em contato direto com a natureza.
	<b>EECT04</b>	- Os proprietários apresentam uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável	- Há muitas despesas, mesmo sendo um produto de qualidade e muito bem comercializado.
	<b>EECT05</b>	- Há atitudes, vivencias e conhecimentos básicos de uma Educação Ambiental e de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O empreendimento acredita que a sustentabilidade ocorre quando há o equilíbrio dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, formando um elo entre a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável.	- Falta apoio por parte das autoridades do município e da Secretaria de Turismo, no sentido de divulgar o local.
	<b>EECT06</b>	- Não há uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável	- Falta apoio por parte dos governantes, pois o gestor acredita que do governo é a responsabilidade maior e também da população que deve estar consciente que o desenvolvimento econômico deve ocorrer sem degradar o ambiente.

CP5- GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS ECOTURISTICOS	<b>EECT01</b>	Os gestores permitem apenas realização de pesquisas no local por estudantes e aula informais para estudar o ambiente no local o estabelecimento está inserido.	Não há planejamento de um turismo sustentável  Não há programas e projetos que vise a melhoria do ambiente e nem um sistema de gestão ambiental ou treinamento de funcionários em relação as questões voltadas ao ambiente.
	<b>EECT02</b>	O empreendimento apresenta características de um Turismo que seja sustentável;  Os funcionários querem fazer tudo conforme manda a legislação para que a fiscalização não retire seus produtos a serem comercializados. Mas a frustração é grande porque os principais órgãos responsáveis não se preocupam com o produtor e nem dão as orientações necessárias para regularizar os produtos.	- Não há planejamento de um turismo sustentável, mas mesmo assim ocorre;  - Segundo os proprietários a prefeitura não apóia o Turismo Rural e nem sustentabilidade eles falaram que o que diz nos folders é somente propaganda enganosa  - Não há uma política ambiental vigente que apóie o produtor rural.
	<b>EECT03</b>	- Há uma equipe de profissionais comprometida contratada por períodos temporários  - Há minicursos sobre gestão de conflitos aos funcionários e aos visitantes e/ou estudantes aulas informais de Educação Ambiental  Há um planejamento estratégico onde os funcionários e monitores são treinados  - O local é bem organizado, sendo que as visitas são agendadas com antecedência para garantir maior satisfação durante as atividades realizadas	- Não foi observado o comprometimento de leis e diretrizes no empreendimento
	<b>EECT04</b>	-A proprietária considera que há um planejamento inicial  A proprietária por ser formada em química apresenta conhecimentos necessários sobre o processo da cachaça  A destilaria por ser bem conhecida tem resistido as crises econômicas.	
	<b>EECT05</b>	Há um planejamento para um turismo sustentável, que este se dá através da Educação Ambiental  -Tudo é muito bem organizado para agradar os visitantes  - Há um site com informações detalhadas do local	Um aspecto muito negativo é o fato do local não está citado na lista de rotas e roteiros da Secretaria de Turismo do RS. O proprietário atribui a culpa ao município que não repassou as informações necessárias para a Secretaria de Turismo
	<b>EECT06</b>		Não há um planejamento para o desenvolvimento de um turismo sustentável  Não há investimento por parte do governo e empresas em recursos para o ecoturismo.

Figura 13 - MATRIZ ANALÍTICA: subsídios para EECT com base em EDS

#### **4.4.2 Proposta com subsídios para Empreendimentos Eco turísticos sustentados pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável.**

Com base nos dados coletados e constantes no item 4.4.1 elaboramos um conjunto de políticas, que devem servir como subsídios para Empreendimentos com focos em Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Notamos que os empreendimentos analisados não possuem ainda as condições que permita seu crescimento com sustentabilidade, embora possuam as condições necessárias para um desenvolvimento econômico, já com alguma visão ambiental. Segundo um dos entrevistados do EECT 02, o mesmo afirma que o atrativo serve para buscar somente o lucro e o lazer, *visando somente o desenvolvimento econômico.*

O ecoturismo pode ser caracterizado também como sendo um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais. Isto devido à mudança do modo como a natureza é vista pela sociedade. (CAMPOS, 2005, p.4).

Quanto aos impactos ambientais observados, os mesmos ainda podem ser revertidos, desde que ocorra maior envolvimento dos gestores, funcionário e usuários com as questões do ambiente.

Os problemas ambientais ficarão cada vez maiores, por isso é fundamental a capacitação da população, para compreender o meio em que vive, respeitando e preservando um patrimônio que é seu através da conscientização e sensibilização.

Considera-se que as ações da Educação para o Desenvolvimento Sustentável devam ocorrer com a participação de todos os segmentos da sociedade, pois a sociedade com todos seus segmentos sociais onde ocorrerem estas ações, possuem grande fragilidade e dispersão destas iniciativas, dificultando

sua consolidação. Outro entrevistado afirma que *há minicursos sobre gestão de conflitos aos funcionários e aos visitantes e/ou estudantes com aulas informais sobre educação Ambiental.*

Um dos motivos pelos quais a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, não é suficientemente transformadora, segundo Cruz Prado (1998, 97):

[...] é porque há uma grande distância entre valores defendidos e o cotidiano das pessoas, pois o sentido do ambiente sadio se tece no dia a dia das pessoas, e não dentro das instituições e só acontecerá quando os cidadãos se apropriarem dos seus direitos e exercerem suas responsabilidades. É necessário que cada um assuma seu compromisso de cidadão diante das questões ambientais.

As análises realizadas mostram que há a necessidade de atualização, tanto em nível metodológico, quanto ao de conteúdos e com avanços científicos e tecnológicos nas questões ligadas ao ambiente, bem como a importância da Educação Ambiental para o ambiente onde estão instalados os EETC. Os locais se constituem excelentes *lócus* para a divulgação e discussão com a comunidade local-regional dos problemas ambientais existentes, bem como dos resultados obtidos nos processos investigativos desenvolvidos.

Outro aspecto que merece consideração se refere qualidade de vida da população, e esta, transita pela competência da sociedade em aproveitar de modo racional os seus recursos e suas potencialidades de produção e exploração.

Outro aspecto relevantes se refere a inserção nos EECT analisados dos avanços em Ciência e Tecnologia, principalmente nos aspectos que identifiquem uma nova postura da sociedade diante do processo de globalização vivenciado pelo mundo na atualidade.

Também deve ser considerada a preocupação por parte das autoridades competentes, de que as instituições, tipo os EECT, sirvam de locais para a conscientização e sensibilização de seus usuários, quanto à Educação Ambiental,



como meio de reduzir os Impactos Ambientais, alcançando o desenvolvimento com sustentabilidade;

As questões sócio-ambientais mostram as agressões ao ambiente, colocando em risco a sustentabilidade do mesmo, resultando na necessidade de programas direcionados á conscientização e sensibilização da população das regiões onde os EECT estão localizados.

Desde a antiguidade, filósofos, cientistas e muitos pensadores têm expressado sua admiração pela natureza e sua preocupação em protegê-la. As culturas orientais e a Grécia clássica nos deixam reflexões filosóficas de grande sensibilidade a respeito das relações homem-natureza. (DIAS, 1998).

As atividades nos EETC analisados mostraram pelos resultados que os indicadores selecionados carecem de processos avaliativos que analise e discuta os resultados obtidos, quer parciais como finais.

Administrar a vida na Terra significa responder a duas indagações: que tipo de planeta se deseja para as futuras gerações e como se pode concretizar este "desideratum". O primeiro passo já foi dado, pois a humanidade tem consciência da total interdependência entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.(UICN, 1991).

Os processos avaliativos possibilitarão a busca e o incentivo à organicidade das ações, dos projetos e dos programas de Educação Ambiental, ampliando a conscientização e a sensibilização da população quanto às questões Ambientais no processo de melhoria de qualidade de vida.

Acredita-se que os EECT constituem-se em locais apropriados para mudanças comportamentais e atitudinais nos gestores, funcionários e freqüentadores em direção a EDS.

Outro aspecto fundamental e que serve também de subsídio para os EECT refere-se ao desenvolvimento econômico, como fato consumado, pois nos EECT visitados observa-se que a preservação é algo presente em alguns, sendo, este fator um dos no atual contexto.

A legislação brasileira, assim como ocorreu em diversos outros países, nos ditos desenvolvidos tardou a contemplar expressamente a questão ambiental em sua Constituição Federal, vindo isso a ocorrer apenas com a promulgação da Carta Magna no ano de 1988. Além disso, os dispositivos legais dedicados à temática do meio ambiente e que a norteiam e direcionam, encontravam-se dispersos e, de certa forma, dificilmente aplicáveis (FUENTES, 1999).

A questão Ambiental, tão propalada nestes dias, tem como origem as discussões sobre as tragédias ocorridas desde a antiguidade até dias atuais, bastantes vivas em nossa memória, tamanhas foram a violência contra o meio ambiente e ao homem. Segundo um dos entrevistados, gestor do EECT 03, *o empreendimento em alguns momentos apresenta características de Desenvolvimento Sustentável quando se visualiza equilíbrio econômico com o manejo adequado com o ambiente.*

Os recursos naturais existentes nas regiões dos EECT visitados estão aos pouco sofrendo influências da degradação. Há necessidade de processos de recuperação em prol da vida através do desenvolvimento e crescimento científico e tecnológico com sustentabilidade.

Existe um grande consenso de que o conceito de meio ambiente deva abranger uma totalidade que inclui os aspectos naturais e os resultados das atividades humanas: sendo assim o meio ambiente é resultado da interação de fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais (BRUGGER, 1999, p. 51).

Finalizando, podemos sintetizar os subsídios em metas (M) e suas respectivas ações. Vejamos:

a) **M1 Capacitação de recursos humanos em todos o segmentos sociais através de atividades visando a compreensão e a vivência das questões ambientais em ações e compromisso interinstitucional.**

**Ações:** Formação e capacitação de agentes multiplicadores para atuarem nos EECT; capacitação de recursos humanos alcançando todas as instituições loco-regionais ligadas à Educação, Ciências e Tecnologias.

b) **M2 Desenvolvimento de processos educativos (formais e informais) através de ações diversificadas, capacitando os envolvidos num processo de compreensão da importância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.**

**Ações:** Vivência de atividades formais e informais (extraclases e não-formais), inter-relacionadas; envolvimento dos diferentes segmentos sociais com as instituições loco-regionais, nacionais e internacionais.

c) **M3 Vivências de processos dialéticos e dialógicos vários aspectos, tais como: Saneamento Básico; Qualidade de Vida; Mata Ciliar; Resíduos Sólidos e Efluentes; Produção Hortifrutigranjeiros.**

**Ações:** discussão sobre Economia e Ecologia através de reuniões, seminários, palestras (entre outras estratégias), visando a participação do poder decisório loco-regional para a implantação de um programa comum aos EECT das micro-regiões.

d) **M4 Recursos Naturais: Preservação, Recuperação e monitoramento**  
Capacitação de recursos humanos em todos os segmentos, destacando os gestores, proprietários e usuários dos EECT através de atividades visando a

compreensão e a vivência das questões ambientais em ações e compromisso interinstitucional.

**Ações:** Organização de viveiros e sementeiras com o intuito de manter as espécies e distribuir mudas para o plantio em outros locais; conscientização e sensibilização da sociedade sobre a importância dos recursos hídricos preservando a Mata Ciliar e as nascentes; preservação e recuperação da Mata Ciliar e das nascentes degradadas; aproveitamento da água consumida e captação das águas das chuvas; organização de horta e utilização de sua produção no consumo diário do EECT e a utilização da Biomassa de forma sustentável.

#### **M5 Desenvolvimento de técnicas e o uso do Manejo Sustentável, utilizando os avanços científicos, tecnológicos e educacionais na busca do uso sustentável dos recursos naturais.**

**Ações:** estratégias que possibilitem o crescimento econômico equitativo; utilização das estratégias do Manejo Sustentável; recuperação de áreas degradadas nos locais onde foram instalados os EECT; ações que destaquem a importância da biodiversidade para o equilíbrio dos ecossistemas e a produção sustentável de Biomassa na concepção de energias renováveis.

#### **M6 Proposição de Projetos Interinstitucionais para EDS, focalizados na Educação, Ciências e tecnologias, a partir do diagnóstico construído, atendendo as necessidades loco-regionais vinculadas aos EECT.**

**Ações:** Formação de equipes interinstitucionais; definições das metas e ações prioritárias em cada EECT, respeitando-se as vocações do EECT e da região; elaboração de instrumentos para acompanhamento e avaliação dos projetos implantados e ou implementados; proposição dos projetos e encaminhamento dos mesmos às instituições públicas e privadas ligadas à Educação, Ciências e Tecnologias.

A utilização destes subsídios nos EECT gera uma enorme expectativa na comunidade no sentido de que ocorra uma reversão significativa, na situação atual relacionada com o ambiente. Vários aspectos devem ser considerados, como

pressupostos para que os resultados esperados sejam realmente alcançados, destacando-se entre eles: a necessidade do envolvimento interinstitucional; o cumprimento pelos gestores, proprietários e usuários em suas diversas esferas das obrigações pertinentes ao ambiente; o alcance da conscientização e da sensibilização ambiental.

Por outro lado, espera-se que a EDS constitua-se realmente em processo transversal na práxis, com o envolvimento e o acompanhamento através do poder público em suas diferentes esferas, dos objetivos oriundos dos programas da UNESCO: Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Água: fonte de vida, bem com da legislação específica.

Com estas expectativas se concretizando, aumentam as possibilidades do crescimento econômico respeitando-se as vocações loco-regionais, com o resgate dos valores humanos direcionados à vida e a ocorrência do uso das tecnologias vinculadas ao manejo Sustentável e a vivência interinstitucional das questões ligadas à saúde, ambiente e sociedade.

## CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa enfocamos nas atividades investigativas desenvolvidas nos Empreendimentos Eco turísticos (EECT) a ocorrência de alguns indicadores relacionados com os princípios de Educação Ambiental (EA) e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Para tanto usamos as observações *in loco* e os conteúdos das entrevistas realizadas.

Diante do problema da pesquisa, o mesmo foi respondido, pois as análises feitas neste trabalho respondem a questão proposta no que se refere aos princípios de EA e do Desenvolvimento Sustentável (DS) presentes nos EECT. O trabalho mostra que ocorre em parte, preocupação nos empreendimentos analisados em relação aos indicadores utilizados na pesquisa.

Em relação ao primeiro objetivo, desenvolver idéias e conceitos sobre os indicadores Ecoturismo, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Empreendimentos Eco turísticos, foi confeccionada a matriz MA- ICD 01/09 que reuniu idéias e conceitos sobre os referidos indicadores. Os conceitos foram obtidos de vários autores e obras, permitindo que se construísse, além da MA-ICD 01/09, um referencial que facilitou as análises feitas nos ICD 02 e 03.

Observamos a ocorrência de pontos divergentes e convergentes no entendimento dos indicadores relacionados ao Eco turismo por parte de vários proprietários / gestores e freqüentadores de EECT.

No objetivo seguinte, levantar a presença ou ausência dos indicadores por meio de observações *in loco* - ICD 02/10- Diário de Campo e entrevistas (ICD 03/10) com gestores, proprietários e freqüentadores dos EECT em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, foi levantado que a prática / gestão da maioria dos

EECT pesquisados não corrobora/ condiz com as respostas apresentadas pelos mesmos nas entrevistas, estando dissociadas do que foi observado.

Verificou-se ainda que, somente através da mudança de planejamentos e condutas voltados para o comportamento, atitudes e hábitos dos pesquisados os EECT atingirão caminhos para a realização da efetiva aprendizagem ambiental, desenvolvendo atividades econômicas ecologicamente adequada.

Em relação ao objetivo posterior, investigar as opiniões dos freqüentadores dos empreendimentos selecionados observando, registrando e documentando o comportamento e as atitudes dos mesmos em relação ao uso do ambiente observou-se que estamos diante de um conjunto de problemas sócio-ambientais que vem se destacando por falta de planejamentos e estratégias, decorrentes principalmente de uma gestão inadequada.

As maiorias das opiniões demonstraram que não há o uso adequado do ambiente em relação aos empreendimentos analisados, pois não há o planejamento sustentável e que os proprietários e os freqüentadores que não sabem conceituar os indicadores analisados nesta pesquisa.

Ao compararmos os dados coletados nos diferentes ICD com os conceitos da MA 01 / 09 diante dos princípios da EDS, destacando subsídios oriundos dos ICD aplicados diante dos indicadores usados nas diferentes fases da pesquisa vemos a importância de que os princípios de EA e de DS sejam praticados pelos proprietários/gestores e os freqüentadores dos empreendimentos turísticos.

Outro aspecto está relacionado à falta de orientação de alguns dos proprietários e dos freqüentadores que não sabem conceituar os indicadores analisados nesta pesquisa. Constatou-se ainda que não há projetos, programas, apoio financeiro e nem cumprimento de leis que apoiem o turismo sustentável nos ambientes analisados, mas apesar disso em dois dos EECT visitados foi possível

verificar muitos aspectos positivos principalmente ao que se refere aos aspectos ecológicos, como preservação e conservação do ambiente.

Nesses locais os gestores procuraram através de aulas informais integrarem o ser humano ao ambiente, como exemplo no contato com animais e através das trilhas ecológicas.

Finalizando esta pesquisa, conclui-se que nos EECT será necessário relacionar os princípios de EA e do DS, na busca da EDS, na qual os proprietários e gestores dos EECT deverão ampliar seus conhecimentos principalmente no tocante à Legislação Ambiental visando melhor solução dos problemas dos EECT.

No momento em que ocorrer a participação ativa dos pesquisados visando o incremento do Eco turismo e a busca das soluções dos problemas ambientais os impactos nos ambientes analisados serão minimizados promovendo dessa forma um turismo sustentável.



## RECOMENDAÇÕES

Ao concluir-se esta dissertação faz-se necessária que se apresente algumas considerações com a intenção de recomendar algumas possibilidades para que os EECT se tornem efetivos nas suas práticas diárias em promover a EDS. Para tanto utiliza-se das considerações de Pelizzoli (2004), quando se refere as questões ambientais.

Segundo Pelizzoli (2004 p.143-144), *é preciso pensar a vinculação entre o nosso comportamento e a prática dicotômica e objetivante em relação à natureza.* Neste contexto, é preciso pensar alternativas que possibilitem uma maior proximidade dos EECT diante dos fundamentos da EECT. A seguir, as recomendações julgadas fundamentais para que ocorram mudanças atitudinais e comportamentais.

- a) definição de questões sócio ambientais para reflexão e prática na EDS;
- b) conhecimentos sobre as leis ambientais existentes e vinculadas à EECT, incluindo a participação política em nível loco-regional;;
- c) discussão com o poder público sobre estratégias para que as leis ambientais existentes e políticas públicas justas;
- d) envolvimento, participação e fortalecimento das casas,entrepósitos e cooperativas naturalistas e ecológicas;
- e) Incentivo ao combate ao consumismo, usando produtos alternativos em geral caseiros, integrais e similares, incluindo hortas e pomares caseiros, alimentação natural e terapias alternativas;
- f) campanhas para a racionalização de todo o tipo de energia e de reciclagem de resíduos urbanos e repúdio aos descartáveis.

**Figura 14 - Metas e Ações recomendadas para EECT com base em EDS**

**Fonte: Pesquisadora.**

Enfim, a conscientização para perceber o mundo como casa, percepção do lugar onde estamos mergulhados, e onde não conseguiremos jogar os restos, poluentes, os resíduos e elementos tóxicos para fora; mais ainda no que diz respeito às pessoas que não podem ser “descartadas” do Sistema.

A Educação Ambiental e Sustentabilidade são questões priorizadas pela UNESCO para esta década: sendo Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Decênio Internacional para la Acción “ El agua, fuente de vida”, onde devem ser trabalhadas de forma integrada com programas e projetos qualificados e viáveis na comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R.; MELLO, C. S.; CAVALCANTI, Y. **Gestão Ambiental – Planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001. Disponível em: [www.ucg.br/ucg/prograd/graduacao/.../36/file/7%20PERIODO](http://www.ucg.br/ucg/prograd/graduacao/.../36/file/7%20PERIODO). Acesso em 28 de fevereiro de 2011.

ARAUJO, C. C.[et al]. **Meio Ambiente e Sistema tributário: novas perspectivas**. São Paulo. Editora Senac São Paulo 2003. Bibliografia ISBN 85.7359.3253.

BAPTISTA, Mario. **Turismo Competitividade Sustentável**. São Paulo: Verbo, 1997.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)10ª edição atual, 1999. Disponível em: [books.google.com](http://books.google.com). Acesso em 22 de fevereiro de 2010

BUENO, F.P. **Educação Ambiental aplicada ao Ecoturismo nas Unidades de Conservação do Pólo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina**. Revista Eletrônica do mestrado de Educação Ambiental, INSS15171256,vl.20.2008. Disponível em;[www.physis.org.br/ecouc/artigos/artigo21.pdf](http://www.physis.org.br/ecouc/artigos/artigo21.pdf). Acesso em 14 de junho de 2009.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_**PARAMÊTROS CURRICULARES NACIONAIS- PCN. Apresentação dos Temas Transversais, Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, MEC; SEF, 1997.**

\_\_\_\_\_**PARAMÊTROS CURRICULARES NACIONAIS-PCN+EM: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Secretária, MEC; SEMTEC.2002.**

BRISTOTI, A. Fontes Primárias de Energia. In: CARNEIRO, M. A. **Educação Comunitária: faces e formas**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRISTOTI, A. **O papel das fontes renováveis de energia para o desenvolvimento**, Disponível em: [coralx.ufsm.br/cenergia/arquivos\\_downloads/bristoti2.pdf](http://coralx.ufsm.br/cenergia/arquivos_downloads/bristoti2.pdf) – acesso em: 2 fevereiro de 2011.

BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental? Letras Contemporâneas**, 1999.

CAMPOS, A. M.N. **O Eco turismo como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável**. Revista Espaço Acadêmico- nº43 – Dezembro de 2005- ISSN1519.6186. Disponível em : [www.espacoacademico.com.br/.../43ccampos.htm](http://www.espacoacademico.com.br/.../43ccampos.htm) >acesso14-06-09.

\_\_\_\_\_. Deliberação da Normativa nº 326/94 de 13 de janeiro de 1994. EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: [WWW.turismo.gov.br](http://WWW.turismo.gov.br). Acesso em :10 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. Agenda 21 Wipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: [WWW..wikipedia.org/wiki/Agenda\\_21](http://WWW..wikipedia.org/wiki/Agenda_21). Acesso em :10 de julho de 2010.

CARVALHO, I.C.M. (orgs.) **Educação ambiental: pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O MEIO AMBIENTE. Disponível em: [www.jurisambiente.com.br/.../constituicaofederal.shtm](http://www.jurisambiente.com.br/.../constituicaofederal.shtm).. Art. 225 Art. 23 – Acesso em 10 de fevereiro de 2011

CRUZ PRADO, L. R. **Crimes Contra o Ambiente**: Anotações à Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. São Paulo; Revista dos Tribunais 1998.

DIAS, L. E.; MELLO, J. W. V. (eds). **Recuperação de áreas degradadas**. Viçosa: UFV/SOBRAGE, 1988

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9.ed - São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, G. F.A. **Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento**. Retirado de: [www.emaberto.inep.gov.br](http://www.emaberto.inep.gov.br) . Em Aberto, Brasília, v. 10, a 49, jan./mar. 1991 Acesso 20 de Janeiro de 2011.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Wikipédia a Enciclopédia Livre**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação\\_ambiental](http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_ambiental)> Acesso em: 16 ago. 2008.

EMBRAPA- Normas Gerais Sobre o Uso de Agrotóxicos. **Legislação sobre os agrotóxicos: Com a promulgação da Lei 7.802, em 11 de julho de 1989.** Disponível em: <http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>. Acesso: 27 de julho de 2010.

FUENTES, L. F. del Solar. **Responsabilidade civil por danos ao Meio Ambiente e sua reparação.** Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências jurídicas e departamento de Direito. Florianópolis, Santa Catarina 1999.

FURASTE, P. A. Normas Técnicas para trabalho Científico: Elaboração e formatação. 14 edição Porto Alegre. 2008.

FEPAM - **Fundação Estadual de Proteção Ambiental.** Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br>. Acesso: 15 de agosto de 2010.

GARRIDO, R. L., SÔNEGO O. R. **Normas gerais sobre o uso de agrotóxicos** - Sistemas de Produção Embrapa Uva e Vinho Sistema de Produção, nº 4 ISSN 1678-8761 Versão Eletrônica Julho de 2003. Disponível em: [sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/.../agrotoxi.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/.../agrotoxi.htm) : Acesso em 20 de janeiro de 2011.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica.** IDENTIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA/ Ministério do Meio Ambiente. Diretora de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord). ISBN 85-87166-67-0. Brasília Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** Campinas/SP: Papyrus, 2004.

IBAMA-Instituto Brasileiro de Apoio ao Meio Ambiente. Disponível em: [WWW.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em :10 de julho de 2009.

ICNB- **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** . A Resolução das Nações Unidas n.º 57/254 instituiu 2005-2014. Disponível em: <http://www.portal.icnb.pt/.../Educação.../Década+Educação+para+o+Desenvolvimento+Sustentável>. Acesso em: 07 de junho de 2010.

IRVING, M. A. **Transformação da realidade e percepção do ecoturismo no Brasil: refletindo sobre potencialidades e tendências.** Programa Eicos/ IP/IFJR Universidade Federal Rio de Janeiro, Territoris (2003), n4,p.111-127, INSS:1139-2169 Acesso Em :14 de junho de 2009

LAYRARGUES, P.P. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais**. Disponível em: [material.nerea-investiga.org/publicacoes/user.../FICH\\_FR\\_30.pdf](http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user.../FICH_FR_30.pdf), (2005). Acesso 20 de Janeiro de 2011.

LEFF, Enrique. **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da natureza**; traduzido por Luiz Carlos Cabral-Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. ISBN 978-85-326-2609.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental Transformadora**. Identidades da Educação Ambiental Brasileira/ Ministério do Meio Ambiente. Diretora de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord). ISBN 85-87166-67-0. Brasília Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MULBEIER, J. & MIKHAILOVA, I. **Ecoturismo em unidades de conservação : um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo Derrubas-RS**. Caderno virtual do turismo, Vol.8,nº3 (2008) . INSS:1677-6976 Acesso em: 14 de junho de 2009.

OAIGEN, E. D. **Atividades extraclasse e não-formais, uma política para a formação do pesquisador**. Memória científica quatro; grifos. Chapecó: Ed. Universitária 1996.

PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, 2ª edição. ISBN 85.326.2215-1.**

PADUA, J. A. et al. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

PÁDUA, M.S.& SÁ L. M. **O papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº 102, p. 71-83, janeiro/ junho de 2002. Disponível em: [www.if.ufrj.br/revista/pdf/vol16%20n1-2009/Vol16\\_no1\\_11A22.pdf](http://www.if.ufrj.br/revista/pdf/vol16%20n1-2009/Vol16_no1_11A22.pdf). Acesso em: 14 de junho de 2009.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org). **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Disponível em: [www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf](http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf).

PEREIRA, C. C. O Discurso Ambiental como "Marketing Verde": Um passeio pelo que é lido e visto nas mídias. Santa Maria: UFSM, 2008. Monografia de especialização. Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.unesp.br> . Acesso em: 19 de julho de 2010.

PORTUGAL, GIL. **Controle Ambiental**. Home · Artigos Publicados · Curtas. Gil Portugal (abril/98). Disponível em: [www.gpca.com.br/gil/art007.htm](http://www.gpca.com.br/gil/art007.htm). Acesso 20 de Janeiro de 2011.

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação Brasília 2003.

QUADROS M. **Turismo verde para desenvolver a Amazônia**: Folha do Meio Ambiente. Publicado em 01 de Novembro de 2001. Disponível em : [www.folhadomeio.com.br/publix/fma/.../2001/.../ecotur.html](http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/.../2001/.../ecotur.html). Acesso em: 20 de Janeiro de 2011.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M. e

CARVALHO, I.C.M. (orgs.) **Educação ambiental**: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RABELO, R. Ministerio do Meio Ambiente (MMA). **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Disponível em: [noticias.ambientebrasil.com.br/.../24128-mma-divulga-diretrizes-para-visitacao-em-unidades-de-conservacao.html](http://noticias.ambientebrasil.com.br/.../24128-mma-divulga-diretrizes-para-visitacao-em-unidades-de-conservacao.html) Acesso em 10 de dezembro de 2010.

RELATÓRIO DE BRUNDTLAND, 1987. Disponível em: <http://www.undocuments.net/wcedocf.htm>. Acesso em: maio 20 de Janeiro de 2011.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suerg/Res001-86.pdf> . Acesso em : 17 maio 2010.

RESOLUÇÃO 237 19/12/97 22/97 CONAMA. Disponível em : <http://www.imprensaoficial.ms.gov.br>. Acesso em: 11 de maio de 2010. Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997.

RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997 p. 5. §3o – Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma Resolução CONAMA 237/1997 p. 7. ▪ fabricação de combustíveis não derivados. Disponível em: [http://www.saneamento.poli.ufrj.br/Resolucao\\_CONAMA\\_1997\\_237licenciamento\\_ambiental.pdf](http://www.saneamento.poli.ufrj.br/Resolucao_CONAMA_1997_237licenciamento_ambiental.pdf). Acesso em 09 de julho de 2010.

Resolução **CONAMA nº 274**, de 29 de novembro de 2000. O Conselho Nacional do Meio Ambiente-**CONAMA**. Disponível em: [www.cetesb.sp.gov.br/Agua/praias/res\\_conama\\_274\\_00.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/praias/res_conama_274_00.pdf) . Acesso em 04 de junho de 2010.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Considerando as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 011/94. Disponível em: <http://www.setran.pa.gov.br/sip/conama23797.html>. Acesso em 04 de junho de 2010.

RELATÓRIO BRUNDTLAND - Wikipédia, a enciclopédia livre Disponível em: [http://www.pt.wikipedia.org/.../Relatório\\_Brundtland](http://www.pt.wikipedia.org/.../Relatório_Brundtland) - Acesso em :15 de junho de 2010.

REZENDE, D. C. REZENDE, C.F. ALENCAR, E. de . **Ecoturismo como instrumento de desenvolvimento: limites, desafios e potencialidades**. Disponível em: [books.google.com](http://books.google.com). Acesso em 10 de setembro de 2010.

ROSE A. T. **Turismo: planejamento e marketing**: aplicação da matriz de portfólio para destinações turísticas (2002). Disponível em: [books.google.com](http://books.google.com) Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

**RUSCHMANN, D.M. WIDMER, G.M. Turismo como aprender, 2000. Disponível em: HTTP://www.books.google.com.o** Acesso em: 10 de Agosto de 2010  
**RECEA. Rede Capixaba de Educação Ambiental.** Disponível em: [http://recea.org.br/acervo/arquivos/sumexec\\_edc.pdf](http://recea.org.br/acervo/arquivos/sumexec_edc.pdf). Acesso em : 10 de julho de 2010.



REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2 ed. Revista e ampliada – São Paulo : Brasiliense, 2009 – (Coleção primeiros passos;209 ). ISBN 978-85-11-00122-8.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: *uma análise complexa*. **Revista Educação Pública**, MT: UFMT, v. 6 n. 10. p. 72-103, jul-dez, 1997.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M. e

SEQUINEL, M.C.M. **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Joanesburgo 2002**. Análise conjuntural,, v.24 n11-12,nov/dez. 2002. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol\\_ana\\_conjuntural/bol\\_24\\_6e.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol_ana_conjuntural/bol_24_6e.pdf). Acesso em: 25/05/2010.

SILVA, H. C. **Releitura das Percepções dos Acadêmicos nas Saídas a Campo: Estratégias para a educação focada no desenvolvimento sustentável**. Canoas: ULBRA, ano 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Programa de Pós- Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Luterana do Brasil,2010.

SILVEIRA, R. L. Educação Ambiental e Conceitos Caóticos. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org). **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Publicação Ano: 2002. Disponível em:< [www.sema.rs.gov.br/sema](http://www.sema.rs.gov.br/sema)> Acesso: 11/08/2010

SORRENTINO, R. Trajber, P Mendonça,M. **Educação Ambiental como política pública**. Publicado em : Educação e Pesquisa,( 2005 )- SciELO Brasil. Acesso em 15 de dezembro de 2010.

SCHUMACHER, Mauro Valdir; HOPPE, Juarez Martins. **A Floresta e o Solo**. Porto Alegre: Pallotti, 1999.

SILVA, J. C. L. G. DA. NIEFER, I.; **Crítérios para um ecoturismo ambientalmente saudável**. Caderno da Biodiversidade, V. 2,n.1,Julho de 1999.p. 53.61.

TEIXEIRA, A. Marketing Verde: ***A medida que a humanidade vai tomando consciência de seu papel.*** Publicado em 13 de Abril de 2008. Disponível em: [www.marketing.com.br/index.php](http://www.marketing.com.br/index.php). Acesso 20 de Janeiro de 2011.

UICN, PNUMA,WWWF. ***Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida***.São Paulo. Editora CI-A Cultural Ltda, 1991.246 p.

UNESCO. ***Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento.*** Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937>. Acesso em: 04 de junho de 2010.

ZACCHI,G.P.***Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos.***Publicado em *Diálogos & Ciências* –Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, Ano II,n4, Junho de 2004, ISSN1678-0493. Disponível em: [:www.ftc.br/revistafsa](http://www.ftc.br/revistafsa). Acesso em 10 de julho de 2009.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

**ICD 02/10- DIÁRIO DE CAMPO  
OBSERVADORA: PESQUISADORA**

**A) Ecoturismo:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**B) Educação Ambiental:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**C) Desenvolvimento Sustentável:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**D) Educação para o Desenvolvimento  
Sustentável:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**E) Gestão de Empreendimentos Eco turísticos:** \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B**  
**ICD 03/09: ENTREVISTA**

SEGMENTO ENTREVISTADO: ( ) GESTORES ( ) PROPRIETÁRIOS ( ) FREQUENTADORES

INDICADORES	PERCEPÇÕES DA AMOSTRA
a) Ecoturismo	a)
	b)
	c)
b) Educação Ambiental	a)
	b)
	c)
c) Desenvolvimento Sustentável	a)
	b)
	c)
d) Educação para o Desenvolvimento Sustentável	a)
	b)
	c)

<b>e)Gestão de Empreendimentos Eco turísticos</b>	<b>a)</b>
	<b>b)</b>
	<b>c)</b>
<b>COMENTÁRIOS DA PESQUISADORA</b>	

